

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

KATIUSCIA QUIRINO BARBOSA

**A imagem do cavaleiro ideal em Avis à época de D.  
Duarte e D. Afonso V. (1433-1481)**

NITERÓI  
2010

B238 Barbosa, Katiuscia Quirino.

A imagem do cavaleiro ideal em Avis à época de D. Duarte e D. Afonso V (1433-1481) / Katiuscia Quirino Barbosa. – 2010.

160 f. ; il.

Orientador: Vânia Leite Fróes.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

Bibliografia: f. 154-160.

1. Portugal - História - Século XV. I. Fróes, Vânia Leite. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 946 907

KATIUSCIA QUIRINO BARBOSA

**A imagem do cavaleiro ideal em Avis à época de D.  
Duarte e D. Afonso V. (1433-1481)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social e das Idéias

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> VÂNIA LEITE FRÓES

NITERÓI  
2010

KATIUSCIA QUIRINO BARBOSA

**A imagem do cavaleiro ideal em Avis à época de D.  
Duarte e D. Afonso V. (1433-1481)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: História Social e das Idéias

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Vânia Leite Fróes – Orientadora  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Professor Doutor Roberto Godofredo Fabri  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Professora Doutora Miriam Cabral Coser  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

NITERÓI  
2010

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais.

À Professora Doutora Vânia Leite Fróes, sem a qual este trabalho não se concretizaria.

## **AGRADECIMENTOS**

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vânia Leite Fróes, por seu apoio, carinho e principalmente por sua paciência.

Ao Professor Doutor Roberto Godofredo Fabri e à Professora Doutora Miriam Cabral Coser, pelas contribuições dadas no exame de qualificação.

Aos familiares e amigos cujo apoio e compreensão foram fundamentais para a realização deste trabalho.

À CAPES pela concessão da bolsa

AMADIS DE GAULA A D. QUIXOTE DE LA MANCHA

SONETO

Tu, que imitaste a chorosa vida  
Que levei ausente e desdenhado sobre  
O gran penhasco da Penha Pobre,  
De alegre a penitência reduzida.  
Tu, a quem os olhos deram a bebida  
De abundante licor, embora salobra,  
E erguendo-te de prata, estanho e cobre,  
Te deu a terra em terra a comida.  
Vive seguro de que eternamente,  
Em tanto, ao menos, que na quarta esfera  
Seus cavalos excite o ruivo Apolo,  
Terás claro renome de valente;  
Tua pátria será dentre todas a primeira;  
Teu sábio autor, ao mundo único e só.

## Sumário

Resumo .....	11
Abstract.....	12
Introdução .....	13
Parte I.....	18
<b>Capítulo 1. Cavalaria, guerra e cruzada no Ocidente Medieval: perspectivas historiográficas e fontes para o estudo em Portugal .....</b>	<b>19</b>
A. Cavalaria Medieval: questões historiográficas e perspectivas de estudo	
1. A Cavalaria na historiografia	19
2. Sobre as noções de cavalaria guerra e cruzada em Portugal	23
B. As fontes trabalhadas	
1. O Amadis de Gaula.....	33
1.1 Montalvo e a primeira edição impressa.....	35
1.2. Versão utilizada .....	37
1.3. Versões em Castelhana .....	38
1.4. O Amadis primitivo.....	43
1.5. O Amadis de Gaula no bojo de disputas nacionalistas.....	45
2. A prosa portuguesa no século XV: As crônicas e literatura moralística .....	50
3. As crônicas: O cronista de D. Afonso V .....	51
3.1. A <i>Crônica de Ceuta</i> .....	53
3.2. A <i>crônica dos feitos e conquistas da Guiné</i> .....	55
3.3. A crônica do Conde D. Pedro de Meneses.....	57
3.4. A Crônica do Conde D. Duarte de Meneses.....	59
4. A Literatura moralística: O livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela.....	59
<b>Capítulo 2. A Cavalaria e o ideal de cruzada na Baixa Idade Média .....</b>	<b>61</b>
A cavalaria no Ocidente a partir do século XI	
1. A Cavalaria.....	61
1.2 A cavalaria na literatura .....	63
2. A guerra na Baixa Idade Média.....	66
3. O declínio da cavalaria.....	71
B. A cavalaria em Portugal entre os séculos XI e XIII	
1. A composição da classe senhorial Portuguesa.....	72
2. A formação da cavalaria em Portugal.....	75
3. Guerra e cruzada em Portugal.....	79
4. Afonso Henriques e o modelo de rei-guerreiro português.....	85
5. Nobreza guerreira e nobreza de corte em Portugal entre os séculos XII e XIV.....	87
5.1 Corte e cavalaria em Portugal nos séculos XIII e XIV.....	89
<b>Parte 2</b>	
<b>Capítulo 3. Avis e a “vocação messiânica” do reino português .....</b>	<b>95</b>

1. A ascensão de Avis e a configuração de uma nova estrutura social.....	95
2. A expansão portuguesa e a releitura do ideal cruzadista.....	101
3. O reforço da ideologia cruzadista no reinado de D. Afonso V.....	103
4. O reforço da ideologia cruzadista no reinado de D. Afonso V.....	110
Capítulo 4. O cavaleiro dos novos tempos: a construção de um paradigma de cavalaria a partir da dinastia de Avis e os modelos do <i>Amadis de Gaula</i> e do <i>Livro da Enseñança de bem cavalgar toda sela</i> .....	114
1. A redefinição do paradigma de cavaleiro: a prosa de D. Duarte e a releitura da ficção cavaleiresca .....	114
2. O modelo cavaleiresco avisino no <i>Amadis de Gaula</i> .....	118
3. O cavaleiro de Avis no <i>Livro da enseñanza de bem cavalgar toda sela</i> .....	125
<b>Capítulo 5. O Discurso Cronístico e a exaltação da ideologia cavaleiresca durante o reinado de D. Afonso V: Os Meneses e a personificação do cavaleiro Português avisino.....</b>	<b>135</b>
1. Zurara e a ideologia cruzadística avisina .....	135
2. Os Meneses e a concretização do ideal de cavalaria avisino .....	138
2.1. O conde D. Pedro de Meneses .....	138
2.2. O conde D. Duarte de Meneses.....	144
<b>Conclusão .....</b>	<b>149</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>152</b>

## Índice de ilustrações

<u>FIGURA</u>	<u>PÁGINA</u>	<u>TÍTULO</u>	<u>REFERÊNCIA</u>
1	40	Capa da edição de Sevilha	Amadis de Gaula. Edição digitalizada da Biblioteca Nacional de Lisboa
2	56	Capa da edição de 1841. Biblioteca Nacional de Portugal	<i>Crônica dos feitos e conquistas da Guiné.</i> Edição digitalizada da Biblioteca Nacional de Lisboa

## Resumo

Ao assumir o trono português a Dinastia de Avis necessitou fundamentar o reino a partir de uma concepção capaz de gerar coesão social e de legitimar a própria Dinastia no poder. Progressivamente estruturou-se uma ideologia assente em valores caros a cultura portuguesa como a propagação e afirmação da fé cristã e a honra cavaleiresca. Nosso objetivo é definir o paradigma de cavalaria em Avis a partir da análise dos modelos expostos no *livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara e no *Amadis de Gaula*.

## ***ABSTRACT***

When Avis' Dynasty assumes the Portuguese throne, needs to structure the kingdom from a conception able to promote a social cohesion and legitimize itself in the power. Progressively it was been structured an ideology based on important values to Portuguese culture, for example the expansion and affirmation of Christian faith and the knighthood's honor. Our goal is define the knighthood paradigm in Avis, using the analysis of the models expose in *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, the chronicles of Gomes Eanes de Zurara and *Amadis de Gaula*.

## Introdução

O Imaginário Político Português no final da Idade Média é um tema que nos últimos anos tem sido largamente estudado nas universidades brasileiras, conquistando um espaço significativo na nossa produção historiográfica. À luz dessa temática destacam-se os trabalhos referentes à legitimação do poder monárquico por parte da Dinastia de Avis ao longo dos séculos XIV, XV e XVI. Dentro dessa perspectiva, observa-se a proliferação de discussões acerca da construção do Estado português, considerando, sobretudo, a sua dimensão simbólica. O estudo do discurso político avisino, bem como, das representações de poder tornaram-se lugar-comum nas pesquisas relacionadas ao imaginário político português. A prosa de Avis, o que inclui a produção cronística do período, vem recebendo tratamento privilegiado no que tange às fontes de análise.

No Brasil, os estudos sobre o imaginário régio português baixo medieval têm como obra pioneira a tese de doutorado de Vânia Fróes, intitulada: *Espaço e sociedade em Gil Vicente: contribuição para um estudo do imaginário português (1502-1523)*<sup>1</sup>. Neste trabalho, a autora demonstra como o rei transformou-se em um *topos* e o seu paço em um mecanismo de ordenamento do mundo e do reino<sup>2</sup>. Tal conclusão se dá a partir da formulação de uma categoria analítica a qual denomina “*discurso do paço*”

A partir desta referência observa-se o início das reflexões sobre Imaginário Político Português no final da Idade Média na historiografia brasileira. Grande parte da produção acadêmica, relativa à temática, está vinculada ao *scriptorium, laboratório de estudos medievais e ibéricos*, coordenado pela historiadora Vânia L. Fróes. Nesta perspectiva, enquadra-se a presente dissertação.

Nessa perspectiva, nosso trabalho procura delinear os eixos do projeto político avisino durante o reinado dos primeiros monarcas dessa dinastia. O objetivo geral dessa dissertação é caracterizar o perfil modelar do cavaleiro português do século XV a partir

---

<sup>1</sup> FRÓES, Vânia leite. *Espaço e sociedade em Gil Vicente: contribuição para um estudo do imaginário português (1502-1523)*. Tese de doutorado, USP: São Paulo, 1985. APUD. AMARAL, Clinio. *A construção de um Infante Santo em Portugal* Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 2004, p. 32.

<sup>2</sup> AMARAL, Clinio. *A construção de um Infante Santo em Portugal*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 2004. P. 30.

da análise das imagens da nobreza cavaleiresca veiculadas no *Livro da ensinança de bem cavalgar* escrito pelo rei D. Duarte, na *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, na *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*, ambas de autoria de nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara e na novela de cavalaria *Amadis de Gaula*.

Nossa hipótese central é a de que durante os reinados de D. Duarte e D. Afonso V foram estruturados modelos distintos de cavalaria que se ligam aos diferentes propósitos ideológicos da política avisina nesses dois momentos. Nesse sentido, analisamos a evolução do conceito de cavalaria em Portugal e como a Dinastia de Avis se apropria desse conceito, integrando-o ao seu projeto político.

O espírito cavaleiresco e cruzadístico, que a partir do século XI movimentou o cenário político do Ocidente medieval e que há muito já havia se perdido, ganhou na Península Ibérica, sobretudo em Portugal, um significado renovado. Considera-se que a concepção de cavalaria da segunda metade do século XV em Portugal relaciona-se com o movimento de expansão que toma maiores proporções a partir da ascensão de D. Afonso V. Observa-se, ao longo de seu governo, a construção de um discurso favorável à expansão, ligado às expectativas daqueles que detinham o poder. Discurso esse marcado pela exaltação da nobreza, da “vocação guerreira” do reino, dos feitos de armas e do “espírito” cavaleiresco cruzadístico.

Ao assumir o trono D. Afonso V modificou muitos aspectos que caracterizaram o projeto político avisino nos reinados anteriores, a começar pelos mecanismos propagandísticos utilizados pela dinastia. A retomada da guerra contra os mouros na África, na segunda metade do século XV, marca o “retorno” do rei-cavaleiro e cruzado que parece anacrônico em meio às novas demandas da sociedade.

Dessa forma, o modelo de cavalaria que se percebe, sobretudo, na produção cronística é diferente do período anterior que exaltava os valores cortesãos e estava claramente relacionado à necessidade de educar e mesmo domesticar uma nobreza em ascensão. Assim, retoma-se o modelo de cavaleiro cruzado, sem, entretanto excluir alguns valores cortesãos expostos na literatura técnica e de ficção dos primeiros reinados avisinos.

Quanto à estrutura, a dissertação apresenta-se organizada em cinco capítulos divididos em duas partes. A primeira parte possui dois capítulos, nos quais são discutidas questões referentes à produção historiográfica sobre a cavalaria, além da análise da evolução dessa instituição no Ocidente, enfatizando a sua formação em Portugal até a ascensão de Avis.

No primeiro capítulo fazemos balanço historiográfico referente às noções de Cavalaria, Guerra e Cruzada no Ocidente, além da apresentação das fontes desta pesquisa. O capítulo apresenta-se dividido em duas partes.

A primeira parte dedica-se a discussão da produção historiográfica sobre os temas acima citados. No primeiro ponto apresentamos alguns medievalistas que de alguma forma contribuíram para o estudo da cavalaria no Ocidente. Dentre os autores que desenvolveram obras relevantes sobre a temática, destacamos aqui, Johan Huzinga, Georges Duby, Michel Patoureau, Jean Flori e Franco Cardini. Ainda que resguardemos as peculiaridades dos referidos autores, é possível identificar, ao menos, um ponto em comum entre eles que é o fato de limitarem suas análises aos modelos de cavalaria francesa.

Por muito tempo os estudos sobre cavalaria medieval estiveram focados no modelo francês, que em muitos aspectos, assemelha-se com os modelos inglês, germânico e mesmo o português. Por esta razão optamos por delinear forma como este paradigma é trabalhado pela historiografia antes de partimos o caso específico da produção sobre cavalaria em Portugal.

Nesse sentido, estruturamos o segundo item da primeira parte do capítulo em torno das peculiaridades do caso português. São interessantes as variações que o conceito de cavaleiro terá dentro do reino de Portugal, variações estas que estão intimamente ligadas com as noções de nobreza expressas em diferentes regiões do reino. Assim destacamos dentre os principais historiadores que escreveram sobre o tema em Portugal José Mattoso, João Marinho, A.H de Oliveira Marques, Nuno Silva Campos e Isabel Dias, merecendo destaque na produção brasileira a dissertação de Silvio Galvão de Queirós e a tese de Fabiano Fernandes.

A segunda parte do primeiro capítulo dedica-se à apresentação das fontes. Quais sejam: *Crônica de D. Pedro de Meneses* e a *Crônica de D. Duarte de Meneses*, obras de autoria de Gomes Eanes de Zurara. Além destas, também utilizamos o *Livro da Ensinança de Bem cavalgar Toda sela* escrito pelo rei D. Duarte e o *Amadis de Gaula*, novela de ficção cavaleiresca de autor desconhecido.

Fazemos a descrição de nosso *corpus* documental, considerando as especificidades das edições utilizadas na pesquisa e as problemáticas que envolveram a produção desses textos. Desenvolveremos tópicos distintos para a abordagem de cada fonte de forma meticulosa

No segundo capítulo intitulado, *A Cavalaria e o ideal de cruzada na Baixa Idade Média* nosso principal objetivo é entender como se constrói a ideologia cavaleiresca avisina. Abordamos as concepções de guerra e cruzada, destacando a sua relação com os ideais da cavalaria, não só em Portugal, mas em todo o Ocidente.

Trabalhamos a concepção de cavalaria no reino de Portugal durante a dinastia de Borgonha, procurando entender como se desenvolveu a instituição cavaleiresca, atentando às subdivisões no interior na nobreza portuguesa e a relação desse grupo com a cavalaria. Delineamos a evolução da instituição cavaleiresca em Portugal até a ascensão de Avis, para então compreendermos em quais contextos estruturaram-se os paradigmas de cavalaria veiculados nos reinados de D. Duarte e D. Afonso V.

Na segunda parte da dissertação são discutidas questões referentes ao século XV em Portugal, considerando o projeto político avisino e suas relações com a cavalaria. Assim, nos capítulos que compõem esta parte trabalhamos com a análise das fontes privilegiadas nessa dissertação.

O terceiro capítulo, de caráter contextual, aponta a relação do advento da casa de Avis com o esforço em renovar os significados da cavalaria e da noção de cruzada e como este esforço liga-se à necessidade de legitimar a nova dinastia e a nobreza que ascende nesse período.

Neste capítulo analisamos o fenômeno da expansão e, por conseguinte, da guerra externa e a sua repercussão na política interna e a influência da cavalaria nesse contexto. Considera-se que a concepção de cavalaria da segunda metade do século XV em Portugal relaciona-se com o movimento de expansão que toma maiores proporções a partir da ascensão de D. Afonso V.

O quarto capítulo intitulado *O cavaleiro dos novos tempos: a construção de um paradigma de cavalaria a partir da dinastia de Avis e os modelos do Amadis de Gaula e do Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela* tem por finalidade definir o paradigma de cavalaria durante o reinado de D. Duarte a partir dos modelos veiculados no *Amadis de Gaula*, novela de ficção cavaleiresca que obteve grande voga no paço português quatrocentista e no *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*, tratado de equitação produzido pelo rei D. Duarte. Assim, explicamos de que forma estas obras são utilizadas pela Casa de Avis a fim de consolidar um paradigma de nobreza e cavalaria

A análise dessas obras é feita dentro do modelo do bom cavaleiro. No que concerne ao *Amadis*, pretendemos demonstrar como ele é relido de acordo com o novo contexto político inaugurado com a ascensão de Avis. Quanto ao *livro da ensinança de bem cavalgar toda sela* apontamos os pontos em que o perfil do cavaleiro nele exposto se coaduna e se distancia do modelo representado pelo *Amadis*.

O último capítulo, intitulado *O Discurso Cronístico e a exaltação da ideologia cavaleiresca durante o reinado de D. Afonso V: Os Meneses e a personificação do cavaleiro Português avisino*, consiste na análise do modelo de cavalaria veiculados nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara. Nossa intenção é demonstrar como estes nobres são representados pelo cronista como modelos de perfeição cavaleiresca, apontando as continuidades e rupturas com o modelo cortesão e como eles podem ser identificados com o modelo de cavaleiro-cruzado.

Finalmente, concluímos a partir de um balanço dos principais pontos trabalhados ao longo dos capítulos da dissertação, apontando as possíveis contribuições de nosso estudo para o estudo da cavalaria em Portugal. Revemos as principais questões levantadas ao longo dos capítulos da dissertação, relacionando-as com os argumentos essenciais a partir da hipótese central da pesquisa.

## **Parte 1**

## Capítulo 1

### A Cavalaria no Ocidente Medieval: perspectivas historiográficas e fontes para o estudo em Portugal

#### A. Cavalaria Medieval: questões historiográficas e perspectivas de estudo

##### 1. A Cavalaria na Historiografia europeia

A questão da cavalaria, da prática das armas e de todo o sistema de valores que envolvem o tema, tem sido objeto de extensa produção historiográfica. Diante disso, esse primeiro capítulo dedica-se à apresentação de alguns dos principais estudos que consideramos relevantes sobre o tema, a começar pela apresentação de obras e autores que se tornaram referenciais para o estudo da cavalaria no Ocidente Medieval Europeu. Em seguida exporemos as formas com as quais a historiografia trabalha o assunto em Portugal.

Dentre os medievalistas que desenvolveram obras de extrema importância sobre a temática, destacamos aqui, Johan Huizinga, Marc Bloch, Georges Duby, Michel Patoureau, Jacques Le Goff, Jean Flori e Franco Cardini e Jérôme Baschet. Ainda que resguardemos as peculiaridades dos referidos autores, é possível identificar, ao menos, um ponto em comum entre eles que é o fato de limitarem suas análises aos modelos de cavalaria francesa. Por muito tempo os estudos sobre cavalaria medieval estiveram focados no modelo francês, que serviu como paradigma para os casos inglês, germânico e mesmo o português. Por esta razão optamos por delinear a forma como este paradigma é trabalhado pela historiografia, antes de partirmos para o caso específico da produção sobre cavalaria em Portugal.

O historiador neerlandês, Johan Huizinga, destaca-se pelo pioneirismo nas pesquisas sobre o tema. As obras desse autor caracterizam-se por abordarem aspectos da história da França e dos Países Baixos no final da idade média. Na década de 20, Huizinga publicou o livro *O Declínio da idade média, Um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos países baixos*<sup>3</sup>, a obra é de imenso relevo, pois

---

<sup>3</sup> HUIZINGA, Yohan. *O Declínio da Idade Média. Um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos países baixos*. Tradução: Augusto Abelaira. Lisboa – Rio de Janeiro: Editora Ulisseia, 1924.

constitui um dos primeiros estudos de História Cultural na Idade Média a ser produzido. No capítulo IV, intitulado *A idéia de cavalaria*, o autor estuda os significados da noção de cavalaria na Baixa Idade Média, analisando a influência dos romances de cavalaria na percepção da realidade social e política. No referido capítulo o Huizinga aponta as relações da “idéia” de cavalaria com alguns aspectos políticos e culturais da sociedade, dessa forma:

A concepção de cavalaria como forma sublime de vida secular podia ser definida como um ideal estético revestindo o aspecto de ideal ético (...). Os autores desse período necessitavam de uma forma para as suas concepções políticas e a idéia de cavalaria surgiu-lhes então. Por meio dessa ficção tradicional conseguiram explicar a si mesmos tanto quanto puderam os motivos e o descaso da história, que foi assim reduzida ao espetáculo da honra dos príncipes, e das virtudes dos cavaleiros.<sup>4</sup>

Na década de 30 o célebre historiador francês, Marc Bloch, escreve a “*Sociedade Feudal*”<sup>5</sup> obra extensa onde discorre sobre os principais aspectos da estrutura social do feudalismo. No segundo tomo da obra, o autor dedica o primeiro livro intitulado “*as classes*” à análise das principais categorias sociais da sociedade feudal. Assim, ao estudar a nobreza, Bloch aponta para a “vocação guerreira” que lhe é atribuída. No capítulo II, intitulado *A vida nobre*, o historiador analisa a cavalaria e seus ideais, bem como a concepção de guerra no Ocidente Medieval. Ele procura compreender como a cavalaria se tornou sinônimo de nobreza a partir do século XII e qual era a função dessa instituição na sociedade feudal.

Outro medievalista francês que se destaca em relação aos estudos sobre cavalaria medieval é Georges Duby. Dentre as obras em que o autor trabalha profundamente o assunto destacamos aqui *O cavaleiro, a mulher e o padre*<sup>6</sup>, *a sociedade cavaleiresca*<sup>7</sup> e *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*<sup>8</sup>.

Em *O cavaleiro, a mulher e o Padre*, Duby analisa a função da corte na formação do cavaleiro, o papel da mulher nesse processo e a importância da literatura cavaleiresca na consolidação do modelo ideal de cavalaria. Em *A sociedade cavaleiresca*, ele discorre sobre as origens da cavalaria e sua importância a partir do século XII considerando o caso específico da cavalaria na França.

---

<sup>4</sup> Ibidem, pp. 69-70.

<sup>5</sup> BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

<sup>6</sup> DUBY, Georges. *O cavaleiro, a mulher e o padre*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

<sup>7</sup> Idem. *A sociedade Cavaleiresca*. Lisboa: Editorial Teorema, 1990.

<sup>8</sup> Idem, *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

Na obra *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*, Duby apresenta uma espécie de biografia de Guilherme Marechal utilizando-o como exemplo, explicando os pormenores da vida de um cavaleiro no século XII, desde a infância até a morte.

O célebre medievalista francês, Jacques Le Goff, não tem nenhuma obra específica sobre a cavalaria medieval, entretanto, em *O imaginário medieval*<sup>9</sup> o historiador dedica dois capítulos para a análise de alguns modelos de cavalaria nas obras de Chretien de Troyes. No capítulo intitulado *Lévi-Strauss na Broceliândia*, o autor faz a análise do romance *Yvain ou le Chevalier au lion* de Chretien de Troyes. A obra conta a história de Yvain, um cavaleiro da corte de rei Artur que enlouquece após ser rejeitado pela amada e passa a viver na floresta como um selvagem. Como seu objeto de estudo é o “imaginário medieval”, Le Goff discorre brevemente sobre os aspectos “psicológicos” do romance, aponta também a questão da floresta e o significado dela para os homens medievais, visto que era o espaço da aventura cavaleiresca, ao menos na ficção, mas também era o *topos* da loucura, nesse caso entendida como selvageria. De acordo com Le Goff “*pelo menos na Inglaterra, na Bretanha a floresta é o lugar onde de certo modo se rompe a malha feudal. Nessa floresta Yvain não seria um cavaleiro e sim um caçador-predador*”<sup>10</sup>. Assim, o autor aponta para a oposição entre selvagem e cortês, presente nesta obra de Chretien. Le Goff atenta para os símbolos cristãos presentes na floresta, com os quais o cavaleiro irá se deparar e só depois de um enfrentamento com o mundo diabólico é que o cavaleiro irá voltar para o mundo da cultura, identificado com o mundo cristão e então se reintegra à sociedade.

No capítulo intitulado *Código Vestimentar e alimentar em Érec et Énide*, Le Goff irá analisar o papel que os códigos vestimentares desempenhavam na sociedade feudal a partir do romance Érec e Énide, também de Chretien de Troyes. Para o autor *estes códigos funcionam com particular eficácia na sociedade feudal, pois ocupavam uma posição essencial no estatuto social e no sistema de valores*<sup>11</sup>. Os dois capítulos em que o autor faz a análise de romances do maior escritor de ficção cavaleiresca do século XII, possui em comum o fato de estarem trabalhando com modelos idealizados e perpetuados no imaginário medieval. Nesse sentido, Yvain personifica o perigo que os

---

<sup>9</sup> LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 176.

<sup>11</sup> Ibidem, p.211.

vícios da paixão podem representar à vida de um cavaleiro. Igualmente, o segundo romance analisado irá apresentar Érec como um cavaleiro que se entrega em demasia ao amor esquecendo-se de suas funções e encarando as conseqüências negativas decorrentes do seu comportamento desregrado. Nessa obra é interessante a questão da etiqueta de corte, representada pela postura dos protagonistas, o que inclui também o código vestimentar, que indica o pertencimento a determinado grupo social.

Michel Pastoureau, também um historiador francês, é reconhecido academicamente por seus estudos em heráldica e iconografia. Entretanto, na década de 80 publicou um estudo de grande relevância no que tange aos estudos de cavalaria medieval. *No tempo dos cavaleiros da tábola redonda*<sup>12</sup> é uma obra que aborda de forma panorâmica os costumes da sociedade cavaleiresca francesa nos séculos XII e XIII. Nos primeiros capítulos, o autor discorre sobre a forma como os homens percebiam o tempo no período medieval, apresenta os principais aspectos da sociedade feudal e em seguida parte para a análise dos costumes “cavaleirescos”. Pastoureau, ainda que de forma sucinta, dedica uma seção para falar sobre a questão da guerra na sociedade feudal, descreve os principais “déduits” dos cavaleiros, os torneios e a forma como a literatura representava esse grupo.

Franco Cardini é um medievalista italiano que possui relevantes trabalhos sobre a guerra e a cruzada na Idade Média e a sociedade cavaleiresca. No artigo “*O guerreiro e o cavaleiro*”<sup>13</sup>, que integra a coleção *O homem medieval* dirigida por Jacques Le Goff, Cardini apresenta de modo conciso as principais características da cavalaria medieval e alguns aspectos do cotidiano desse grupo. Outro estudo importante do italiano é o verbete “*guerra e cruzada*” do *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*<sup>14</sup>. Nesse artigo, o autor analisa brevemente o papel da cavalaria e concepção de guerra ao longo da Idade Média, enfatizando a relação da Igreja com a cavalaria e o esforço empreendido pela instituição eclesiástica desde finais da idade antiga em buscar uma justificativa coerente para a noção de guerra de forma que esta se enquadra no cristianismo.

---

<sup>12</sup> PASTOUREAU, Michel. *No tempo dos cavaleiros da tábola redonda*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>13</sup> CARDINI, Franco. O guerreiro e o cavaleiro. In: **LE GOFF**, Jacques (dir). *O homem medieval*. Lisboa: Editorial presença, s/d. pp 57-78.

<sup>14</sup> Idem, Guerra e cruzada. In: **LE GOFF**, Jacques & **SCHIMITT**, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*, p.473. Volume I.

O medievalista francês Jean Flori é reconhecido por seus estudos sobre cruzada e cavalaria na Idade Média, no verbete “cavalaria” do *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*<sup>15</sup>. Flori expõe brevemente os significados e a função da cavalaria ao longo da Idade Média, destacando a ênfase que as literaturas em língua vernácula atribuíram a essa instituição a partir do século XII, quanto à esta questão o autor aponta que:

Ao longo da Idade Média as literaturas em língua vulgar celebram a cavalaria e transformam-na em mitologia. As origens célticas e míticas da matéria da Bretanha contribuem ainda mais para aumentar a influência. Os romances arturianos, exalam um perturbador perfume de maravilhoso pagão que a posterior cristianização de seus temas não dissipa totalmente<sup>16</sup>.

Jérôme Baschet em *A civilização Feudal*<sup>17</sup> dedica uma pequena seção para tratar das questões referentes à cavalaria. Começa sua análise, assim como Cardini, Bloch, Duby e Flori, na transformação do conceito de cavaleiro e sua identificação com a nobreza. Em seguida pondera sobre a formação da ética cavaleiresca e a influência da Igreja na formação de uma ideologia cavaleiresca compatíveis com os ideais cristãos, considerando as cruzadas como elemento de grande relevo nesse processo de “cristianização” da cavalaria. Por último, o autor aborda a problemática da cortesia e do amor cortês.

## **2. Sobre as noções de cavalaria, Guerra e Cruzada em Portugal**

Priorizaremos aqui algumas das principais abordagens historiográficas acerca de questões referentes à concepção de cavalaria, guerra e cruzada em Portugal durante a Idade Média. Destacaremos primeiramente a produção europeia, nomeadamente a portuguesa e em seguida iremos apontar algumas das principais referências da historiografia brasileira que se ligam direta e indiretamente ao nosso tema.

Entre o final do século XIX e início do XX foram produzidos em Portugal uma série de estudos que se dedicaram à apreciação de temas relativos à expansão marítima no século XV. Nesse sentido, observamos a proliferação de obras que ao tratarem da

---

<sup>15</sup> FLORI, Jean. Cavalaria. In: LE GOFF, Jacques & SCHIMTT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Volume I.

<sup>16</sup> Ibidem, p.196.

<sup>17</sup> BASCHET, Jérôme. *A civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América*. Tradução Marcelo Rede. Prefácio Jacques Le Goff. São Paulo: Globo, 2006.

problemática da expansão acabam, ainda que de forma indireta, por delinear algumas questões referentes aos assuntos que fazem parte de nosso objeto de pesquisa.

Na década de 30, Carl Erdmann, historiador alemão especialista em história política medieval portuguesa, publicou um estudo que se tornou referência no que concerne à pesquisa sobre guerra e cruzada em Portugal. Na obra intitulada *A idéia de cruzada em Portugal*<sup>18</sup>, Erdmann questiona se houve em Portugal o movimento das cruzadas. De fato, o autor propõe que a discussão sobre o tema deve seguir outro caminho. Uma vez que houve inúmeros momentos de paz e de convivência pacífica entre cristãos e muçulmanos, a luta entre os dois povos deve ser considerada dentro de uma perspectiva territorial. Assim, a guerra entre esses dois povos era, na verdade, uma luta pela hegemonia peninsular. De acordo com esse autor, os reis portugueses nunca tomaram parte nas cruzadas, bem como o povo. Exceto as ordens militares, existem poucos relatos sobre portugueses nas cruzadas. Erdmann afirma que no século XII, os portugueses não viam as suas guerras contra os mouros como cruzadas e nem como tais agiram. Nesse sentido, justifica-se o porquê dos portugueses não terem recebido nunca ou muito poucas vezes as indulgências da cruzada.

Na mesma perspectiva que o autor alemão, o historiador português José Mattoso na obra *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros: A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*<sup>19</sup> desqualifica a guerra contra os mouros como cruzadas e insiste que devemos atentar para o fato de que os significados da guerra se alteraram de acordo com as regiões do reino. Assim, tratando ainda das regiões fronteiriças, onde a guerra é um elemento constante o autor assinala que:

A guerra era uma atividade econômica fundamental, um aspecto de civilização material e social que não se tornava indispensável justificar ideologicamente. Para os seus praticantes era, sobretudo, impensável transformá-la em cruzada. Conceber as algaras e fossados como grandes empreendimentos que ultrapassassem o âmbito das comunidades locais, devia parecer para os cavaleiros da fronteira um propósito que tinha o perigo de subverter o equilíbrio social e econômico alcançado. A guerra como atividade econômica nada tinha a ver com a confrontação total, que só podia terminar com o extermínio completo do inimigo.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> ERDMANN, Carl. *A idéia de cruzada em Portugal*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1940.

<sup>19</sup> MATTOSO, José. *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*. 2ª ed, Lisboa, Guimarães Editores (col. História e Ensaios, nº 2), 1985.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.120.

De acordo com Mattoso para os habitantes de regiões fronteiriças o caráter cruzadístico da guerra não constituía elemento primordial para que ela se desencadeasse, sendo o aspecto material a razão motriz para o seu desenvolvimento. Quanto à postura da Igreja em relação ao movimento de expulsão dos mouros da Península Ibérica, Mattoso aponta a presença, em Portugal, de fontes eclesiásticas que exortam os cristãos à guerra contra os inimigos da cristandade. Porém, de acordo com o autor, interpretá-las como sinal de uma consciência cruzadística seria um equívoco, uma vez que elas estão claramente influenciadas pelos escritos de além Pireneus.

No que concerne às concepções de cavalaria em Portugal, na primeira metade o século XII, ainda observa-se nos textos a utilização do vocábulo *milites* em clara oposição a indivíduos de categorias superiores. De acordo com José Mattoso, os “cavaleiros” desse período, ainda que o fossem pelo nascimento, constituíam a categoria inferior da nobreza. A partir disso o autor conclui que a categoria dos cavaleiros inclui nobres e não nobres, não sendo, portanto prerrogativa da nobreza. Tal fato constitui um primeiro elemento de distinção da cavalaria portuguesa em relação à cavalaria francesa que, como já vimos, apresenta-se como uma corporação de elite dominada pela aristocracia. Se na França o vocábulo *Miles* designou desde o século XII um elemento oriundo da nobreza, em Portugal, tal identificação só começará a ocorrer a partir do século XIII. Em regiões fronteiriças como a Beira e a Estremadura observa-se maior fluidez social e os critérios de recrutamento de cavaleiros será, por conseguinte, muito distinto do norte do reino, como assinala José Mattoso:

De facto em toda a Beira e Estremadura se verifica uma situação em que os senhores necessitam de recrutar homens para as operações militares mais importantes, lhes confiam missões especiais, constituem séquitos de gente de sua confiança. Estes podem ser parentes de boa estirpe vindos do Norte, filhos de amigos do mesmo nível ou de vassallos nobres, mas também podem ser membros das milícias urbanas, cavaleiros-vilãos ou mesmo marginais sem eira nem beira, que se distinguem pela ousadia no campo de batalha e na organização de algaras e fossados. A este respeito é tão importante acentuar o carácter de uma certa inferioridade que para os nobres consiste em ir combater ao serviço de alguém, como em verificar a indiferenciação do ofício das armas. Mas a distinção fundamental do nascimento não se apaga por isso e acabará por se tornar de novo fundamental até englobar todos os cavaleiros. Entretanto, ao abrigo das necessidades e da porosidade da função, alguns teriam passado a fronteira do nascimento. Talvez não fossem muitos.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Ibidem, p.57.

Portanto, o recrutamento nessa região não obedece, em um primeiro momento, a nenhum critério que privilegie a linhagem, ainda que esta seja valorizada. Dessa forma, os cavaleiros oriundos dos grupos mais baixos da sociedade têm a possibilidade real de ascensão à baixa nobreza. Mattoso destaca o fato de estes cavaleiros poderem alcançar status de nobreza através da vassalagem. Esta pode ser expressa em relação a um senhor ou em relação a um concelho.

O estudo da produção de José Mattoso é imprescindível no que concerne à temas como a noção de cruzada, como já nos referimos, cavalaria e, sobretudo, à nobreza portuguesa durante a dinastia de Borgonha, entre os séculos XI e XIV. Desde a década de 70, Mattoso vem consolidando-se como a grande referência da historiografia lusitana sobre o assunto.

Em *A nobreza medieval portuguesa*<sup>22</sup>, o autor apresenta um estudo minucioso sobre a formação e composição da nobreza em Portugal, remontando ao condado portugalense. Mattoso preocupa-se em apontar como esse grupo se consolidou nas diversas regiões do reino e a forma como exerciam o poder político e simbólico, considerando, ainda, problemáticas referentes à estrutura familiar e a sua relação com o sistema vigente em Portugal, além de ponderar acerca da acuidade da produção genealógica não somente em Portugal, mas também em outras áreas da Europa.

Outro aspecto interessante da obra em apreço, diz respeito à importância dos romances de cavalaria e sua relação com a nobreza portuguesa, assim para o autor:

Os romances de cavalaria desempenhavam a necessária função social de proporcionar a este público ávido de modelos exemplares e de exortação, os seus motivos de ação. Para quem não fossem suficientes os atrativos materiais ou orgulho pessoal, ofereciam o ideal de serviço desinteressado ou mesmo da recompensa mística.<sup>23</sup>

Sobre a estrutura familiar linhagística é de grande valia algumas considerações que o autor faz quanto à necessidade de afastamento dos jovens nobres secundogênitos de sua casa de origem. De acordo com Mattoso, a “pressão linhagística” era muito grande e, visto que a aristocracia concentrava-se em um pequeno território, a base fundiária não fora capaz de agregar todos os elementos do grupo dominante que se viam “obrigados” a procurar novas terras.

---

<sup>22</sup> MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p.357

Acerca da nobreza e suas variantes em Portugal, Mattoso, em *História de Portugal: a monarquia feudal*<sup>24</sup>, apresenta uma síntese de muitos de seus estudos sobre as diversas categorias que constituíam a nobreza portuguesa entre os séculos XIV e XV e as relações estabelecidas entre elas, bem como, as variantes semânticas na denominação desses grupos no interior do reino. Na seção intitulada *A sociedade: estruturas, grupos e motivações*, o historiador português aponta os significados da nobreza no período assinalado, considerando os critérios de nobilitação e a sua influência demográfica, política, econômica e social, oferecendo detalhes sobre a composição dessa camada social. Sobre os nobres de linhagem o autor afirma que, entre os séculos XIV e XV, sobressaem os ricos-homens, grandes, vassallos, barões, cavaleiros e escudeiros fidalgos.

No primeiro volume da obra chamada *Identificação de um país*<sup>25</sup>, Mattoso apresenta um trabalho metucioso sobre as oposições regionais no reino de Portugal, apontando as diferenças nas concepções sociais entre o norte e o sul do país e a forma como o sistema feudal vigorou em cada região, bem como, a maneira como os grupos sociais se organizam e se relacionam nos diferentes espaços lusitanos.

Outra importante produção de José Mattoso, que destacamos aqui, se intitula *Fragmentos de uma composição medieval*<sup>26</sup>. No último capítulo da obra, dedicado à crise decorrente do interregno em 1383, o autor aborda de forma diferenciada a postura da nobreza em relação aos acontecimentos que marcaram o período e também discorre brevemente acerca das mudanças na realização de guerras a partir do século XIV.

No livro intitulado *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*,<sup>27</sup> A. H. de Oliveira Marques, historiador português, dedica uma seção para abordar a questão da cavalaria no período assinalado. O autor aponta para a forma como esse grupo era percebido em Portugal, as suas principais atividades, a função militar que exerciam e o tipo de armamento que utilizavam.

Na década de 90, destacamos aqui três obras de grande relevo para a compreensão da guerra e da cavalaria em Portugal no final da Idade Média e início da

---

<sup>24</sup> Idem. *História de Portugal: a monarquia feudal*. Lisboa: editorial Estampa, 1993. Volume 2.

<sup>25</sup> Idem. *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985. Volume 1.

<sup>26</sup> Idem. *Fragmentos de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

<sup>27</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

era Moderna, quais sejam: *A arte de ser bom cavaleiro*<sup>28</sup> de Isabel Dias, *A guerra em Portugal no final a idade média*<sup>29</sup> de João Gouveia Monteiro, e *A guerra e as Guerras na Expansão portuguesa: Séculos XV e XVI*<sup>30</sup>, escrita pelo historiador português João Marinho dos Santos.

Na primeira obra, a autora estuda a importância da prosa portuguesa na instrução da cavalaria através da análise do *Livro da ensinança de bem cavalga toda sela*, composto pelo rei D. Duarte. Isabel Dias concentra seu exame na estrutura textual da obra, considerando, ainda a importância da literatura técnica em Portugal no período anterior a D. Duarte. Avaliando as características pedagógica, sociais e até mesmo política da obra, Dias conclui e afirma que o objetivo principal do rei ao compor tal obra, foi o de reconduzir os cavaleiros a uma dignidade perdida.

Em *A Guerra em Portugal no final a idade média*, João Gouveia Monteiro realiza um estudo primoroso sobre a concepção e consecução da guerra no reino português entre o final da primeira Dinastia e durante o governo Avisino. O autor analisa as guerras empreendidas pela realeza, característica do período que solapa as guerras privadas concentrando cada vez mais a autoridade militar nas mãos da monarquia. A documentação utilizada pelo autor é deveras extensa compreendendo crônicas, e uma gama de documentos jurídicos e administrativos. A intenção de Monteiro é a configuração da história militar portuguesa no final da idade média. Na primeira parte da obra o autor preocupa-se em analisar como se efetuava o recrutamento militar, quais os elementos que compunham a hoste régia, qual expressão numérica que pode ter tido um exército no final da idade média portuguesa e como se processava o enquadramento, o abastecimento e o financiamento das campanhas levadas a cabo pela realeza. Em seguida, Monteiro irá concentrar sua análise na maneira como se executavam as guerras, considerando conhecimentos teóricos sobre a arte militar, a forma como o exército se locomovia e atuava em diferentes espaços como na batalha campal, nos assédios de cidades e de fortalezas ou em operações de menor envergadura. Por último, o autor analisa os movimentos de treino militar.

---

<sup>28</sup> DIAS, Isabel. *A arte de ser bom cavaleiro*. Lisboa: Editorial Estampa 1997

<sup>29</sup> MONTEIRO, João Gouveia. *A guerra em Portugal no Final da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

<sup>30</sup> SANTOS, João Marinho dos. *A guerra e as Guerras na Expansão portuguesa: Séculos XV e XVI*. Edição: Grupo de trabalho do ministério da Educação pra as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998

João Marinho dos Santos analisa, em *A guerra e as Guerras na Expansão portuguesa: Séculos XV e XVI*, a função da guerra e da cavalaria portuguesa nos primeiros anos de expansão. A hipótese principal de Marinho é de que a guerra externa e sua assimilação como “cruzada” converteu-se em um meio de fomentar a identidade nacional pautada na “vocação guerreira” e na missão evangelizadora a qual estariam destinados o povo portugu es.

Como j a dissemos, os estudos sobre o imaginário régio portugu es baixo medieval no Brasil t em como obra pioneira a tese de doutorado de Vânia Fróes, intitulada: *Espaço e sociedade em Gil Vicente: contribui o para um estudo do imaginário portugu es (1502-1523)*<sup>31</sup>. Neste trabalho, a autora demonstra como o rei transformou-se em um *topos* e o seu *paço* em um mecanismo de ordenamento do mundo e do reino<sup>32</sup>. Tal conclusão se d a a partir da formula o de uma categoria analítica a qual denomina “*discurso do paço*”, tomando por base o seguinte pressuposto:

O paço corresponde a uma espécie de eixo ordenador, referência de um certo padrão de conduta e de uma cosmologia determinada. A distância e a proximidade do “paço” definem uma hierarquia de tempos, lugares e pessoas (...)   por excelência a (...) ordem além do tempo e que paira acima do Além-tejo e da Estremadura: o “paço” não tem localiza o específica, estendendo-se como um referencial de conduta “urbana” que se opõe   “rusticidade” do campo e que se reproduz em outras cidades, vilas e aldeias.<sup>33</sup>

A partir desta referência observa-se o início das reflexões sobre Imaginário Político Portugu es no final da Idade Média na historiografia brasileira. Grande parte da produ o acadêmica, relativa   temática, está vinculada ao *Scriptorium, Labor rio de estudos medievais e ibéricos*, coordenado pela historiadora Vânia L. Fróes.

Nesse sentido, destacamos aqui algumas obras produzidas pelo referido labor rio que se relacionam com a nossa pesquisa, são estas: *Pera Espelho de Todollos Uivos: A imagem do Infante D. Henrique na Crônica da Tomada de Ceuta*<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> FRÓES, Vânia leite. *Espaço e sociedade em Gil Vicente: contribui o para um estudo do imaginário portugu es (1502-1523)*. Tese de doutorado, USP: São Paulo, 1985. APUD. AMARAL, Clinio. *A constru o de um Infante Santo em Portugal*. Disserta o apresentada ao programa de p s-gradua o em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 2004. p. 32.

<sup>32</sup> AMARAL, Clinio. *A constru o de um Infante Santo em Portugal*. Disserta o apresentada ao programa de p s-gradua o em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 2004, p. 30.

<sup>33</sup> FRÓES, Vânia leite, *op. Cit.* Apud, Amaral, Clinio, *op. Cit.*, p.32.

<sup>34</sup> QUEIRÓS, S lvio Galvão de. “*Pera espelho de todollos Uivos*”: *A imagem do infante D. Henrique na Crônica da tomada de Ceuta*. Disserta o apresentada ao programa de p s-gradua o em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 1997. 267 f.

de Sílvio Galvão de Queiróz, *Construção de um Infante Santo em Portugal*<sup>35</sup> de Clinio Amaral, *Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa: A prosa civilizadora da Corte do rei D. Duarte (1412-1438)*<sup>36</sup> de Paulo Accorsi Júnior, *O Papel do maravilhoso na Formação da Identidade Nacional Portuguesa - Análise do Mito Afonsino - Séculos XIII – XV*<sup>37</sup> de Roberto Godofredo Fabri Ferreira e *A Cruz do Santo Lenho do Marmelar*<sup>38</sup> de Ricardo Luis Silveira da Costa.

Em sua dissertação, Sílvio Galvão de Queiróz analisa a figura do Infante D. Henrique a partir da perspectiva de Zurara relacionando esta com o projeto político de Avis. O autor toma como base a *Crônica da Tomada de Ceuta*, entretanto, utiliza largamente outras obras do cronista, demonstrando como o Infante foi apresentado na obra como paradigma de cavaleiro perfeito, atendendo assim as demandas do período Afonsino e eternizando a imagem do dito príncipe como o grande herói da expansão em África.

Na dissertação de Clinio Amaral, o autor busca em Zurara as especificidades do discurso cronístico em relação à sacralização da monarquia avisina. Para Amaral a segunda metade do século XV, em Portugal, foi um momento em que havia uma demanda pela santidade de um membro da dinastia.

O trabalho de Paulo Accorsi Júnior constitui um estudo de parte da prosa da Dinastia de Avis, produzida durante o reinado de D. Duarte e sob seu patrocínio. O autor procura analisar as relações entre o caráter civilizador do discurso desta prosa. Assim, Accorsi apresenta uma análise detalhada da nobreza portuguesa nos “velhos tempos” e dos “novos tempos”.

Já Roberto Godofredo Fabri Ferreira analisa a construção de uma imagem guerreira de Afonso Henriques, enfatizando na relação da imagem de protetor do reino consubstanciada na representação quatrocentista do primeiro monarca lusitano com as imagens veiculadas nas primeiras crônicas avisinas que, de acordo com o autor, apontam para a construção de uma imagem sagrada do rei português.

---

<sup>35</sup> AMARAL, Clinio, *op. Cit.*

<sup>36</sup> ACCORSI, Paulo. *Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa. A Prosa Civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412 -1438)*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 1997.

<sup>37</sup> FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. *O Papel do Maravilhoso na Construção da Identidade Nacional Portuguesa: Análise do Mito Afonsino (Século XIII - XV)*. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 1997.

<sup>38</sup> COSTA, Ricardo Luís Ferreira da. *A Cruz do Santo Lenho do Marmelar*. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 1997.

Em *A Cruz do Santo Lenho do Marmelar*, Ricardo Luís Silveira da Costa faz um estudo do imaginário cavaleiresco português e da noção de cruzada em Portugal durante o processo de reconquista. É interessante a perspectiva do autor sobre a guerra na Península Ibérica, entendida por ele como fenômeno de psicologia social que ocasionou um processo catalisador de coesão interna.

Fora da produção do *Scriptorium*, destacamos aqui as obras de Fabiano Fernandes e Jacqueline Herman. Na tese de Fernandes intitulada *O “Reino de Deus e a Espada do Rei”: A Formação do Poder Eclesiástico da Ordem de Cristo nas Comendas de Ega, Soure, Redinha e Pombal na Primeira Metade do Século XIV*<sup>39</sup>, o autor analisa a formação do poder eclesiástico da Ordem de Cristo na primeira metade do século XIV. No segundo capítulo de sua tese, intitulado *O desenvolvimento das comendas de Ega, Soure, Redinha e Pombal e as relações estabelecidas com o poder papal nos séculos XII e XIII*, Fernandes dedica uma seção para tratar dos problemas concernentes à guerra e a cruzada em Portugal nos séculos assinalados. Avaliando como a guerra de “reconquista” constituiu uma preocupação comum entre o papado e o monarca português assim, o autor assinala que:

Na Península Ibérica, a guerra era o esforço primeiro de toda a sociedade. Era justificada por todo um conjunto de situações e motivações concretas. A sociedade portuguesa no século XII não assimilou o espírito de cruzada tal qual os cluniacenses e as ordens militares propagaram na Península. Mesmo quando, eventualmente, o ideal de cruzada era referido, ocorrida uma adaptação aos imperativos da vida cotidiana e da construção do reino.<sup>40</sup>

Corroborando, portanto, com alguns autores já citados aqui, pois entende a guerra interna não como uma guerra santa, mas sim dentro de uma conjuntura específica. Considera, contudo, que essa idéia foi difundida a partir do final do século XII pela cúria papal e pelas ordens militares que atuavam em Portugal.

Jacqueline Herman em *O reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal-séculos XVI e XVII*<sup>41</sup>, analisa as especificidades da sacralidade monárquica portuguesa. Seu objetivo é compreender o fenômeno do sebastianismo no século XVI,

---

<sup>39</sup> FERNANDES, Fabiano. *O “Reino de Deus e a Espada do Rei”: A Formação do Poder Eclesiástico da Ordem de Cristo nas Comendas de Ega, Soure, Redinha e Pombal na Primeira Metade do Século XIV*. 2 volumes. Tese. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 127.

<sup>41</sup> HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

por isso retoma a algumas questões medievais, apontando que a sacralidade em Portugal relaciona-se com a própria noção de rei-cruzado, o ideal messiânico que começa a ser propagado a partir da ascensão de Avis, retomando o mito de Ourique que é relido no período avisino.

Finalmente, concluindo essa seção do capítulo, entendemos que estamos longe de explorar totalmente a produção sobre a cavalaria em Portugal, o que pretendemos aqui era apresentar algumas das principais linhas que analisaram o tema. Assim, passamos agora para a tipologia das fontes dessa pesquisa.

## ***B. As fontes trabalhadas***

A análise do material empírico utilizado na pesquisa não poderá ser feita sem antes chamarmos a atenção para três importantes questões: a primeira é o caráter singular em que devemos pensar as relações literatura-história na Idade Média. Depois as fluidas relações entre o oral e o escrito neste universo. Uma terceira questão refere-se ao caráter exemplar e político dos textos utilizados, vivamente comprometidos com o surgimento de uma identidade nacional e um projeto político.

No primeiro caso, convém lembrar que os nossos propósitos afinam-se com a idéia de fonte histórica e não de documento-monumento. Sendo assim, o caráter ficcional das narrativas e crônicas são valiosos para a análise das variações das representações e do imaginário de cavalaria.

Na segunda questão, destaca-se a idéia de que, em grande parte, este material, destinado à corte e à nobreza, só no final do XV e início do XVI foi fixado pela imprensa. Mesmo o material impresso é em grande parte utilizado na leitura em voz alta. Lia-se também e muito com os ouvidos.

Quanto ao terceiro caso é necessário assinalar a importância dada pela Dinastia de Avis ao texto escrito e à literatura moralística. Crônicas e narrativas que compõem um projeto político maior.

### **1. O *Amadis de Gaula***

O *Amadis de Gaula* é uma obra literária medieval produzida na Península Ibérica cujos primeiros manuscritos datam do final do século XIV. Trata-se de uma

novela de cavalaria cuja autoria e a nacionalidade são ainda hoje desconhecidas. A originalidade da obra, porém, é indiscutível, o que se deve ao fato de ser uma novela de cavalaria legitimamente ibérica, construída indubitavelmente a partir do ciclo romanesco conhecido como matéria da Bretanha. Grandes partes dos elementos constitutivos do *Amadis* remetem ao imaginário cavaleiresco francês do século XII. Os cenários da novela são a Grã-Bretanha, Dinamarca e Alemanha, tal como os cenários da Matéria da Bretanha.

A multiplicidade de temas abordados no *Amadis de Gaula*, assim como a extensão da obra, são características importantes a serem destacadas para seu estudo. Outro ponto a ser ressaltado é o marco que o *Amadis* representa para a literatura peninsular, embora siga uma tradição literária surgida na França no século XII, o *Amadis* é a primeira grande obra em prosa escrita na Península<sup>42</sup>.

A versão completa mais antiga que se tem conhecimento hoje é a edição de 1508 de Garcí Rodrigues Montalvo. A obra, estruturada em quatro volumes dispostos em cento e trinta e três capítulos, narra a trajetória de Amadis, um cavaleiro que cresceu sem saber sua verdadeira linhagem e que ainda muito jovem se apaixona por Oriana, a sem par, uma princesa com todas as virtudes esperadas de uma mulher.

A história começa no reino da pequena Bretanha quando Perión, rei de Gaula hospeda-se na casa do rei Garinter e conhece sua filha, a princesa Elisena. Perión e Elisena se apaixonam e passam a se encontrar clandestinamente. Amadis é o fruto do romance dos dois nobres amantes. Quando nasceu foi lançado ao mar em uma arca que continha a espada de seu pai desembainhada, um anel e um pergaminho coberto de cera que informava seu nome e que se tratava de um filho de rei.

A arca foi encontrada por um cavaleiro escocês chamado Gandales que o entregou aos cuidados de sua esposa para que fosse criado juntamente com seu filho Gandalim. Apelidado de Donzel do Mar, Amadis foi criado por Gandales e sua esposa até os sete anos de idade quando se hospedaram no castelo de Gandales, o rei Languines da Escócia e sua esposa. A rainha ficou maravilhada com a formosura e coragem do jovem Donzel do Mar. Igualmente encantado ficou o rei Languines e prontamente levou Amadis e Gandalim para sua corte.

---

<sup>42</sup> LOPES, Oscar & SARAIVA, Antonio José. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1975, p.91.

Um dia Lisuarte, genro do rei da Dinamarca, passa pelo reino da Escócia para ir ocupar o trono da Grã-bretanha que se encontrava vago devido à morte de seu irmão. Lisuarte pediu ao rei Languines que abrigasse sua filha Oriana, a sem par, em sua corte. O rei Languines encarrega a Amadis, que na época contava doze anos, a guarda da pequena Oriana, de apenas dez anos. Doravante tem início a história de amor que permeia toda a história.

Aos quinze anos Amadis deseja ser armado cavaleiro e nessa altura encontrava-se na corte do rei Languines, o rei Perión de Gaula. Perión fora até a Grã-Bretanha em busca de auxílio contra o rei Abies da Irlanda. A pedido da donzela Oriana, Perión arma Amadis, seu próprio filho, cavaleiro. Armado cavaleiro, Amadis parte do reino da Escócia em busca de aventuras tendo sempre ao seu lado o escudeiro Gandalim. Sua primeira grande aventura será justamente ao lado de seu pai na guerra contra o rei Abies da Irlanda. Amadis se destaca agregando todas as virtudes que se espera de um bom cavaleiro. Sua primeira provação é a luta contra o terrível rei da Irlanda a quem vence e mata. Terminada a guerra, Amadis conhece sua mãe a rainha Elisena de Gaula e descobre sua verdadeira origem.

É interessante notar logo no início da obra a caracterização do personagem principal. Desde criança, Amadis chama a atenção por sua beleza e coragem. Suas atitudes sempre refletiram o comportamento esperado de alguém da mais alta nobreza. Mesmo antes de ter conhecimento sobre sua verdadeira origem já agia de forma digna e condizente à honra e ao grau de sua nobreza e de sua linhagem. Ainda criança se apaixona por Oriana a quem não ousa amar por julgar ser de linhagem muito inferior à de sua amada. Aos quinze anos é armado cavaleiro e apresenta uma postura e maturidade um tanto incoerentes com a sua idade. Sempre muito firme e viril para um homem tão jovem. O fato de ser armado cavaleiro por seu próprio pai indica o elevado grau de sua dignidade. Não é qualquer cavaleiro que o arma. É um rei de virtude conhecidíssima, famoso por sua justiça e valentia, sempre apontado como um dos melhores cavaleiros do mundo. Este rei conjuga em si as funções de rei e de cavaleiro e as desempenha de forma magnífica. É deste ilustre personagem que descende Amadis, que como o pai será um grande cavaleiro e um grande rei.

Ao longo da obra, Amadis irá passar por uma série de aventuras das mais diversas que sempre colocarão à prova a sua honra e valentia assim como a capacidade de reunir em torno de si um séquito de cavaleiros de alta linhagem e grande dignidade.

O maior desafio para Amadis é o amor que sente por Oriana, que por diversas razões será impedido de se concretizar. Esse amor atormenta o protagonista durante quase toda a obra, e por conta dele, Amadis se envolve em inúmeras aventuras e coloca em dúvida sua própria sanidade. Entretanto, o amor por Oriana não faz em nenhum momento com que Amadis falte com a honra de sua linhagem. Sua virtude é incontestável e ao longo de toda a obra ela é exaltada e fortalecida.

### **1.1. Montalvo e a primeira edição impressa**

Apesar das histórias do “mui honrado e virtuosíssimo” cavaleiro *Amadis de Gaula* ser conhecida nos círculos cortesãos pelo menos desde o século XIV, a primeira versão impressa completa foi publicada em 1508 em quatro volumes. Atribui-se esta edição a Garcí Rodrigues de Montalvo. Acerca de Montalvo sabemos que era oriundo da cidade aragonesa de Medina del Campo e que foi dirigente da mesma. Não se sabe o motivo, mas em algumas edições do *Amadis* seu nome aparece alterado ora por Gutiérrez Montalvo ora por Ordoñez Montalvo.

A edição do *Amadis* em 1508 foi resultado de um longo trabalho de compilação e seleção de textos manuscritos anteriores. Infelizmente não se sabe as causas que levaram Montalvo a enveredar nesta árdua tarefa e se o fez a mando de outrem. Montalvo faleceu em 1504, portanto, quatro anos antes da publicação da primeira edição impressa do *Amadis de Gaula*. Acredita-se que por volta de 1492, Montalvo já havia terminado a compilação da obra.

Segundo Edwin B. Place é provável que a edição de 1508 não tenha sido a primeira e sim uma edição publicada na cidade de Sevilha em 1496<sup>43</sup>. O que corrobora para tal suposição do autor é o fato dessa versão ser citada por Maximilian Pfeiffer em um estudo denominado *Amadis study*, publicado em 1905. Por seu turno, Pfeiffer não teria consultado diretamente a obra e sim um manuscrito intitulado *Sammlungen Über den Amadis*, datado em sete de julho de 1818, produzido por um certo Ebert, o qual, Pfeiffer não aponta mais informações<sup>44</sup>. É impossível aferir a existência dessa edição

---

<sup>43</sup> PLACE, Edwin B. Introdução. In: **Amadis de Gaula**. Edição de. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto Miguel de Cervantes, 1965, p. 21.3v.

<sup>44</sup> Ibidem, p.13.

uma vez que as referências sobre a mesma são vagas e não há nenhuma pista sobre o seu provável paradeiro.

Alguns relatos datados do início do século XV apontam para a existência do *Amadis de Gaula* em três volumes. Como a edição de Montalvo possui quatro volumes acreditou-se por muitos séculos que o autor havia compilado os três tomos anteriores e acrescentado o quarto volume, sendo este de sua própria autoria. Pesquisas feitas no início do século XX revelam que na verdade o quarto volume não é uma criação original de Montalvo e sim o resultado das ampliações feitas ao longo de toda a obra<sup>45</sup>.

Cabe à Montalvo a autoria do quinto livro intitulado “*Las sergas de Esplandián*”. Esta obra narra a história das aventuras de *Esplandián* filho primogênito de Amadis e Oriana. “*Las sergas de Esplandián*” encerra o chamado ciclo dos *Amadises*<sup>46</sup>.

Em 1508, é publicado em Zaragoza, cidade situada no noroeste da Espanha dentro dos limites do reino de Aragão, “*Los quatro libros del virtuoso caballero Amadis de Gaula*”. Assim, foi intitulada a primeira edição impressa conhecida do *Amadis de Gaula*. A versão do *Amadis*, de 1508, foi publicada pela casa tipográfica de George Cocci<sup>47</sup> e obteve grande repercussão na Europa quinhentista servindo de modelo para as muitas edições publicadas ao longo do século XVI. Esta edição possui capa de madeira onde se destaca a imagem de um cavaleiro montado e armado brandindo sua espada. Quanto aos detalhes formais, a obra conta com 302 fólhos sendo que os quatro últimos não estão numerados, é impressa em letra gótica e se apresenta dividida em duas colunas. O único exemplar hoje conhecido encontra-se no museu britânico.

## 1.2. Versão utilizada

A versão do *Amadis de Gaula* utilizada no presente trabalho foi elaborada pelo hispanista norte-americano, Edwin B. Place, e publicada em Madri pelo “Consejo

---

<sup>45</sup> MARQUES, F. Costa . Seleção, tradução e argumento. In: *Amadis de Gaula. Clássicos portugueses, trechos escolhidos-séculos XIII a XV- Prosa*. Lisboa: Livraria clássica editora, 1942, p. 08.

<sup>46</sup> Ibidem, p.22

<sup>47</sup> Tipógrafo alemão que começa atuar em Zaragoza no ano de 1504.

Superior de Investigaciones Científicas” do Instituto Miguel de Cervantes em 1965. Esta edição é o resultado de uma parte da vasta pesquisa iniciada por Place no ano de 1959 e finalizada em 1969.

A edição de Place consiste em três volumes. No terceiro volume, o autor anuncia a impressão de um quarto volume que completaria a obra. Os três volumes possuem estudos literários e anotações específicas. Place inicia cada tomo com uma nota preliminar onde concede aos leitores informações sobre a forma como o estruturou. O autor reproduz o texto de Garcí Rodrigues de Montalvo baseado na primeira edição conhecida do *Amadis de Gaula* (Zaragoza, Cocci, 1508), mantendo a ortografia da versão original, fazendo alterações no sentido de regularizar a pontuação, as letras maiúsculas e os acentos de acordo com o uso moderno da língua espanhola. No início de cada volume, o autor coloca uma errata com correções de algumas palavras e expressões, dessa forma, não se fazem necessárias à utilização de notas no rodapé das páginas.

A nota preliminar do primeiro volume concede informações mais generalizantes considerando não somente o tomo em questão, mas a obra como um todo. Place insere neste volume um estudo crítico da obra apontando brevemente as principais questões acerca do *Amadis* primitivo e do *Amadis* de Montalvo.

O autor faz um levantamento das edições, e traduções do *Amadis de Gaula* e apresenta uma bibliografia descritiva com essas informações. Place faz uma espécie de catálogo e identifica as edições por letras específicas. Primeiramente, ele apresenta este “catálogo” das edições antigas escritas em castelhano e baseadas na versão de Montalvo. Em seguida, faz um esquema gráfico com os códigos que atribuiu a cada edição. Na bibliografia descritiva, o autor reserva uma parte para um conciso estudo crítico de cada edição. Por fim, ele enumera as traduções do *Amadis de Gaula* feitas até o momento de sua pesquisa.

Ao final do segundo volume, Place coloca um estudo crítico sobre a linguagem no primeiro e no segundo livro. Nesse estudo, ele considera elementos como a fonética, a fonética sintática, morfologia, sintaxe e semântica. Seguem, a esse estudo, as notas explicativas dos livros I e II. Ao final, Place anexa à bibliografia utilizada para o estudo do *Amadis de Gaula* e os aspectos lingüísticos da obra.

No terceiro tomo, hispanista norte-americano apresenta um estudo literário sobre os três volumes. Neste momento, ele faz um balanço sobre os estudos feitos acerca da

obra, apontando suas principais problemáticas e os principais temas abordados ao longo do *Amadis*. Por fim, Place anexa notas explicativas.

### 1.3. Versões em castelhano

Após a publicação da primeira versão impressa, o *Amadis* alcançou uma enorme popularidade, notável não só na Península Ibérica. As diversas edições e traduções que circularam na Europa a partir do século XVI são testemunhos da notoriedade da obra. Outro fato que merece destaque é a rapidez com que a obra se difundiu na Europa. Somente no século XVI foram produzidas versões do *Amadis* em inglês, francês, alemão, holandês, hebraico e italiano.

Uma descrição das edições em castelhano do *Amadis de Gaula*, publicadas no século XVI, fará com que possamos compreender melhor a disseminação da obra impressa no contexto hispânico. Aqui serão consideradas apenas as edições cujas autenticidades sejam indiscutíveis.

Em 1511, foi publicada, em Sevilha, uma versão de do *Amadis de Gaula* possivelmente impressa na casa tipográfica de Cromberger. No prólogo do livro, o sobrenome de Montalvo está grafado como Ordoñez. É a primeira vez que o nome de Montalvo aparece alterado. Esta edição constaria na coleção de Fernando Colón, contudo, o exemplar de Colón desapareceu. O que temos hoje de concreto sobre essa edição é uma versão fac-similada reproduzida por A. M. Huntington em 1905. Esta versão encontra-se na Hispanic Society of America em Nova York.

Uma versão da obra, datada de 1519, gera polêmica quanto à cidade em que foi publicada. O editor é António Carlos de Salamanca e a cidade em que teria sido publicada é Roma. Segundo Edwin B. Place, os motivos para duvidar que a obra fora publicada em Roma são:

- 1) Se suprime en ella toda mención del lugar de impresión, así como toda marca del impresor;
- 2) Con una sola excepción, no contiene erratas italianizantes;
- 3) Era cosa corriente en el Renacimiento disfrazar ediciones con portadas licencias nuevas;
- 4) Lleva los mismos grabados, grandes y pequeños, que los empleados por la casa Cromberger.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> MONTALVO, Garci Rodrigues. *Amadis de Gaula*. Edição de Edwin B. Place, op. Cit, p. 23.

A capa é feita em madeira e possui imagens de um cavaleiro montado a cavalo e, ao seu lado, um escudeiro carregando uma lança. À frente deles, um anão carregando um machado e um criado levando uma lança. Em cima, o título, *Amadis de Gaula*. Essa estampa é reproduzida no início de cada tomo da obra. A versão apresenta 284 fólhos, é escrita em letra gótica e dividida em duas colunas. Existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Paris, no Museu Britânico e na Biblioteca da Sociedade Hispânica de Nova York.

A casa tipográfica de George Cocci publicou mais uma edição do *Amadis de Gaula* no ano de 1521. Essa edição possui pouquíssimas diferenças em relação à primeira. Ela, assim como a edição de 1508, é organizada por Montalvo, possui 298 fólhos mais três não numerados e é escrita em letra gótica. Na capa a figura central é um cavaleiro montado e armado. Em volta dele estão agrupados muitos cavaleiros armados e com lanças em cima, o título “*Amadis de Gaula*”.

A cidade de Sevilha foi o local onde mais se publicaram edições do *Amadis*. A maioria das publicações foi responsabilidade da casa tipográfica de Cromberger. A primeira edição publicada pela imprensa de Cromberger é datada em vinte de abril de 1526. No centro da capa destaca-se a imagem de um cavaleiro barbado, armado e montado, seguido por outros dois cavaleiros montados e de um pajem (ou anão) a pé. No fundo da imagem figura um castelo. Em cima da gravura o título “*Amadis de Gaula*”. Na parte de baixo da capa encontra-se a seguinte frase: “*Los quatro libros de Amadis de Gaula nueuamente impressos y hystoriados em Sevilla*”.

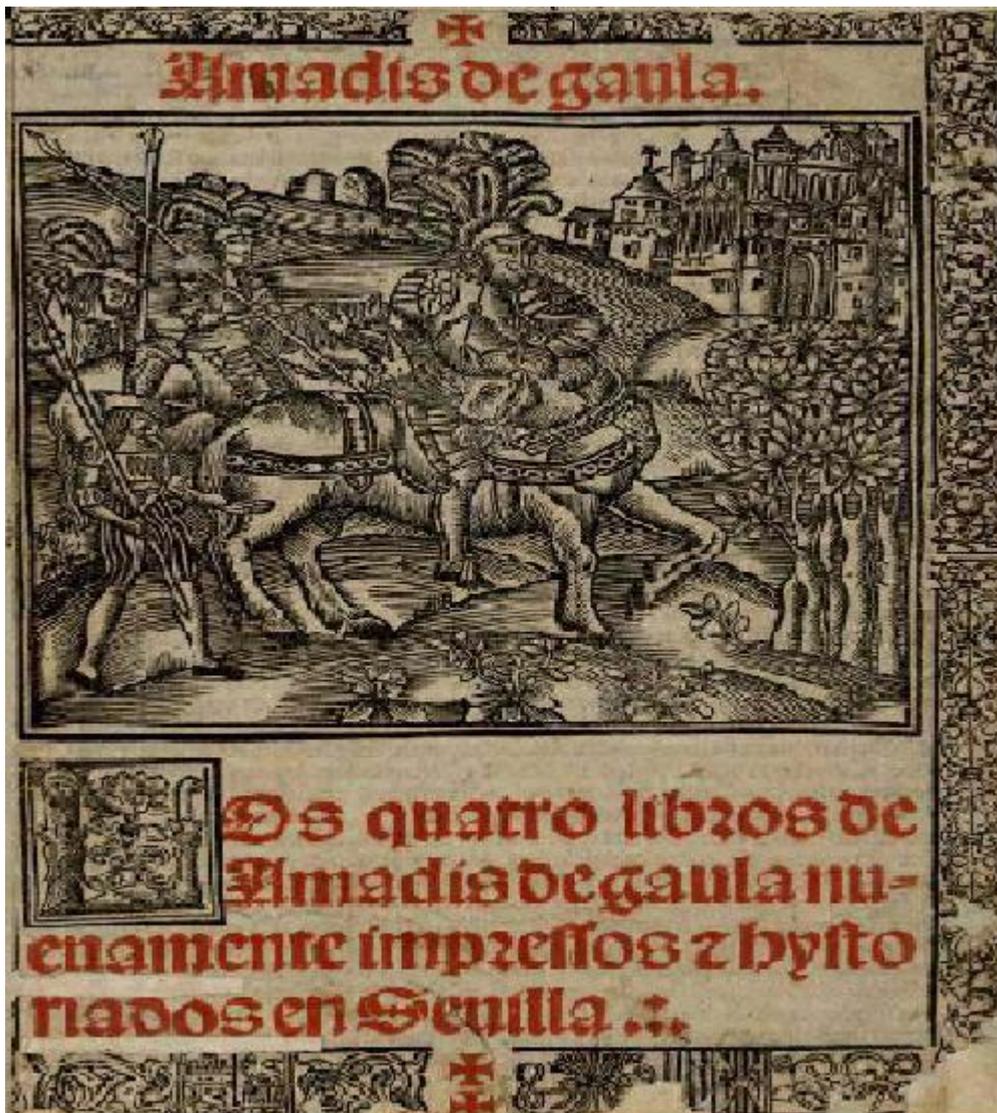


Ilustração 1- Capa da edição de Sevilha. Biblioteca Nacional de Portugal

A publicação é atribuída a Juan Cromberger e Jacobo Cromberger. O livro conta com 302 fólhos escritos em letra gótica. Na epígrafe o sobrenome de Montalvo está grafado como Ordoñes de Montalvo. A Biblioteca do Arsenal de Paris possui um exemplar.

Outra publicação da casa Cromberger é datada em vinte e dois de junho de 1531. A capa é idêntica à anterior. A publicação é atribuída somente a Juan Cromberger. O livro apresenta 298 fólhos, quatro a menos do que o publicado em 1526. A Biblioteca Nacional de Madrid possui um exemplar e o outro se encontra no Museu Britânico. Em 1535, Juan Cromberger publica no dia vinte e dois de junho mais uma versão do Amadis na cidade de Sevilha. A capa não possui alterações em relação às anteriores. O livro conta com 300 fólhos e não há nenhum exemplar conservado hoje. Outra

publicação da casa Cromberger data de 1547. Esta edição é atribuída a Jacobo Cromberger e não possui nenhuma alteração em relação à edição de 1535. A Biblioteca Nacional de Paris possui um exemplar dessa edição. Já a última edição atribuída a casa Cromberger é datada de 1552 e seu paradeiro é desconhecido.

Outra edição publicada na cidade de Sevilha é a de Alonso de La Barrera, datada de 1575. Acerca dos detalhes formais dessa edição sabemos que ela está em fólhos (não sabemos a quantidade) e em letra de Tortis. Sua localização atual é desconhecida. A última publicação do *Amadis de Gaula* na cidade de Sevilha, no século XVI, foi realizada em dezembro de 1586 por Fernando Díaz. “*Los quatro libros de Amadis de Gaula nuevamene corregidos com licencia del Consejo Real. En Sevilla por Fernando diaz /Año 1586. A costa de Alonso de Mata mercader de libros*”. Estas inscrições estão presentes na capa da obra abaixo da estampa que mostra um cavaleiro montado precedido de um escudeiro carregando uma lança. Essa edição contém 307 fólhos escritos em letra gótica. Existem hoje dois exemplares da Biblioteca Nacional de Madri, um na Biblioteca Nacional de Paris, um no Museu Britânico e outro na Sociedade Hispânica de Nova York.

No ano de 1575, a imprensa de Lucas de Junta, localizada na cidade de Salamanca, publica três edições do *Amadis*, que apresentam distinções muito sutis. A primeira edição tem início com o seguinte texto: “*Aqui comiençam los quatro libros primeros del invencible cavallero Amadis de Gaula, en los quales se tratan de sus altos hechos de armas y cavakkerias, nuevamente impressos em Salamanca, com licencia del consejo Real de su Magestad. A costa de Lucas de Junta, Año de M.D.L.XXXV.*” A segunda edição é idêntica à primeira, salvo o fato da confecção do livro ter sido financiada por Vicencio Portonariis e não por Lucas de Junta. A licença do Conselho Real para a impressão da obra é concedida a Lucas de Junta. Esta licença é descrita no verso da capa e autoriza a impressão dos livros de *Amadis de Gaula*, historiados e impressos em Sevilha. A partir disso, deduz-se que as edições da imprensa de Junta tratam-se de reimpressões de alguma edição publicada pela casa Cromberger. A terceira edição apresenta alterações na epígrafe do primeiro livro e no final da obra onde se aferiu que o livro fora publicado em Salamanca pela casa de Pedro Lasso, livreiro. O paradeiro desta última edição é desconhecido. A primeira edição de Junta pode ser encontrada na Biblioteca Nacional de Madrid, na Biblioteca de Palacio (Madri) e no Museu Britânico. A segunda edição encontra-se na Biblioteca da Sociedad Hispânica

de Nova York e na Biblioteca Nacional de Paris. As três edições possuem 307 fólhos e foram impressas em letra gótica.

A impressa de Juan Antonio de Sabia, localizada na cidade de Veneza, publicou em 1533, uma edição do *Amadis de Gaula*. Essa edição foi produzida à custa de Juan Batista Pedrazano. Francisco Delicado foi o editor corretor dessa edição e substituiu o prólogo de Montalvo por um seu, intitulado “Prohemio del corrigidor de las letras mal endereçadas”. À epígrafe de Montalvo, delicado acrescenta o seguinte texto: “*animando los coraçones gentiles de manzebos belicosos que com grandissimo affecto abrazan el arte de la milícia corporal animando la imortal memória del arte de cavalleria no menos honestíssimo que glorioso*”. O livro possui 350 fólhos e está impressa em letra redonda. A Biblioteca Nacional de Madrid possui três exemplares, a Biblioteca Mazarine de Paris possui um, o Museu Britânico possui três e existe outro na Biblioteca Pública de Boston.

No dia primeiro de dezembro de 1545, o *Amadis* foi publicado na cidade de Medina del Campo tendo por impressores Joan de Villaquiran e Pedro de Castro. Esta edição possui 307 fólhos e foi escrita em letra gótica. O único exemplar conhecido encontra-se na Biblioteca Nacional de Paris.

A casa de Servacio Sasseno publicou à custa de Arnaldo Byrckmenno uma edição do *Amadis* na cidade Louvaina, datada em vinte de outubro de 1551. Essa edição possui quatro tomos, letra gótica, e apresenta 348 fólhos. A Biblioteca Nacional de Madrid possui três exemplares e outro exemplar se encontra no museu Britânico.

Em Burgos, Pedro de Santilhana publicou uma edição do *Amadis* no ano de 1563. A epígrafe do Tomo I é a de Montalvo. A edição possui 300 fólhos e letra gótica. A Biblioteca Nacional de Madrid possui um exemplar.

Outra edição em castelhano do *Amadis de Gaula* foi publicada na cidade de Geraldo Alcalá de Henares no ano de 1580. Tal publicação foi feita à custa de Ivan Gutierrez mercador de livros. A licença para a publicação foi concedida a Ivan Gutierrez. A edição possui 286 fólhos e letra gótica. A Biblioteca Nacional de Paris possui um exemplar. Outro exemplar pode ser encontrado na biblioteca da Universidade de Valladolid.

#### 1.4. O Amadis primitivo

No prólogo, Montalvo faz alguns esclarecimentos aos leitores sobre a forma como estruturou a obra:

“corrigiendo estos tres libros de Amadis que por falta de los malos escritores ó componedores muy corruptos ó viciosos se leiam, y trasladando y emmendando el libro cuarto” No início do primeiro livro, dizia ainda que o corrigira de “los antiguos originales que estaban corruptos é compuestos en antiguo estilo por falta de los diferentes esciptores quitando muchos palabras supérfluos, é poniendo otras de mas polido y elegante estilo, torantes á la caballeria e actos de ella”<sup>49</sup>..

Ao fazer tais ressalvas, o autor-compiler, aponta para um ponto importante que é o fato de haver antes de sua intervenção a existência do *Amadis de Gaula* em três volumes. Montalvo afirma ter feito algumas “correções” na obra com intuito de torná-la mais adequada às necessidades de seu tempo. Essas interpolações eram marcantes na literatura e não se limitam às épocas antiga e medieval sendo notáveis ainda nos primórdios da contemporaneidade.

Considerando aqui os casos específicos das literaturas antiga e medieval que se reproduzem em sociedades majoritariamente analfabetas, constatamos que elas possuem aspectos formais conscientemente propícios à memorização e à reprodução oral. Dessa forma, nos deparamos com textos escritos para serem contados e recontados e não somente lidos e relidos. Trata-se de uma literatura que não se dá somente por intermédio da escrita, mas também claras características de oralidade.

Assim, encontramos histórias irremediavelmente alteradas pela oralização. Muitos relatos só existiam na tradição oral sendo, em alguns casos, redigidos séculos depois de sua composição. Como acontece na Bretanha, no século XII, quando a região é dominada pelos normandos e diversos contos da tradição oral céltica foram postos por escrito a mando de chefes locais com intuito de manter as antigas tradições.

A oralização abre espaço para subjetivismos. O narrador impregna a narrativa com suas próprias impressões interpolando-a de acordo com seus valores estéticos e morais. Por vezes, as interpolações transformam o narrador em autor. Dessa forma, chega-se a uma questão que merece atenção neste trabalho: a autoria.

---

<sup>49</sup> MONTALVO, Garci Rodrigues. *Amadis de Gaula*. Edição de Edwin B. Place, op. Cit, p. 08.

Determinar a autoria de uma obra literária medieval é praticamente impossível. Isso se deve às condições que as obras eram reproduzidas e transmitidas ao público. Antes da invenção da imprensa, o acesso a textos escritos era muito limitado. Somando-se ao fato da maior parte da população ser iletrada, a difusão literária ocorria essencialmente a partir da tradição oral. Dessa forma, o nome do autor primitivo se perdia no tempo e por vezes poderia ser confundido. Na verdade, a questão da autoria não parece constar entre as preocupações dos escritores medievais. Entretanto, em alguns casos figurará enquanto problemática para os críticos da posteridade, como ocorre com o *Amadis de Gaula*.

É praticamente impossível saber até que ponto as interpolações de Montalvo modificaram o *Amadis*. Não parece absurdo afirmar que suas “correções” foram suficientes para transformá-lo em autor de um *Amadis* moderno que destoa do *Amadis* primitivo, do qual se tem notícias desde o século XIV. Entretanto, a ausência de uma versão completa da obra anterior ao texto de 1508, torna praticamente impossível saber até que ponto as interpolações de Montalvo modificaram a obra.

Como já foi dito, o *Amadis de Gaula* era conhecido até o século XVI em uma versão dividida em três volumes. Por esse motivo acreditou-se, por séculos, que a maior alteração feita por Montalvo ao *Amadis* primitivo seria a composição de um quarto livro onde se narra os feitos de Esplandián, filho primogênito de Amadis e Oriana.

Em 1953, a pesquisadora argentina, Maria Rosa Lida de Malkiel,<sup>50</sup> publicou um estudo onde levanta a hipótese de que o *Amadis* primitivo começaria com o nascimento do protagonista e terminaria com a morte deste em uma luta com seu filho desconhecido, Esplandián<sup>51</sup>, remetendo, portanto o *Amadis de Gaula* às histórias do lendário rei Artur. A análise de Malkiel foi baseada somente na leitura do *Amadis* de Montalvo. Uma leitura pormenorizada e extremamente erudita, entretanto, incapaz de provar a presença de Esplandián no texto primitivo, uma vez que a pesquisadora não dispôs de fontes que corroborassem com sua hipótese. No entanto, Malkiel foi a primeira pessoa a levantar tal questão.

---

<sup>50</sup> AVALLE-ARCE, Juan Bautista. *El Amadis primitivo*. <http://cvc.cervantes.es/obref/aih/pdf/06>. P 79. [S. L]: s/d. Disponível em <<http://cvc.cervantes.es/obref/aih/pdf/06>>. Acessado em 09 de maio de 2007.

<sup>51</sup> Ibidem, p 80.

De maior valor elucidativo para o estudo do *Amadis* primitivo foram os fragmentos descobertos por Antonio Rodríguez-Moñino. Em 1956, Rodríguez-Moñino publicou em Madri um estudo intitulado *El primer manuscrito del Amadis de Gaula*. Nesse estudo, foram analisados quatro fragmentos de uma versão manuscrita do *Amadis*, datados de 1420. Esse trabalho contava com nota paleográfica, feita por Augustín Milhães Carlo, e com um estudo lingüístico realizado pelo filólogo Rafael Lapesa. Nestes fragmentos, constava o nome de *Esplandián*, o filho desconhecido de *Amadis*, o que elimina a hipótese de que tal personagem teria sido criado por Montalvo.

A ausência de fontes dificulta o estudo do *Amadis* primitivo e nos impossibilita saber quais foram os pontos alterados por Montalvo e o quanto suas interpolações modificaram a estrutura e retiraram características importantes da obra. O que podemos afirmar é o fato do *Amadis* de Montalvo ter sido temperado ao sabor dos homens do século XVI, a rápida difusão na Europa quinhentista desta novela, autoriza-nos a explorar tal questão.

### **1.5. O Amadis de Gaula no bojo de disputas nacionalistas**

O fato de termos poucas informações sobre as características do *Amadis* primitivo suscita muitas questões sobre a obra. Quatro problemáticas principais giram em torno do *Amadis*, são elas: a língua primitiva em que a obra foi escrita, a autoria, o local e a data em que foi composta. Por mais de um século pesquisadores portugueses e espanhóis tentam resolver essas questões, atentando principalmente para os problemas referentes à autoria e a língua original da obra primitiva.

A delicadeza do assunto fez com que os investigadores tomassem posturas opostas, limitando as pesquisas em dois pólos: os que defendem a autoria e a língua portuguesa e os que pendem abertamente à primazia castelhana. Entre os investigadores lusófilos, os principais expoentes são: Dona. Carolina Michaelis, António Sardinha, Rodrigues Lapa e Ph Lesbegue; em posição contrária temos: Menéndez y Pelayo, Willians, Entwistle, H. Thomas, Aubrey Bell, Alberto Xavier e Edwin B. Place.<sup>52</sup>

---

52

Ibidem, p. 07.

A alusão mais antiga ao *Amadis* foi descoberta por R. Fouché-Delbose, em 1906. Fouché-Delbose encontrou uma referência do *Amadis de Gaula* em uma glosa da tradução espanhola do *De regimine principum* de Egidio Romano. Esta tradução foi realizada por Juan de Castrogeriz entre 1345 e 1350. Outra menção ao nosso herói é feita pelo autor castelhano Pedro López Ayala que viveu entre 1332 e 1407, que afirma ter lido o *Amadis* em sua juventude<sup>53</sup>. De acordo com o trovador castelhano Pedro Ferruz, que viveu durante o reinado de Henrique II (1369-1379), o *Amadis de Gaula* era uma obra dividida em três tomos.<sup>54</sup> Essas três referências do *Amadis* possuem em comum o fato de terem sido aludidas por autores castelhanos coetâneos. A partir delas podemos concluir que pelo menos desde a primeira metade do século XIV o *Amadis de Gaula* já era uma obra que gozava de popularidade no seio da corte Castelhana.

Portanto, as menções mais recuadas do *Amadis* são oriundas de fontes castelhanas do século XIV. Os autores dessas referências, porém, não deixaram nenhuma informação sobre a língua da obra e sua autoria. Entretanto, o fato das primeiras referências serem castelhanas e a possibilidade da versão primitiva estar escrita em castelhano não seriam suficientes para atribuir à obra nacionalidade espanhola, pois era comum na corte portuguesa a escrita em castelhano.

Em Portugal, as primeiras alusões à obra só são conhecidas a partir do século XV. Pertence ao cronista Gomes Eanes Zurara, a primeira referência temporal do *Amadis*, em Portugal.

Na sua crônica de D. Pedro de Meneses, redigida entre 1458 e 1463, Zurara cita a obra, além de apontar um possível autor para a mesma: Vasco Lobeira. O cronista também afirma que a obra foi composta na época do rei D. Fernando que começou a reinar a partir de 1345. À época do rei D. Fernando, o *Amadis* já figurava entre as obras lidas na corte castelhana, fato que pode ser comprovado pelas referências de Castrogeriz, Ferruz e Ayala. Dessa forma, Vasco não poderia ser o autor do *Amadis*. Vasco Lobeira também é citado no primeiro verso de um soneto escrito pelo poeta português António Ferreira. Este nos concede mais informações sobre Vasco e sobre a composição do *Amadis*.

Segundo António Ferreira, Vasco Lobeira era natural da cidade do Porto e havia escrito o *Amadis de Gaula* na linguagem comum no reino de Portugal nos tempos de D.

---

<sup>53</sup> PLACE, Edwin B. Introdução. In: *Amadis de Gaula*, op. Cit ,p. 21.

<sup>54</sup> **Obras Completas de Gil Vicente.** Prefácio: Professor Marques Braga. Volume IV. Coleção de clássicos. Lisboa: Sá da Costa, 1943. P.08.

Dinis.<sup>55</sup> Miguel Leite Ferreira acrescentou, em 1598, uma nota em dois sonetos de seu pai António Ferreira. Na referida nota, Miguel, assim como António, aponta Vasco como autor do *Amadis de Gaula*. Segundo esses dois autores, Vasco Lobeira vivera no período do Rei D. Dinis e não durante o reinado de D. Fernando. A publicação do Cancioneiro, de Colocci-Brancutti, em 1880 trouxe à luz um outro Lobeira: João. João Lobeira fora um cavaleiro-fidalgo oriundo da Galiza. Segundo Álvaro Júlio da Costa Pimpão:

A única prova verdadeiramente valiosa da origem portuguesa do Amadis, encontra-se em um *Lais* que tem os números 230 e 232 no Cancioneiro da Biblioteca Nacional. Esse *Lais* vem atribuído, no mesmo Cancioneiro com mais cinco Cantigas de amor, a João Lobeira, personagem perfeitamente histórica. Segundo Francisco Brandão, no livro XVIII da monarquia lusitana, João Lobeira era filho de Pero Soares Alvim e meio irmão do trovador Martim Perez de Alvim. É provável que João tenha sido vassalo de D. Afonso IV, filho de D. Afonso III. O nome Leonoreta, que aparece do *Lais* da Biblioteca Nacional, é o de uma das filhas do rei Lisuarte (...).<sup>56</sup>

O *lais*, ao qual Pimpão se refere aparece no capítulo LIV do segundo tomo da obra. No texto o “vilancico” é atribuído a *Amadis* que o compõe em nome da jovem donzela Leonoreta, irmã de sua amada Oriana, para quem a canção é verdadeiramente endereçada. De acordo com Pimpão, quem compôs a cantiga escreveu conseqüentemente o contexto. Segundo Dona Carolina Michaëlis, é provável que Vasco Lobeira seja descendente de João Lobeira. Vasco teria ordenado e acrescentado à obra um terceiro livro. Para chegar a tal conclusão, a autora admite a possibilidade de Miguel Ferreira não saber distinguir a linguagem falada no tempo de D. Fernando com a do tempo de D. Dinis. Dessa maneira, o Vasco noticiado por Zurara enquadra-se perfeitamente no período histórico que este autor o encerra, sendo, portanto imediatamente posterior a João Lobeira, este sim teria vivido no tempo de D. Dinis.<sup>57</sup>

Outro ponto que corrobora pela autoria e nacionalidade portuguesa do *Amadis de Gaula* encontra-se na seguinte passagem do capítulo XL do primeiro livro do *Amadis*:

... por muy gran fuerça de amor costreñida... fui por parte Della requerido que dél y de su persona sin ningún entrevalllo señor podía ser; mas esto sabido por Amadis, dio enteramente conocer que las angustias y dolores con las muchas lágrimas derramadas por su señora Oriana, no sin gran lealtad las

---

<sup>55</sup> PIMPÃO, Álvaro Júlio da costa. *História da Literatura Portuguesa*. Primeiro volume (séculos XII a XV). Porto: Porto Editora, 1950, p. 203.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 203.

<sup>57</sup> MARQUES, F da Costa, *op. Cit*, p.11.

passava; ahunque el señor infante don Alfonso de Portugal, auiendo piedad desta hermosa donzella, de otra guisa lo mandase poner. En esto hizo lo que su merced fue, mas no aquello que en efecto de sua amores escribió.<sup>58</sup>

É unânime entre os críticos que o Infante D. Afonso em questão trata-se ou do infante D. Afonso, irmão de D. Dinis, ou do rei D. Afonso IV. Sendo assim, as datas são coerentes com a época em que o trovador português, João Lobeira, vivera na corte portuguesa, sendo este, de acordo com os pesquisadores lusófilos, o mais provável autor do *Amadis* primitivo.

Como pudemos observar, nenhum argumento exposto aqui é suficientemente coerente a ponto de definir a autoria e nacionalidade do *Amadis de Gaula*. Mesmo que se considere como assente a autoria portuguesa da obra, ainda restaria resolver a questão da língua primitiva em que ela fora escrita. Os autores contemporâneos, citados nesse texto, parecem ter concentrado, de forma exagerada, a atenção de suas pesquisas na questão da autoria e da nacionalidade, ignorando alguns fatores históricos que dizem respeito à sociedade ibérica dos séculos XIII, XIV e XV e, por conseguinte a situação da língua portuguesa. Primeiro, é importante assinalar o fato da corte portuguesa, do período em que possivelmente fora composto o *Amadis*, ser bilíngüe. Assim sendo, documentos escritos podiam ser redigidos em castelhano, da mesma forma que uma composição literária. Outro fator importante é o grau de “evolução” da língua portuguesa em finais do século XIII e início do XIV. É um período em que a língua passa da fase conhecida como *proto-histórica* para a fase *arcaica*. Nesse momento, o português é ainda muito mesclado com dialetos de origem latina, mais especificamente o galego. No que tange à literatura do período assinalado, Oscar Lopes e Antonio José Saraiva afirmam o seguinte:

Anteriormente a Fernão Lopes, mal se pode falar de uma literatura portuguesa independente. A esta literatura peninsular em língua portuguesa e galego-portuguesa serviu de importante foco a corte de Fernando III e, sobretudo de Afonso X, o sábio, reis de Castela e Leão e seus sucessores.<sup>59</sup>

De acordo com Saraiva, o *Amadis de Gaula* é o livro em prosa onde mais exemplarmente se espelham os modelos da corte de D. Afonso X e D. Dinis e

---

<sup>58</sup> MONTALVO, *Amadis de Gaula*, op. Cit, p.444.

<sup>59</sup> LOPES, Oscar e SARAIVA, Antonio José, op. Cit, p.39.

poderia ter sido composto na corte de Afonso X, onde o galego-português era predominante nas cantigas e o castelhano nos textos em prosa.<sup>60</sup> Em *Iniciação à literatura portuguesa*, Saraiva afirma que o *Amadis* “pertence ao pecúlio literário comum a portugueses e castelhanos”<sup>61</sup>.

Segundo F. Costa Marques o *Amadis*:

(...) se trata duma obra de pura imaginação, sem base nacional ou histórica; e, embora se diga no princípio do romance que a sua acção se passa não muitos anos depois da paixão de Cristo, os costumes e os episódios permitem-nos situá-la em plena idade média. Além disso, os seus sentimentos e ideais, as suas aspirações e afetos, são de ordem mais universalmente humana do que tipicamente nacional<sup>62</sup>.

Destarte, retomamos aqui alguns aspectos textuais que há muito vem sendo tomados como referência com o intuito de aferir a “nacionalidade da obra”. A começar pela questão da “imaturidade” da prosa em línguas românicas antes do século XIV, período ao qual se atribui a composição primitiva da obra. Outro fato é a ausência de uma versão escrita anterior ao século XVI, e por último, o anonimato do autor primitivo. Estas duas últimas questões relacionam-se com as condições da produção literária laica na Idade Média, que de fato destoam muito das nossas.

O conhecimento da obra não implica a sua materialidade, posto que não se fazia necessário um texto escrito para que a obra de fato existisse. Da mesma forma, o texto dificilmente seria fruto de um único autor, considerando as condições em que fora transmitido e a irrelevância que as questões referentes a autoria tinham para os homens medievais. Nesse sentido, a tentativa de identificar a “nacionalidade” do *Amadis de Gaula* converteu-se em uma querela nacionalista entre autores portugueses e castelhanos, pois a amplitude do conteúdo da obra se estende a ambos os países.

---

<sup>60</sup> SARAIVA, Antonio José. *O crepúsculo da idade média em Portugal*. Lisboa; Gradiva, 1988, p. 45.

<sup>61</sup> SARAIVA, Antonio José. *Iniciação à literatura portuguesa*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

<sup>62</sup> MARQUES, F. Costa, op. Cit, p.21.

## 2. A prosa portuguesa no século XV: As crônicas e literatura moralística

Entre meados do século XIV e início do XV, é possível observar, em Portugal, um desenvolvimento acentuado da literatura escrita, em grande parte apoiada e patrocinada pelo poder régio. Esse movimento pode ser apreendido a partir da profusão de material escrito produzido fora dos meios eclesiásticos.

Com o advento da Casa de Avis ocorre um aumento da produção de livros na corte portuguesa, antes mesmo do surgimento da imprensa. D. João I e os príncipes da *Ínclita Geração* inovam a literatura em prosa com a redação de tratados doutrinários e moralistas que abordam temas como religião, política e normas de conduta. Outra novidade do período é a criação do cargo de cronista-mor do reino, fato que está diretamente ligado a necessidade de legitimar a nova Dinastia, bem como revela preocupação com a questão da memória e, por conseguinte, da identidade. Assim, a literatura converte-se no principal mecanismo difusor da ideologia monárquica que doravante, busca seus fundamentos na resignificação das noções de cavalaria, cruzada e missão.

Desde os primeiros anos do reinado de D. João I, observou-se a proliferação de obras literárias escritas em prosa e com uma forte entonação moralística. Quanto a essa nova “tendência” literária no reino português, António José Saraiva assinala que:

Os príncipes de Avis não são poetas, como fora D. Dinis. A tradição lírica esgotara-se com os últimos jograis da escola galega. Agora os escritos têm um propósito didático e moralista e pretendem ser úteis aos leitores. A moral senhorial é neles temperada pela moral cristã, que recomenda as “boas obras”.<sup>63</sup>

Diretamente ligada à expansão portuguesa, a literatura em prosa circulante no reino de Portugal possui importante papel legitimador desse movimento e conseqüentemente das guerras empreendidas na África, ao longo dos séculos XV e XVI, sendo, dessa forma, um poderoso instrumento político. Nesse sentido, de acordo com Sílvio Galvão de Queirós:

(...) a prosa, por suas especificidades, atende melhor ao ímpeto normatizador e centralizador que são características da dinastia de Avis. O período anterior, o da dinastia de Borgonha, foi marcado pela reconquista territorial – o que

---

<sup>63</sup> SARAIVA, Antonio José. *O crepúsculo da idade média em Portugal*, op. Cit, p 83.

significou certo grau de co-gestão do reino partilhada pela nobreza e pelo rei, como também pelo desencadeamento do processo que descolou o rei de sua situação de *primus inter pares*- o advento do Messias de Lisboa e da dinastia que inaugura é o vetor da centralização do poder, da fundação da nacionalidade, da definição da língua, da consolidação e expansão do território e da criação de um modelo de governo e de estado em que o rei é realidade indissociada do reino<sup>64</sup>.

A partir das ponderações de Galvão de Queirós, podemos observar que a consolidação da literatura em prosa, à época de Avis, coincide com o amadurecimento da língua portuguesa que, nesse período, encontrava-se em sua fase arcaica. As composições poéticas em galego-português e em castelhano, bem como os romances de cavalaria de influência provençal -tão comuns durante a dinastia de Borgonha- cediam espaço para uma prosa austera e medida como eram as obras dos príncipes de Avis e para uma literatura de cunho propagandístico, produzida pelos cronistas oficiais do reino, à mando da Monarquia. Dentre as grandes obras em prosa, produzidas no século XV, em Portugal, essa pesquisa selecionou como fontes as crônicas de Gomes Eanes de Zurara e o *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, escrito pelo rei D. Duarte. A utilização da crônica de Zurara, bem como do tratado técnico do rei D. Duarte nesta pesquisa tem por finalidade a caracterização de um modelo paradigmático de cavaleiro português a partir da análise dos ideais de cavalaria expressos nessas obras.

### 3. As crônicas: O cronista de D. Afonso V

Gomes Eanes de Zurara nasceu entre 1404 e 1409, provavelmente na vila do Pinheiro Grande, próximo a Santarém.<sup>65</sup> Sobre a sua origem familiar sabe-se somente que o cronista era filho de João Eanes de Zurara que, provavelmente fora cônego da sés de Coimbra e Évora, o qual se referem alguns documentos do início do século XV. Não há nenhum registro que forneça dados acerca de sua origem materna. Entretanto, de acordo com Antonio Joaquim Dias Dinis, o pai ou a mãe do cronista deveria pertencer a alguma categoria social superior fidalga ou nobre, pois somente isso explicaria alguns fatos de sua vida como ele ter vivido com D. Duarte e ter sido criado e educado por el-

---

<sup>64</sup> QUEIRÓZ, Silvio Galvão de, *op. Cit.*, p.41.

<sup>65</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Cronistas Do Século XV Posteriores A Fernão Lopes*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, p.35

rei D. Afonso V. em alguns pontos de sua obra o cronista deixa claro que freqüentou o paço real desde cedo, onde provavelmente fora instruído. Outro fato a se considerar era o tamanho apreço que D. Afonso V parecia nutrir por Zurara, o que fica evidente em algumas cartas endereçadas ao cronista. Destaca-se também a admissão de Zurara na ordem de Cristo como cavaleiro e comendador quando isso era reservado por antigos estatutos a escudeiros ou fidalgos<sup>66</sup>

Zurara foi o segundo cronista-mor do reino de Portugal e começou a exercer o cargo em 1449, substituindo Fernão Lopes. A ele são atribuídas a autoria de quatro crônicas produzidas entre 1450 e 1467, quais sejam: a *Crônica da Tomada de Ceuta*, a *Crônica dos feitos e Conquistas da Guiné*, a *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses* e a *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*.

A produção cronística de Gomes Eanes de Zurara tem como característica principal a exaltação dos grandes feitos militares da Dinastia de Avis. As crônicas de Zurara consagram o espírito de cruzada, as proezas cavaleirescas, as façanhas dos nobres na guerra contra o infiel no norte da África, delegando a nobreza portuguesa extremada importância no período da expansão do reino, sendo este grupo identificado como essencial para a manutenção do reino. De acordo com António José Saraiva, a perspectiva histórica de Zurara é extremamente restrita e unilateral, uma vez que ao dar elevado valor aos feitos cavaleirescos de alguns personagens da nobreza, exclui de seus relatos a “gente miúda”, ignorando, dessa forma, a quase totalidade da realidade nacional<sup>67</sup>.

A condenação a essa “unitelaridade” das obras de Zurara, que consagram um único segmento da sociedade, é corrente nos críticos do autor que, inevitavelmente, comparam o estilo do cronista com o de seu antecessor, Fernão Lopes. Quanto a isso Joaquim Veríssimo Serrão assinala que:

Costuma distinguir-se em Zurara o historiador probo do escritor pesado que não teve a arte de dominar o estilo cuja obra traduz um retrocesso literário em relação a Fernão Lopes. A crítica não o tem poupado no exame textual, censurando-lhe as citações e o empolamento que confere ao estilo. É verdade que o cronista cai muitas vezes em pura retórica, dando mostras de uma erudição que torna a matéria histórica dispersiva<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> DINIS, António Joaquim Dias. *Vida e Obra De Gomes Eanes De Zurara*. Lisboa: Agência geral das colônias, 1949. Vol I.

<sup>67</sup> LOPES, Oscar & SARAIVA, António José. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1976, p. 132.

<sup>68</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, op. Cit, p.37.

Nesse sentido, Serrão aponta que apesar de Fernão Lopes e Zurara terem sido contemporâneos, a comparação entre os dois cronistas deve ser ponderada, considerando, sobretudo, a formação cultural destes autores e a diferença quanto aos seus objetivos enquanto exerciam o cargo de cronista-mor do reino <sup>69</sup>. Fernão Lopes torna-se cronista em 1418 e relata a história de Portugal desde o reinado de D. Pedro I até 1411, durante o reinado de D. João I. Suas obras cobrem o período posterior à reconquista, época caracterizada por tentativas de organizar o Estado e pelos conflitos com o reino de Castela. É a partir dos escritos do primeiro cronista português que se formará o mito afonsino, bem como a identificação de D. João I como o “messias de Lisboa”. Destaca-se, como característica da crônica de Lopes, a tentativa de construir a memória do reino de Portugal tomando como base um paradigma de monarca que conjuga em si aspectos sagrados e guerreiros, justificando assim a ascensão do mestre de Avis ao trono, uma vez que este representa a continuidade do modelo de monarquia portuguesa. De acordo com a historiadora portuguesa Margarida Garcez Ventura, Fernão Lopes, na crônica de 1419, não faz alusão direta ao primeiro rei de Avis como o messias de Lisboa, porém o cronista aponta as circunstâncias que o farão ser identificado como tal.<sup>70</sup>

### 3.1. A *Crônica de Ceuta*

A primeira obra que o novo rei encomenda à Zurara é a *Crônica da tomada de Ceuta* que começa a ser escrita por volta de 1448 e, sendo publicada na cidade de Silves em 1450, portanto, trinta e cinco anos depois. A obra corresponde ao terceiro volume da *Crônica de El rei D. João I*, iniciada por Fernão Lopes, contudo, possui características bem distintas dos escritos do primeiro cronista do reino. De acordo com Francisco Maria Esteves Pereira, a crônica é a narrativa mais circunstanciada e verídica que se conhece sobre a empresa de Ceuta e dela provém todas as memórias e notícias, que escreveram os escritores posteriores. Ainda segundo o autor, a forma meticulosa como a *crônica* fora concebida faz presumir que antes de Zurara iniciar a sua

---

<sup>69</sup> Ibidem, p.37

<sup>70</sup> VENTURA, Margarida Garcez. O Messias de Lisboa. Um estudo de mitologia política (1383 - 1415). Lisboa: Edições Cosmos, 1992, p.29.

confeção possivelmente já tivessem sido escritas breves memórias sobre o feito.<sup>71</sup> Para Maria Tavares do Amparo Maleval, a crônica provavelmente foi feita sobre as anotações de Fernão Lopes<sup>72</sup>.

Acerca das fontes empregadas por Zurara na composição da obra destaca-se o *Livro da virtuosa benfeitoria* concluído em 1433 pelo Infante D. Pedro. Segundo Pereira, Zurara adaptou os capítulos V e VI, em sua Crônica. Outra obra que parece ter sido utilizada pelo cronista foi o *Leal conselheiro*, escrito pelo rei D. Duarte. No capítulo III da *Crônica da tomada de Ceuta*, intitulado “*Como o autor declara as razões por que esta força foy começada tam tarde*”, Zurara explica as razões pelas quais se pôs a escrever a obra, afirmando ter sido a mando do rei D. Afonso V que:

Ao tempo que primeiramente começou de gouernar seus regnos soube como os feitos de seu auoo ficauam por acabar. Considerando como o tempo escorregaua cada vez mais, e que tardando de serem escritos poderiam as pessoas que ali foram falecer.<sup>73</sup>

No referido capítulo, o autor enfatiza que viajou pelo reino em busca de testemunhas que pudessem conceder-lhe informações acerca da conquista da praça africana. O cronista afirma que escreve a obra segundo as memórias que lhe foram contadas por “pessoas autorizadas”, que assistiram aos conselhos e tomaram parte na execução da empresa, principalmente o Infante D. Henrique. De acordo com Maleval a crônica caracteriza-se pela uniteralidade do discurso dominado pela ideologia senhorial o que se explica por ter sido o Infante de Sagres a sua principal testemunha<sup>74</sup>.

A *Crônica da tomada de Ceuta* narra a conquista desta cidade marroquina por D. João I, em 21 agosto de 1415. A obra apresenta-se dividida em cento e cinco capítulos, nos quais, Zurara relata o processo de paz com Castela, os motivos que levaram o rei a engajar-se na empresa africana, narrando a expedição desde os preparativos até o retorno do rei à Europa.

---

<sup>71</sup> PEREIRA, Francisco Maria Esteves. In **Zurara**, Gomes Eanes de. *Crônica da tomada e Ceuta*. Publicada por ordem da academia das Sciencias de Lisboa, segundo os manuscritos N: 368 e 355. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, p. VIII.

<sup>72</sup> MALEVAL, Maria Tavares do Amparo. **O discurso de conquistadores e conquistados nas crônicas de Zurara**. IN *Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1994, pp.17-30.

<sup>73</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da tomada e Ceuta*. Publicada por ordem da Academia das Sciencias de Lisboa, segundo os manuscritos N: 368 e 355. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, p. 13.

<sup>74</sup> MALEVAL, op. Cit, pp.17-30.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa encontra-se o manuscrito mais antigo da obra que data do final do século XV, e outro exemplar datado do início do século XVI. A Biblioteca municipal do Porto possui outro códice do século XVI. O Museu Etnológico de Lisboa possui três códices do século XVII e a Biblioteca do Paço de Ajuda, um Códice de finais do século XVII ou início do XVIII. A primeira edição impressa da crônica data de 1644.

### **3.2. A crônica dos feitos e conquistas da Guiné**

A *Crônica de Guiné* subdivide-se em noventa e sete capítulos, neles desenvolvendo-se as fases da conquista das ilhas oceânicas, etapa inicial da expansão portuguesa sobre o Atlântico, e o reconhecimento do litoral oeste africano. Esta obra é efetivamente um panegírico ao infante D. Henrique e da grandiosidade das conquistas portuguesas no ultramar. É a primeira obra a narrar a descoberta de terras e povos na parte subsaariana do continente africano.

Zurara concluiu a crônica no ano de 1448, entretanto, os manuscritos e as versões completas da crônica se perderam por séculos. Em 1841, descobriu-se, na Biblioteca Real de Paris, um manuscrito completo da obra e no mesmo ano fora publicada uma edição crítica pelo Visconde de Santarém. Existem outros três manuscritos de conhecimento público são eles: o manuscrito de Valentim Fernandes; o manuscrito da Biblioteca Nacional de Madri e o manuscrito da Biblioteca de Munique. O primeiro é o mais antigo, com data de 1506, registrando parcamente a crônica. O manuscrito de Madri trata-se de uma cópia do final do século XVIII, sendo igualmente incompleto. O último, data do final do século XVII, sendo correspondente ao manuscrito parisiense<sup>75</sup>. As versões modernas da crônica são baseadas no manuscrito de Paris, por ser, até hoje, o mais completo já encontrado, e na edição de 1841.

---

<sup>75</sup> REIS BRASIL. Introdução. In ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*. Lisboa: publicações Europa América, 1989, p.15.

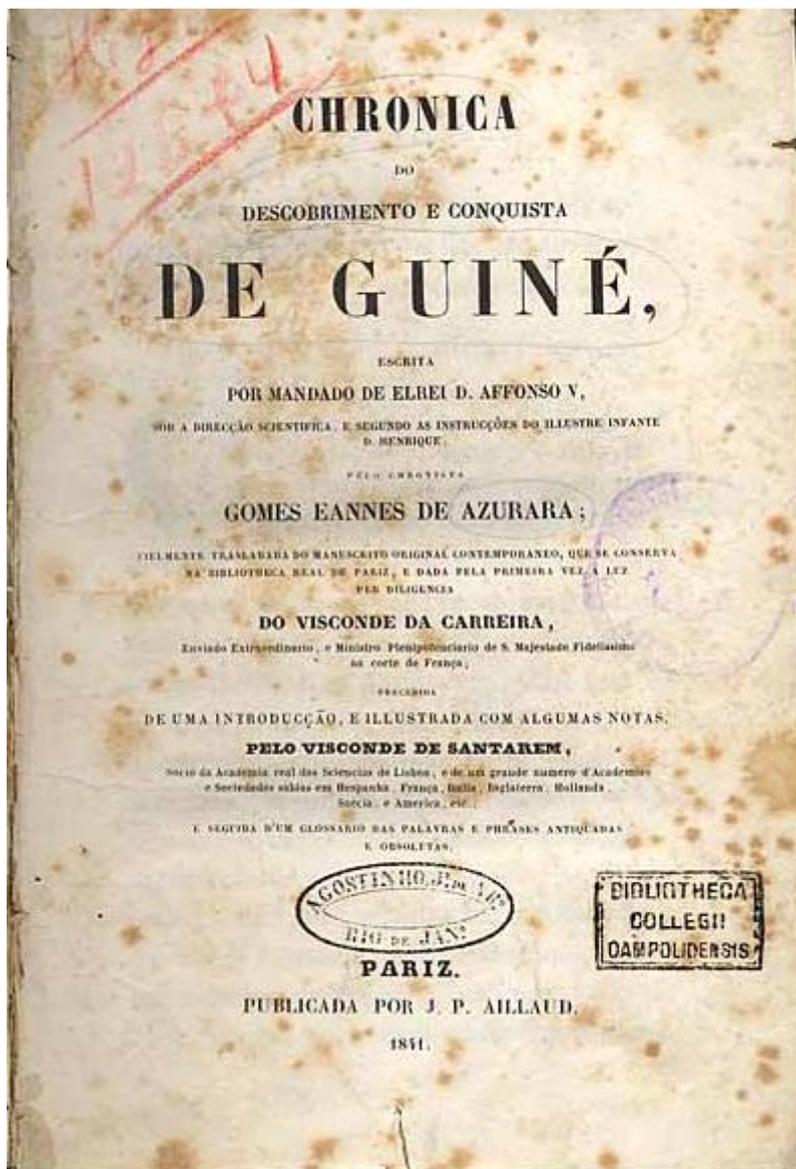


Ilustração 2- *Crônica dos feitos e conquistas da Guiné*. Capa da edição de 1841. Biblioteca Nacional de Portugal

Reis Brasil destaca a importância “histórica” da crônica por representar e por, segundo o autor, ser hoje “o arsenal que consegue suprir, ao menos em parte, a perda irreparável dos arquivos náuticos de Sagres”<sup>76</sup>. Ainda referindo-nos ao valor desta obra a seu tempo, e mesmo na contemporaneidade, destacamos uma passagem do Visconde de Santarém na introdução da sua, anteriormente citada, edição de 1841:

É, pois a esta singular e gloriosa excepção que devemos o precioso monumento que vamos dar pela primeira vez ao público: a *Crônica da Conquista de Guiné por Gomes Eanes d’Azurara*, escrito que é incontestavelmente não só o primeiro

76

Ibidem, p.13.

livro escrito por autor europeu sobre países situados na costa ocidental d'África além do cabo do *bojador*, e no qual se coordenaram pela primeira vez as relações de testemunhas contemporâneas dos esforços dos mais intrépidos navegantes portugueses que penetraram no famoso mar tenebroso dos árabes, e passaram além da meta que até então tinha servido de barreira aos mais experimentados marítimos do Mediterrâneo, ou das costas da Europa.

Com efeito, tendo sido os portugueses os primeiros descobridores dos países situados além do cabo do *bojador*, a honrosa missão de primeiro recontar estes descobrimentos competia a um português<sup>77</sup>.

Diante disso, é possível notar a relevância das conquistas portuguesas para o contexto europeu quatrocentista, levando em conta não somente os termos “práticos” da empresa africana, mas, sobretudo, o caráter ideológico baseado na noção de expansão da *respublica Christiana*. A guerra na África assumiu caráter missionário, à medida em que a ideologia que se consolidara no reino era a de que Portugal era a “nação” escolhida à expandir o cristianismo para além dos domínios Europeus. Nesse sentido, a luta contra o infiel converteu-se, a partir do “descobrimento” de novos povos, na salvação de almas pagãs.

### 3.3. A crônica do Conde D. Pedro de Meneses

A *Crônica D. Pedro de Meneses* foi escrita a mando do rei D. Afonso V e de D. Leonor de Meneses, filha do Conde D. Pedro. Esta obra narra a história do Conde D. Pedro de Meneses, primeiro governador português em Ceuta e é considerada por Zurara a continuação da crônica escrita sobre a conquista de Ceuta<sup>78</sup>.

As Crônicas de *D. Pedro de Meneses* e de *D. Duarte de Meneses*, apesar de produzidas a partir de ordem régia, enaltecem os feitos individuais desses nobres à frente do governo de Ceuta, ao contrário das outras crônicas régias, elas se caracterizam por seu aspecto “privado”.

Na *crônica do Conde D. Pedro de Menezes*, concluída em 1463, o autor relata os primeiros anos da dominação portuguesa na cidade marroquina de Ceuta sob o comando do Conde D. Pedro de Menezes. O dito Conde era oriundo de uma família de grande prestígio na sociedade portuguesa durante a dinastia de Borgonha e que por conta do apoio concedido a Castela durante o interregno foi obrigada a exilar-se com ascensão da casa de Avis. Entretanto, D. Pedro retornou ao reino por volta de 1403 e, quando da

---

<sup>77</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>78</sup> QUEIRÓZ, Sílvio Galvão de, op. Cit, p.64.

tomada de Ceuta, integrou as hostes régias, sendo nomeado capitão da praça em 1415 pelo rei D. João I. Não é, pois, um nobre de linhagem inferior que alcançou poder político com o advento da nova dinastia, ao contrário, é um membro da antiga nobreza senhorial que recupera seu prestígio político e social<sup>79</sup>.

A obra é dividida em dois tomos totalizando cento e vinte dois capítulos, nos quais é relatado o cotidiano na praça africana, evidenciando a situação de guerra permanente em que viviam os colonos, ressaltando sempre os feitos guerreiros dos portugueses que ali se assentaram. O primeiro volume da obra é bastante homogêneo, sendo a narrativa desenvolvida no mesmo espaço, diferentemente do segundo volume que apresenta referências a outros lugares e assuntos que fogem à temática da guerra.

O Conde D. Pedro faleceu em 1437 e, treze anos depois, Zurara termina a crônica da *Crônica da Tomada de Ceuta*, a qual lançou mão de testemunhos de pessoas que participaram da empresa para compor sua obra. Na *Crônica D. Pedro de Meneses*, o autor usa dos mesmos métodos para recolher dados sobre os fatos passados em Ceuta à época do governo do Conde, possivelmente se fez valer de alguns testemunhos utilizados na crônica anterior, tendo a sua disposição relatos contemporâneos ou pouco posteriores aos acontecimentos que descreve<sup>80</sup>.

A primeira referência manuscrita da *Crônica D. Pedro de Meneses* é de 1792 e encontra-se na “*Introdução as Chronicas de Gomes Eanes de Zurara*”, do Abade Corrêa da Serra. Trata-se do manuscrito atualmente conservado na biblioteca geral da Universidade de Coimbra. No final do século XIX, o lusófilo inglês, Edgard Prestage, cita na versão inglesa da crônica de guiné, datada de 1896, três manuscritos da *Crônica de D. Pedro de Meneses*, sendo dois localizados na Biblioteca Nacional de Lisboa e o outro na Academia de Ciências de Lisboa.

---

<sup>79</sup> CAMPOS, Nuno Silva. *Redes sociais: D. Pedro de Meneses e a construção da casa de Vila Real*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Estudos históricos Europeus da Universidade de Évora. Évora: 2002.

<sup>80</sup> BROCADO, Maria Teresa Braga. “edição e estudo”. In ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do conde D. Pedro de Meneses*: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p.11.

### **3.4.A Crônica do Conde D. Duarte de Meneses.**

A *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses* é a última obra produzida por Zurara e integra a “trilogia” que narra meticulosamente cinco décadas da presença portuguesa no Marrocos, iniciada com a *Crônica da tomada de Ceuta*, seguida pela *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*. Zurara afirma que a metodologia usada difere da de suas crônicas anteriores, podendo-se considerar um aperfeiçoamento de sua escrita. O autor enfatiza a viagem que fez à África em busca de informações que o ajudassem a compor a crônica<sup>81</sup>.

A obra continha cento e cinqüenta e seis capítulos, dos quais trinta e oito estão perdidos e vinte e um aparecem incompletos. Todos os manuscritos que temos conhecimento começam com a cópia da carta de D. Afonso V para Zurara, na qual o rei Africano solicita ao cronista que escreva a história do Conde D. Duarte.<sup>82</sup>

Quanto à estrutura, a *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses* apresenta-se dividida em três partes, quais sejam: 1ª O prólogo ou introdução, 2ª um relato de transição de D. Pedro para seu filho D. Duarte e a 3ª A crônica das guerras no Norte da África, de 1437 até 1464. O manuscrito mais antigo da crônica encontra-se na Torre do Tombo e data, provavelmente, do último quartel do século XV. A versão que utilizamos neste trabalho foi elaborada por Larry King, baseado no manuscrito da Torre do Tombo.

## **4. A Literatura moralística: O livro da *Ensinança de bem cavalgar toda sela***

O *livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela* é uma obra de autoria do rei D. Duarte, na qual, de acordo com alguns indícios internos da obra, o rei trabalhou em sua composição durante boa parte de sua vida tendo-a iniciado ainda quando infante e deixando o projeto incompleto por ocasião de sua morte.<sup>83</sup> Trata-se do primeiro tratado de equitação da literatura ocidental européia, de acordo com Saraiva e Lopes, a

---

<sup>81</sup> KING, Larry. Introdução. In: ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica de D. Duarte de Meneses*. Edição diplomática de Larry. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1978, p.30.

<sup>82</sup> Ibidem, p.28.

<sup>83</sup> MAUÉS, Fernando. As *ensinanças* do livro do cavalgar. In: MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*; São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.205.

*Ensinaça de bem cavalgar*, para além de sua intenção didática, possui um propósito pedagógico e social amplo, constituindo um tratado de comportamento que D. Duarte pretendia impor à nobreza.<sup>84</sup>

O manuscrito mais antigo que conhecemos foi descoberto em 1820 por José Xavier da Silva na Biblioteca Nacional de Paris, sendo encontrado, na mesma ocasião, o *Leal conselheiro*, obra que também se atribui ao rei filósofo. Em 1843, o códice achado na França foi publicado em Lisboa e no mesmo ano uma edição do *Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela* foi lançada em Paris com notas filológicas de José Inácio Roquete e com anotações históricas feitas pelo Visconde de Santarém<sup>85</sup>.

No que concerne à estrutura da obra, está dividida em três partes que aparecem antecedidas de um prólogo, abordando, respectivamente, os temas da vontade, do poder e do saber. A partir desses três elementos, o monarca reforça a idéia de que montar a cavalo é uma prática que envolve grande investimento físico e psíquico, assim, ainda que esta “arte” se aprenda sem a necessidade de leituras teóricas, D. Duarte assinala que a escrita pode trazer muitas vantagens à prática.<sup>86</sup>

O *Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela* é destinado aos escudeiros e cavaleiros que constituíam a nobreza dos “novos tempos” portugueses. Grupo que, no início do século XV, encontrava-se desprovido da sua função social: a guerra. De acordo com Fernando Maués esses guerreiros passam por uma “crise de identidade”, o que gera uma terrível debilidade moral e de costumes, para a qual atenta e contra a qual se empenha D. Duarte. Nesse sentido, o *Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela* pode ser compreendido como um esforço dirigido a reformar os hábitos da nobreza portuguesa, cuja imagem se vinculava diretamente a do cavaleiro<sup>87</sup>.

---

<sup>84</sup> LOPES, Oscar e SARAIVA Antonio José, op. Cit, p.106.

<sup>85</sup> MARQUES, F. da Costa. Notícia histórica e literária. In: DOM DUARTE. *Leal conselheiro e livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela*. Coimbra: Atlântida, 1973, p.12.

<sup>86</sup> DIAS, Isabel. *A arte de ser bom cavaleiro*. Lisboa: Editorial Estampa 1997, p.51.

<sup>87</sup> MAUÉS, op. Cit, p, 233.

## Capítulo 2

### A Cavalaria e o ideal de cruzada na Baixa Idade Média

#### A- A cavalaria no Ocidente a partir do século XI

##### 1. A Cavalaria

A compreensão da cavalaria portuguesa na segunda metade do século XV, bem como releitura dos ideais cruzadísticos pela Dinastia de Avis constituem os principais objetivos de nosso trabalho. Diante disso, consideramos pertinente o entendimento das noções de Cavalaria no Ocidente durante a Baixa Idade Média, para a compreensão dessa instituição em Portugal. Começamos este capítulo delineando sucintamente algumas questões relativas ao conceito de Cavalaria e sua relação com o feudalismo, bem como a importância dessa instituição para a consolidação da classe senhorial.

A cavalaria a que se referem os documentos anteriores ao século XII, não define uma ordem e sim um regimento, um esquadrão. No interior dessa cavalaria termos específicos determinam a função de cada indivíduo. Os soldados eram designados pelo termo *milites*, os homens a cavalo pelo termo *equites* e os infantes por *pedites*.<sup>88</sup> A esse tipo de cavalaria de sentido estritamente militar os franceses denominam *cavalerie*, distinguindo-a da cavalaria enquanto ordem e para esta utilizam o termo *Chevalerie*.

As palavras latinas *miles*, *militia*, *militare*, foram utilizadas desde a antiguidade romana para designar ofícios de guerra. Ao longo da idade média os sentidos atribuídos a esses termos não perderam os seus significados militares, contudo receberam outros valores semânticos que relacionam o serviço militar a uma atividade de nível elevado. De acordo com Michel Pastoreuau, no sentido estrito, cavaleiro é todo homem de armas

---

<sup>88</sup> FLORI, Jean. “Cavalaria”. In In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 187.

submetido aos ritos de uma cerimônia de iniciação específica<sup>89</sup>. Inicialmente todo homem batizado poderia ingressar na cavalaria, entretanto, ocorre uma gradativa aristocratização dessa instituição.

Alguns autores como Jean Flori e Franco Cardini se preocupam em explicar como a Cavalaria deixou de ser um simples regimento militar para tornar-se sinônimo de nobreza e paradigma de vida aristocrática no século XII. A falta de unidade no campo político durante a era feudal gerou, por conseguinte, a desconcentração da atividade militar que passou a ser exercida por particulares. Observa-se que a estrutura beligerante vigente vai ganhando novos contornos e a prática das armas, outrora pertencente à esfera pública passa para o domínio privado. Segundo Flori a fragmentação da autoridade pública fez com que os grandes senhores se cercassem de combatentes especializados, fossem eles vassalos providos de terras ou servidores armados mantidos no castelo. Esses combatentes escapavam às exações senhoriais e ao trabalho no campo e foram se distanciando da grande maioria da população e se transformando em um grupo de guerreiros de elite. Aos poucos esses cavaleiros acabaram sendo absorvidos pela aristocracia que defendiam. Em um primeiro momento, a cavalaria ainda não era sinônima de nobreza, de fato o próprio significado de nobreza sofre mutações ao longo da idade média. De acordo com Marc Bloch<sup>90</sup> a palavra nobre aparece nos documentos datados entre os séculos IX e XI assinalando uma preeminência de fato ou de opinião, significando tanto um grau de distinção por nascimento ou a manutenção de certa riqueza. Sobre esta questão Bloch aponta que:

“(…) num grau mais elevado, esta palavra com múltiplos usos podia servir para destacar, dentre o número de homens que não eram servis pelo nascimento, nem atingidos pelos laços da humilde dependência, as famílias mais poderosas, as mais antigas e as que gozavam de maior prestígio.”<sup>91</sup>

A nobreza nesse período começou a consolidar-se como um grupo como grupo social de destaque, com costumes distintos da população camponesa. Observa-se que um certo número de linhagens senhoriais possui origens humildes, sendo outrora muitos desses senhores, homens de armas que conseguiram através de uma rede densa de

---

<sup>89</sup> PASTOUREAU, Michel. *No tempo dos cavaleiros da tábola redonda*. São Paulo: Companhia das letras, 1989, p.50.

<sup>90</sup> BLOCH, Marc, *op. Cit*, p.301.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p.301.

alianças vassálicas alcançar *status* de nobreza. Não tardou para que o ideal guerreiro fosse transformado na vocação natural do nobre. Nesse sentido, o acesso à cavalaria vai sendo limitado à nobreza até culminar no século XII, quando a cavalaria figura como expressão militar da nobreza e passa a ser concebida como forma sublime de vida laica. Doravante, ser cavaleiro não significa apenas ser um guerreiro a cavalo, mas também um membro reconhecido da aristocracia que obedece a certas normas éticas e disciplinares além de viver um modo de vida peculiar, tendo como campo de atuação a *Guerra* e a *Corte*.<sup>92</sup>

## 1.2- A cavalaria na Literatura

A literatura é uma fonte privilegiada no que tange à análise do cotidiano cortesão no ocidente baixo-medieval. A partir do século XII, observamos a emergência de literaturas em línguas vernáculas acompanhando a evolução da cavalaria e sua consolidação como segmento privilegiado da sociedade medieval. Essas literaturas cantam, narram, exaltam o modo de vida desse grupo que, consciente de sua importância na dinâmica feudal, necessita afirmar sua superioridade em relação aos demais. Destarte, à literatura cavaleiresca são atribuídos valores político-ideológicos, delegando a função pedagógica e moralizante a essa literatura que transmite aos leitores imagens ideais de nobreza.<sup>93</sup> A França meridional, nomeadamente a região da Provença, é o foco dessas novas formas literárias. A lírica meridional apresenta o amor como tema central. Segundo Anita Guerreau-Jalabart esse amor do poeta pela dama é na verdade a afirmação de valores tipicamente aristocráticos, uma vez que a forma de amar no trovadorismo provençal pressupõe a noção de cortesia, esta se opõe diretamente a vilania, de modo que um camponês jamais poderá amar “cortesmente”.<sup>94</sup>

Como já dissemos a literatura possui um caráter moralizante e educativo e nessa perspectiva, relaciona-se com a corte baixo medieval, aqui entendida como um espaço social que tem dentre suas múltiplas atribuições, a obrigação de educar<sup>95</sup>. De acordo com Georges Duby:

---

<sup>92</sup> FLORI, Jean, *op. Cit*, p.189.

<sup>93</sup> FLORI, Jean. “Cavalaria” In: Le GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude(Orgs). *Dicionário temático d o ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002, p.187.

<sup>94</sup> JALABART-GUERREAU, Anita; SOT, Michel; BODET, Jean-Patrice. (Org) *Histoire culturelle de la France*. Paris: Éditions du Seuil, s/d.Tome 1, Le Moyen Age, p.189.

<sup>95</sup> DUBY, George. *O cavaleiro a mulher e o padre, op. Cit*, p.154.

Esta pequena sociedade fechada está repleta de adolescentes que se aprestam a ascender a cavaleiros. A instrução dirige-se em primeiro lugar a essa parte turbulenta da companhia cortês, a “juventude”. Tais jovens, tais donzéis aprendem segundo os antigos, a maneira de acossa a caça, de combater. Mas no intervalo destes exercícios físicos, eles aprendem a portar-se bem escutando narrativas anedotas exemplares, ilustrações do sonho que a boa sociedade persegue pelo seu próprio lado. Situando este sonho em dois planos, ou absolutamente fora do real, na ficção, no imaginário, ou então numa trama de fatos vividos, na memória verdadeira, na história<sup>96</sup>.

As novelas de cavalaria constituíram verdadeiros espelhos de comportamento aristocrático. Atualmente estas obras são largamente utilizadas como para o estudo da cultura cavaleiresca baixo medieval, tomando como referencia o ideal cavaleiresco expresso nessas obras. Na segunda metade do século XII, abundaram nas cortes medievais diversos ciclos romanescos, merecendo destaque a *Matéria da Bretanha*.

A expressão *matéria da Bretanha* designa, portanto, um ciclo literário cujos principais temas referem-se à cavalaria e aos temas “bretões”, nomeadamente, a figura mítica do rei Arthur e a sua corte. De acordo com Guerreau-Jalabart, o surgimento de novelas de ficção cavaleiresca com temas bretões se dá a partir da publicação do *Roman de Brut*. Esta obra, composta pelo clérigo normando Robert Wace, foi a primeira novela de cavalaria a narrar as aventuras do valoroso rei Arthur e seus cavaleiros.<sup>97</sup> Wace certamente inspirou-se na *Historia Regum Britannie* obra composta pelo clérigo normando Geoffrey de Mounmouth.

A *Historia Regum Britannie* foi escrita publicada no ano de 1135 e é marcada pelo seu caráter evidentemente propagandístico legitimando a dominação normanda sobre os Bretões. Os normandos são, na obra de Geoffrey, identificados como continuadores da linhagem bretã através de seu mais nobre representante, Arthur. É importante assinalar aqui que o mito de um guerreiro salvador, denominado Arthur circulava na ilha da Bretanha pelo menos desde o século VI, período em que a região sofria com as investidas saxãs. Com a chegada dos normandos a ilha ocorre a cristianização desse mito e sua identificação com o imaginário régio cristão. Fato que ocorreu após a obra de Geoffrey. A disseminação do mito arturiano em toda a Europa teve início com o *Roman de brut* e pouco tempo depois uma série de novelas com temas

---

<sup>96</sup> Ibidem, p.154.

<sup>97</sup> GUERREAU-JALABART. Anita; SOT, Michel; BODET, Jean-Patrice. (Org) *Histoire culturelle de la France*. Paris: Éditions du Seuil, s/d. Tome 1, Le Moyen Age, p.193.

bretões inundaram as cortes medievais, como por exemplo, Tristão e Isolda, os *lais* de Maria de França e as marcantes obras de Chretien de Troyes.

Em todas as cortes européias os principais arquétipos de rei e cavaleiros perfeitos são retirados da literatura e Arthur e seu séquito figuram respectivamente como paradigma de comportamentos monárquico e aristocrático. A corte foi o palco dessa literatura. Cenário onde as novelas eram narradas, em voz alta, e ao mesmo tempo em que divertiam os seus “leitores-ouvintes”, elas os disciplinavam. Os temas abordados eram referentes às problemáticas cortesãs. Por essa razão não era em vão que o amor adúltero entre jovens figurasse como eixo dessas narrativas, que tinham invariavelmente um final trágico. O fin’amour, a fidelidade vassálica, a coragem cavaleiresca, a fé cristã, a temperança, a justiça e a cortesia são exemplos das principais matérias tratadas nessas obras. Constituem sem dúvida, condutas ideais esperadas do nobre baixo medieval.

É interessante perceber como essas formas literárias destinadas à exaltação do grupo dominante eram claramente voltadas a ordenar o comportamento dos jovens, fossem estes aspirantes à cavalaria, bacharéis, donzelas ou jovens damas. Dessa maneira é possível notar a preocupação na nobreza com a manutenção de seus valores e nesse sentido, ressalta-se também a necessidade das monarquias européias de “disciplinar” a própria nobreza. Assim, Duby assinala que:

O príncipe, no final do século XII, pretende domesticar a nobreza. Precisa atrair e reter junto de si. A sua corte deve ser aprazível, irradiar não só, como outrora, as alegrias do corpo, mas as do espírito. A largueza do amo, essa virtude indispensável, manifesta-se igualmente em tais deleites.<sup>98</sup>

A partir da citação supracitada podemos identificar essa necessidade dos príncipes baixo-medievais de “domesticar” a nobreza, com aquilo que Norbert Elias denomina “processo civilizador”. Sob essa perspectiva o controle do ócio, a partir de formas de entretenimento pedagógicas, como a literatura, passava obrigatoriamente pelo controle da violência que gradativamente tornou-se monopólio da monarquia.<sup>99</sup>

---

<sup>98</sup> DUBY, op. Cit, p.154.

<sup>99</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 204. Volume I.

## 2. A Guerra na baixa Idade Média

A Idade Média foi um período no qual os homens de armas possuíam um destacado papel na sociedade, considerando que se trata de uma época caracterizada pela insegurança e violência que tem início com o fim do Império romano do Ocidente, marcando o surgimento de uma era de instabilidade no campo político e militar, uma vez que os reinos que se instalaram em seu lugar não eram capazes de garantir a ordem e a paz social. A conversão do Império ao cristianismo abre um longo debate, nos meios eclesiásticos, sobre como conciliar a prática de armas com os ideais cristãos. Desde o século II as investidas bárbaras nas fronteiras ocidentais do Império obrigaram o exército romano a adotar uma estratégia defensiva, o que ia ao encontro da noção cristã de paz<sup>100</sup>. Somente no século V, com Santo Agostinho, é que se elaborou uma teologia da guerra cristã. Agostinho criou uma concepção de “guerra justa”, largamente utilizada ao longo da idade média, em oposição ao que chamou de “guerra injusta”. Quanto a isso o medievalista italiano franco Cardini assinala que:

(...) O *belum justum* não era de modo algum um alibi destinado a tolerar e justificar qualquer forma de guerra. Pelo contrário era um meio de circunscrever com precisão raros casos em que o cristão poderia legitimamente recorrer às armas. A guerra justa não podia admitir o desencadeamento da violência: ela devia se uma oposição da força bem conduzida à violência, tendo por objetivo impedir que esta última destruísse os mais fracos e que a injustiça sobrepujasse da injustiça. a guerra justa era um mal, mas um mal menor vista do triunfo da injustiça, e apenas merecia seu nome a satisfazer três exigências fundamentais: inicialmente devia ser defensiva e almejar unicamente a reparação da injustiça; em seguida devia ser declarada por autoridade oficialmente constituída e reconhecida, e, por conseguinte, não podia resultar da vontade pessoal de ninguém; enfim, seu objetivo devia ser a restauração de uma paz iluminada por uma justiça autêntica.<sup>101</sup>

Assim, de acordo com a perspectiva agostiniana, o guerreiro cristão deveria ser acima de tudo um pacifista que lutaria em nome da justiça, desprovido de ódio, desejo e

---

<sup>100</sup> CARDINI, Fanco. “Guerra e cruzada”. In: Le GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude(Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 474. Volume I.

<sup>101</sup> Ibidem, p.475.

qualquer outro tipo de vício, entretanto ao analisarmos a guerra durante a idade média nos deparamos com uma realidade oposta ao modelo idealizado por Santo Agostinho. Com o advento carolíngio no século VIII, o Ocidente medieval viveu uma época de estabilidade social. Contudo, este período de “paz” não durou muito, sendo interrompido com as invasões vikings, húngaras e sarracenas do século IX. Com o dismantelamento do Império Carolíngio o papel de defesa que antes competia ao Estado passou rapidamente para as mãos dos príncipes locais.

Até a metade do século XIII o poder de fazer guerra pertencia a todos e constituía uma das únicas maneiras de um homem livre fazer valer seus direitos. Michel Pastoureau afirma que “*O aspecto jurídico da guerra não é o único, pois se ela é um meio legal de sancionar seus direitos, é também um meio de aumentar a fortuna e o poder*”.<sup>102</sup> As guerras na baixa idade média geralmente caracterizavam-se pelo seu caráter privados e, em geral, eram o resultado de vendetas familiares ou rivalidades entre feudos, exceto o caso das cruzadas do qual trataremos mais adiante. Dessa forma, Para os poderosos que a conduzem, a guerra representa mais uma necessidade do que a avidez vulgar: necessidade de manter a fidelidade de seus homens. A promoção de guerras na baixa idade média manteve-se associada aos grupos dominantes, detentores do poder político e jurídico e, por conseguinte, capazes de sustentar as custosas despesas militares. Nesse sentido, destaca-se a dimensão simbólica da concepção de guerra na idade média, que esteve sempre ligada à noção de poder. Marc Bloch aponta que para além do aspecto jurídico e econômico da guerra muitas vezes ela era entendida como um ponto de honra para o cavaleiro.

O *concilium* consistia em uma obrigação militar que o vassalo devia a seu suserano, este não hesitava em recorrer a tal instituto quando se engajava em uma campanha militar. O serviço militar do vassalo só podia ser exigido uma vez ao ano e não excedia o período de quarenta dias. O vassalo deveria disponibilizar suas armas e seus exércitos ao seu suserano, encarregando-se de todas as despesas militares.

Por esse motivo os equipamentos bélicos não eram uniformes, variavam de acordo com as posses do vassalo que os fornecia, considerando o elevado custo desses materiais, sobretudo, devido à escassez do metal na Idade Média, considerando que este era o elemento básico das armas e roupagens de um guerreiro. Pastoureau enumera alguns equipamentos fundamentais dos guerreiros medievais. Assim:

---

<sup>102</sup> Ibidem, p.103.

O de um cavaleiro deveria compreender, pelo menos: a cota de malha, o elmo, o escudo, a espada e a lança; o de um escudeiro a cavalo: a jaqueta reforçada, o capacete de ferro, a espada ou venábulo, o arco ou a besta; o de um infante; a cota de couro, uma cobertura de ferro ou couro curtido para a cabeça, o arco ou a besta, além das outras armas de ataque c, com atiradeiras, clavas, porretes, facas e ganchos de vários tipos<sup>103</sup>.

O principal objetivo da guerra era a captura do inimigo em troca de um pomposo resgate. As guerras não envolviam grandes tropas de combatentes anônimos, mas sim eram realizadas por um grupo de guerreiros de elite. Desse modo, os grandes combates coletivos eram muitas vezes desnecessários, prevalecendo os feitos individuais dos cavaleiros. A guerra feudal não era uma guerra “total” como as que conhecemos na contemporaneidade, de fato as campanhas militares por vezes devastavam os senhorios envolvidos e arrebatavam alguns inocentes, entretanto, os danos eram locais.

As guerras eram endêmicas na sociedade feudal e ocorriam entre finais de março e início de novembro, período em que o clima era mais ameno, portanto, propício as atividades em campo aberto. Marc Bloch aponta que para além do aspecto jurídico e econômico da guerra muitas vezes ela era entendida como um ponto de honra para o cavaleiro, um “remédio” contra o tédio da vida aristocrática, assim:

(...) os homens cuja cultura, durante longo tempo, permaneceu rudimentar e - que excetuando alguns altos barões e os que rodeavam - não estavam ocupados com pesados cuidados de administração, a vida decorria facilmente numa cinzenta monotonia. Assim nasceu uma vontade de diversões que quando o solo natal não lhe oferecia alimento suficiente, procurava a sua satisfação em terras longínquas<sup>104</sup>

A movimentação de cavaleiros, sobretudo a partir do século XII, faz surgir à figura do cavaleiro errante, freqüentemente citado nas literaturas de ficção da época. O principal motivo dessas migrações é o incremento demográfico Europeu no período assinalado. Em grande parte das regiões européias o direito de primogenitura pouco ou nada legava aos demais varões. Em regiões como a França, por exemplo, não se encontravam terras a serem conquistadas e, como consequência disso, os jovens cavaleiros viam-se empurrados para terras estrangeiras como única alternativa de

---

<sup>103</sup> PASTOUREAU, *op. Cit*, p.110.

<sup>104</sup> BLOCH, *op. Cit*, p.309.

conseguir fazer fortuna. Para Bloch essas migrações ajudaram a manter as ligações entre os povos europeus e propagaram a cultura ocidental, nomeadamente a francesa, para além dos seus limites próprios.

As guerras privadas eram custosas a toda população medieval, pois além de intermináveis, devastavam campos e matavam inocentes. No século X a Igreja instituiu a *Pax dei*, proibindo que os cavaleiros agredissem, extorquissem e roubassem mulheres nobres desacompanhadas, clérigos, camponeses e camponesas, pobres e desprotegidos em geral. Pouco depois foi instituída a “trégua de Deus” impedindo que conflitos armados ocorressem em datas específicas, como os dias santos, o domingo entre outras. Assim, de acordo com Jean Flori:

O objetivo dessas instituições de paz não é colocar a guerra fora da lei, sendo ela privada, mas reservar seu uso a um período limitado e a uma categoria de indivíduos, que praticam entre eles esse esporte perigoso: os guerreiros profissionais. Trata-se de promulgar regras para eles, um código deontológico impregnado de valores cristãos.<sup>105</sup>

Progressivamente a preocupação da Igreja com a violência dos homens de armas fundamentou uma *ideologia cavaleiresca*, baseada nos valores da moral cristã, tais como a piedade e a justiça. O movimento das Cruzadas, estabelecido no final do século XI, foi essencial para a estruturação dessa ideologia, e pode ser compreendido dentro de um quadro de controle da violência cavaleiresca, por parte da Igreja, iniciado com o estabelecimento das instituições de paz, mencionadas acima. No que concerne a este movimento Franco Cardini aponta que:

Enfim, em novembro de 1095, ao final de um sínodo realizado em Clermont, no Auvergne, o papa Urbano II – discípulo fiel e sucessor de Gregório VII – dirigiu à aristocracia guerreira francesa uma advertência divulgada a seguir por toda a Europa: aqueles que até então tinham vivido como saqueadores, martirizando seus irmãos cristãos, poderiam ir para o Oriente, onde os cristãos encontravam-se ameaçados pelos muçulmanos, e empregar sua energia contra os infiéis. Assim, com o recurso deste expediente destinado a “exportar a violência”, foi assentada a primeira pedra no edifício das futuras cruzadas.<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> FLORI, Jean, *op. Cit.*, p.192.

<sup>106</sup> CARDINI, Fanco. “Guerra e cruzada”. In: Le GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002, pp.479-480.

Destacamos também o aumento populacional como fomentador desse movimento, considerando que fatores como o recuo das calotas polares, a ausência de epidemias, e as inovações tecnológicas, fizeram com que ao longo dos século XI a população européia crescer significativamente, cresceram também o número de cavaleiros ociosos que revelaram-se um grande problema social para o período. Dessa forma, para além das questões econômicas e ideológicas desse movimento, também podemos vê-lo como uma válvula de escape criada pela Igreja a fim de sanar algumas questões sociais da época, desviando a violência da aristocracia guerreira para além das fronteiras da cristandade.

A Península Ibérica também se encontrava sob forte influência muçulmana e assim como o Oriente tornou-se o destino de centenas de guerreiros determinados a lutar em nome da cruz e obter ganhos materiais. No que concerne à presença de cruzados em Portugal no século XII e mesmo à noção de cruzada no recém-formado reino cristão, destacamos aqui um documento do século XII que descreve a tomada de Lisboa por Afonso Henriques em 1149. Trata-se de uma carta escrito por um cruzado inglês que participou do cerco. O documento é rico em detalhes sobre a conquista da cidade aos mouros, destacando também as relações estabelecidas entre cavaleiros de diversas partes da Europa, apontando as rivalidades existentes entre eles e o objetivo em comum que era a luta contra o inimigo da fé cristã. Também é interessante a forma como a ideologia cavaleiresca aparece no documento, ora nas falas e atitudes dos cruzados e ora nos sermões religiosos. A fonte também mostra a posição da Igreja em relação à Tomada de Lisboa, quanto à isso destacamos o seguinte trecho.

“a piedade em favor de Deus não é crueldade. Fazei a guerra por zelo de justiça e não por impulso violento da ira. ora a guerra justa diz o nosso Isidoro, é aquela que se faz por reaver o que é nosso, ou para repelir os inimigos. e porque é uma coisa justa punir os homicidas e os sacrílegos e os envenenadores, a efusão do seu sangue não é m homicídio, como não é cruel quem destrói os cruéis. quem mata os maus só no que eles são maus e os faz com justo motivos, é ministro do senhor”<sup>107</sup>.

---

<sup>107</sup> *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um Cruzado Inglês que participou nos acontecimentos.* Apresentação e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, col. “Cidade de Lisboa”, nº 4, 1989,p.27.

O fragmento é parte do sermão pregado pelo bispo de Braga aos cruzados que a pouco haviam chegado ao território português. No trecho assinalado o clérigo faz uso da noção de guerra justa a fim de legitimar a investida dos cristãos contra os muçulmanos. Seu discurso tem por finalidade exortar os cruzados contra os mouros, desqualificando o inimigo e tornando, portanto, legítima a pretensão dos cristãos.

Observamos que as principais motivações que levavam os cavaleiros a engajarem-se no movimento cruzadístico, iam da devoção religiosa à avidez mercenária. De acordo com Cardini, ainda que muitas fontes apontem a Cruzada como *belum sacrum* (“guerra sagrada”) ou *proelium sanctum* (“combate santo”), ”o cristianismo jamais formulou uma teologia da “guerra santa”. ”<sup>108</sup> Diante disso, Cardini afirma que a Igreja nunca concebeu as Cruzadas como uma guerra da religião e que sua principal preocupação residia em organizar um sistema de impostos que lhe permitisse pôr em andamento as diversas expedições de cruzados e definir as condições nas quais a formulação solene do voto de cruzado deveria ser considerado válido.<sup>109</sup> Inquestionáveis são os contornos que o movimento dará à concepção de cavalaria que terá por base o serviço de Deus, da Igreja e dos humildes, estando associada à fidelidade devida ao rei.

### 3. O declínio da cavalaria

Gradativamente a função militar da cavalaria teve sua importância reduzida. No final da idade média esta instituição não possuía a mesma relevância social que obteve Ocidente cristão durante XII e XIII. Para Franco Cardini a cavalaria começa a perder o vigor a partir da segunda metade do século XIII sendo o “golpe” mortal da funcionalidade militar desse grupo marcado pelo estabelecimento das armas de fogo. De fato o poder da cavalaria já havia entrado em declínio antes mesmo da ascensão da pólvora. Ao longo dos últimos séculos da idade média ocorre uma série de mudanças nas estratégias militares que irão diminuir a função dos combatentes a cavalo. Outra mudança se dá na própria concepção de guerra que gradativamente torna-se monopólio do monarca, perdendo seu caráter privado e tornando-se “nacional”. Observa-se, sobretudo, nos reinos ibéricos que a classe senhorial passou a ter seu poder limitado, o que inclui o seu poder militar, pela realeza.

---

<sup>108</sup> CARDINI, Franco, op. Cit, p.482.

<sup>109</sup> Ibidem. P.482.

Doravante a cavalaria pesada e os combates individuais só têm espaço nos torneios que continuam com certo vigor exaltando valores como honra e coragem, noções que permanecem caras àquela sociedade<sup>110</sup>.

## **B- A cavalaria em Portugal entre séculos XI e XIII**

### **1- A composição da classe senhorial portuguesa**

Em Portugal, assim como em outros reinos ibéricos o papel da cavalaria na sociedade possuiu contornos muito distintos do que o que essa instituição exerceu nos reinos de além Pirineus. Como já vimos entre os séculos XII e XIII a cavalaria Ocidental figurou como forma sublime de vida laica, exercendo uma função de extrema relevância para a dinâmica feudal tanto no plano material quanto no simbólico. Entretanto, na Península Ibérica a importância da Cavalaria, bem como do modo de vida guerreiro não ficou restrito aos séculos acima assinalados. Consideramos também a dimensão da noção de cavalaria a nível ideológico. Dito isto, o que buscamos aqui é a definição dos significados da cavalaria em Portugal durante a primeira dinastia, levando em conta a formação dessa instituição, a identificação com a nobreza, as especificidades em relação aos modelos do norte europeu e sentido deste ideal para a consolidação da Monarquia Portuguesa.

Assim como em outros reinos da Europa ao conceito de cavalaria em Portugal irá evoluir a ponto de confundir-se com a nobreza. Evidentemente no caso português existe uma série de peculiaridades concernentes a ambas as noções e a forma como os grupos que compõe a aristocracia relacionam-se entre si. Dessa forma, devemos considerar também alguns aspectos referentes à dinâmica feudal da Península Ibérica como um todo que destoa dos modelos “clássicos” do norte europeu. Diante disso, iremos delinear o processo de formação da aristocracia portuguesa, remontando ao período anterior à formação do reino.

---

<sup>110</sup> CARDINI, *op. Cit*, p.78.

## 1.1- A origem da Aristocracia portuguesa

Na segunda metade do século IX o rei Afonso III de Leão inicia o processo de “repovoamento” da região do Vale do Douro. Doravante, constitui-se uma pequena nobreza de sangue intrinsecamente ligada aos monarcas leoneses. Este grupo tinha como função “repovoar” e defender militarmente o território que se estendia de Coimbra até a Galiza. Esta nobreza oriunda de Leão foi, portanto, o primeiro grupo nobre a habitar o território português, à época Condado de Portucale ou Portucalense<sup>111</sup>.

Surgem então os Condes portucalenses que rapidamente se consolidam como aristocracia dominante na região. Demograficamente falamos de algumas linhagens pouco numerosas que conservavam costumes endogâmicos a fim de não dispersarem o patrimônio familiar e não se misturarem a categorias sociais inferiores<sup>112</sup>

Esta “Nobreza Condal” era detentora dos mais altos cargos administrativos e de grandes domínios fundiários, exercendo no condado poderes políticos e administrativos entre a segunda metade do século IX e ao longo do século X. Quanto à natureza do poder desses condes Paulo Accorsi júnior assinala que:

Os Condes tinham evidentemente, propriedade fundiária, mas o que os distinguiu era a natureza delegada de seus poderes: representavam a autoridade leonesa em Portucale e Coimbra da qual recebiam honores e cargos públicos. Seu prestígio advinha da ligação à corte destes reis. Seus bens fundiários dispersavam-se por áreas não contíguas, o que parece sugerir uma certa desvinculação geográfica bastante conveniente sob o ponto de vista régio como forma de mantê-los sobre o controle e evitar os perigos de um sólido enraizamento local<sup>113</sup>.

Todavia, nem sempre os monarcas leoneses foram capazes de sustentar o controle que exerciam sobre estes Condes. Eram comuns os conflitos entre estes nobres e a realeza de Leão, assim como eram correntes os conflitos no interior do grupo. De acordo com José Mattoso no norte de Portugal os Condes estavam habituados a tomar armas por sua “conta e risco”, resolvendo seus próprios problemas, mesmo quando em

---

<sup>111</sup> ACCORSI, Paulo. *Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa. A Prosa Civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412 -1438)*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprográfada, 1997, p.21.

<sup>112</sup> MATTOSO, José. *A nobreza medieval portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980, p.262.

<sup>113</sup> ACCORSI, Paulo, *Op Cit*, p. 23.

oposição à autoridade real.<sup>114</sup> Accorsi identifica no modo de vida dos Condes Portucalenses, marcado pela intensa atividade militar, o início da tradição guerreira que individualizou a nobreza portuguesa.

As sucessivas querelas privadas e as constantes desavenças com os monarcas leoneses foram capitais para a decadência e progressivo desmantelamento dessa aristocracia. O fato de esses condes serem os legítimos representantes do poder de Leão no norte da Península não os impediu de assumirem posições divergentes e pleitearem autonomia frente à autoridade régia. Nesse sentido, Mattoso aponta que o furor de independência desses nobres não representava a luta pela “autonomia política nacional” e sim manifestações de caráter individual, descontínuas e desconexas.<sup>115</sup> Assim, de acordo com Mattoso:

O estado contínuo de guerra interna e externa e a precariedade do poder leonês favorecem as iniciativas ousadas de todos os que podem comandar alguns homens de armas e que estão prontos a combater por qualquer pretexto. Ver nestes fatos um prenúncio da autonomia nacional consistiria em atribuir às revoltas dos condes galaico-portugueses um caráter que não tinham nem poderiam ter, antes de os revoltosos tentarem um movimento coletivo e concertado. Até lá, a única coisa que se pode efetivamente comprovar, do ponto de vista político, é que o reino de Leão tinha conseguido criar muito poucos vínculos estáveis e profundos com a antiga Galécia.<sup>116</sup>

Além das guerras e revoltas internas, outro fator que contribuiu para o fim dessa nobreza condal foi a decadência biológica. Segundo Mattoso a partir do século X os critérios de sucessão, que antes se baseava no sistema cognático, mudaram adotando, doravante, o esquema linhagístico o que deixava a família condal com poucas possibilidades em caso de “acidentes biológicos”. No mesmo período é notável a redução do poder material desse grupo, fato que evidentemente relaciona-se com as inevitáveis partilhas hereditárias. Gradativamente os condes foram revelando-se ineficazes no plano militar e paralelamente observa-se a ascensão de uma nobreza inferior que passa a se opor ao controle dos condes, chegando mesmo a rivalizar com estes no exercício de poderes de ordem administrativa, jurídica e militar<sup>117</sup>. De fato o

---

<sup>114</sup> MATTOSO, José. Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII. 2ª ed, Lisboa, Guimarães Editores (col. História e Ensaios, nº 2), 1985,p.18.

<sup>115</sup> Ibidem,p.19.

<sup>116</sup> Ibidem,p.18.

<sup>117</sup> Ibidem,p.31

que se pode afirmar é que quando da ascensão do Reino de Portugal, a nobreza condal já se encontrava praticamente extinta.

Mattoso aponta que entre os séculos IX e X os Condes não foram as únicas categorias da nobreza a povoar o noroeste peninsular. Segundo o autor é possível que existisse na região, antes da chegada dos condes leoneses, um grupo de chefes autóctones que sobreviveram as investidas dos reinos ibéricos e provavelmente tenham se integrado à estrutura político-administrativa imposta por Leão. Outra categoria seria a de chefes militares que teriam chegado ao condado por sua conta e risco.

Por último destacam-se os infanções, grupo constituído por nobres inferiores que vieram agregados aos condes. A expressão infanções no século XI aparece para designar membros dos séquitos dos condes portucalenses, com funções predominantemente militares e ligados aos senhores por uma dependência pessoal a que Mattoso denomina “pré-vassálica”. O autor atenta para a dificuldade de estabelecer uma relação “necessária” entre nobreza, vassalagem, o exercício de funções militares no séquito de um senhor e propriedade fundiária.<sup>118</sup>

A partir do segundo quartel do século XI o termo infanções figura na documentação coeva como designativo de nobres por nascimento. Assim, nos séculos que se seguem o termo continua a ser usado para indicar nobres *per naturam*, contudo, os infanções constituem uma nobreza de segunda categoria, um grupo intermediário entre a alta nobreza, representado pelos ricos homens, e a baixa nobreza onde se encontram os cavaleiros.

## 2. A formação da cavalaria em Portugal

Pouco se sabe acerca do exercício de armas no noroeste peninsular no período anterior à segunda metade do século XI, sendo a documentação disponível insuficiente para esclarecer como e quais grupos eram capazes de desempenhar o poder militar. Quanto à composição dos exércitos dos reis e condes tem-se conhecimento de que estes eram formados por um grupo seletivo de cavaleiros que representavam uma nobreza inferior, entretanto, é provável que estes exércitos contassem com um elevado número de peões. De acordo com Mattoso é possível que a partir do século X as operações militares de grande porte - o que não inclui campanhas contra centros urbanos que segundo o autor não passariam de ações de pilhagem- deveriam contar com exércitos

---

<sup>118</sup> MATTOSO, José. *Identificação de um país, op. Cit*, p, 105

mais complexos, estruturados de forma mais organizada e com corpos especializados. No que concerne às guerras contra os mouros, o autor afirma que até antes do ano mil estas possuíam caráter nitidamente defensivo. Dessa forma, ao abordar a relação dos reinos cristãos peninsulares com a guerra, o autor destaca que:

A frequência de combates, incursões por parte dos inimigos externos, lutas entre reinos cristãos, revoltas ou represálias mostra, porém que o estado de guerra é constante, e a necessidade de defesa local, permanente. Na sociedade cristã da península todos os homens livres adultos são guerreiros.<sup>119</sup>

Acerca da execução de guerras no condado portugalense, Mattoso atenta para a importância que os infanções passaram a ter a partir do século XI. Este grupo que na documentação da centúria anterior figurava apenas como componentes de séquitos de grandes senhores, no século XI irão aparecer como detentores de um elevado poderio militar. Poder este que além de fundamenta-se nos elementos tradicionais, tais como, a posse de armas e cavalos, e a autoridade sobre, encontra base também no controle de fortificações em pontos estratégicos em importantes regiões da península.<sup>120</sup>

No que concerne aos vocábulos indicativos do exercício de armas, destaca-se a utilização das palavras *miles* e *cabalarius*. Estas, largamente utilizadas entre os séculos XI e XIII, referem-se exclusivamente à função guerreira, sem indicar, entretanto, a condição social daqueles aos quais se referem estes termos. Ao analisar documentos portugueses datados entre os anos de 1095 e 1250, José Mattoso observou que estas palavras aparecem nos textos com quatro significados distintos: em um primeiro sentido designa claramente o cavaleiro vilão. Quando aparecem acompanhados de qualificativos estes termos podem exprimir a condição social. Um terceiro significado indica os indivíduos como cavaleiro de “alguém” e por último, estes termos figuram como “apostos” de um indivíduo, sem especificar a sua categoria social ou profissional<sup>121</sup>.

Nesse sentido, o termo *miles* quando utilizado como sinônimo de *cabalarius* identifica uma categoria profissional até o fim do século XII. De acordo com Mattoso, “no mesmo período, manifesta-se uma certa tendência para designar o cavaleiro vilão,

---

<sup>119</sup> MATTOSO, José. *Ricos homens...* op. Cit, p.81.

<sup>120</sup> Ibidem, p.83.

<sup>121</sup> MATTOSO, José. *A Identificação...* Op. Cit, p.120.

pelos termos *cabalarius* e o cavaleiro nobre pelo termo *miles*, mas o uso de um outro por si só não permite conclusões quanto a categoria social”<sup>122</sup>. O autor conclui a ligação entre nobreza e serviço militar a cavalo não é uma “regra” em Portugal até o fim do século XII e que mesmo depois de 1200 o ideal de cavaleiro não se transmite facilmente ao conjunto da nobreza de sangue. Até meados do século XIII, *miles* e *cabalarius* são termos que não incluem os membros da alta aristocracia.

Nesse ponto observamos uma importante distinção da cavalaria em Portugal quando compara com os modelos do norte europeu. Nos reinos de além Pirineus, pelo menos desde o início do século XII *miles*, assim como outras expressões sinônimas de cavaleiro, aparecem como indicativo de nobreza, considerando que este grupo apropriou-se dos ideais da cavalaria, transformando-os em prerrogativas da aristocracia de sangue.

Desde o século X os documentos apontam para outra categoria de cavaleiros que preenchem os séquitos da nobreza condal. São os cavaleiros vilãos, que muitas vezes aparecem documentados com a alcunha de *milites*. Por alguma razão os condes armam simples homens livres que normalmente são os membros mais ricos das comunidades rurais, constituindo “milícias concelhias”. Estes homens livres que se tornavam vassallos de poderosos senhores integravam uma categoria intermediária entre a nobreza e a cavalaria.

Ao analisar a relação entre a cavalaria e a nobreza Mattoso afirma que a cavalaria vassálica era uma das portas que permitia a nobilitação. Assim, conclui que nas terras de organização senhorial era possível que a cavalaria, na qualidade de instituição, estivesse relacionada à superioridade social. Dessa forma, o autor assinala que:

Nas regiões de domínio senhorial, a palavra *miles* associa-se cada vez mais nobre, sobretudo se implica a investidura, a bênção litúrgica das armas, o que não exclui a idéia mais restrita de cavaleiro de um séquito. Nas regiões de regime concelhio pelo contrário, pode designar claramente o cavaleiro vilão. Aqui, porém, os casos de cavaleiros não nobres ligados a um senhor pela concessão de préstamos e a sua entrada na vassalidade não rareando progressivamente. Normalmente designa a categoria superior dos membros das comunidades concelhias. O seu caráter não nobre exprime-se claramente quando se diz quais tributos estão isentos e sobretudo se se referem aqueles que devem pagar (...) <sup>123</sup>

---

<sup>122</sup> Ibidem, p.120.

<sup>123</sup> Ibidem, p.124.

Com o estabelecimento do reino de Portugal, no século XII, as operações militares tornaram-se cada vez mais complexas, dependendo de uma cavalaria muito bem equipada. Os custos com equipamento eram altíssimos, o que parece indicar que o acesso a este grupo era limitado a indivíduos de posses. Mattoso afirma que no século XII as grandes forças militares não são mais as do magnates no Norte, sendo essas substituídas pelos cavaleiros de Coimbra, Viseu, Lisboa, Santarém e Sintra. Assim:

Os grandes chefes militares deixam, portanto de serem os infanções no norte; são substituídos pelos alferes-mores os chefes de mesnadas régias, os tenentes de castelos de fronteira, os caudilhos de bandos de cavaleiros vilãos. Os alferes e cavaleiros podem ser membros das famílias do norte. Não os chefes de linhagem, mas os filhos segundos que não estão destinados a suceder nas principais honras da família. (...) A maioria dos companheiros de armas de Afonso Henriques devem ser cavaleiros da segunda ou terceira nobreza, e, sobretudo filhos segundos, alguns estrangeiros e até possivelmente um certo número de cavaleiros vilãos.<sup>124</sup>

Na medida em que o rei expande as fronteiras do reino para sul, expulsando os muçulmanos desta região e controlando importantes cidades, alarga-se também a nobreza, e, sobretudo a nobreza guerreira composta, majoritariamente, por secundogênitos. A intenção do monarca é esvaziar o poder político de grandes casas senhoriais que porventura podem opor-se a ele. Contudo, Afonso Henriques necessitava consolidar-se no poder e para isso precisou apoiar-se na aristocracia dominante e é para essa nobreza nortenha que ele delegará os mais altos cargos administrativos.<sup>125</sup>

Quanto ao acesso à cavalaria no período afonsino, parece que esta categoria ainda é aberta, incluindo nobres e não nobres em seu corpo. Até o século XII a cavalaria constituiu uma importante via de acesso à nobreza aos membros de outras categorias deste grupo.

### 3. Guerra e Cruzada em Portugal

---

<sup>124</sup> Ibidem, pp. 84-85.

<sup>125</sup> Cf MATTOSO José (org). *História de Portugal*. A monarquia feudal. Lisboa: editorial estampa, s/d. Volume 2.

A guerra em Portugal, bem como em toda a Península ibérica, possuiu significados muito distintos daqueles propagados nos reinos de além-Pireneus. Um estudo da guerra na Península Ibérica durante a baixa idade média deve considerar uma série de fatores que destoam da realidade das outras regiões europeias, fatores esses que se ligam à forma como ela era estruturada, a maneira como se dava o recrutamento dos combatentes, as lideranças militares e a constância da guerra na vida dos povos ibéricos. No caso peninsular a guerra pode ser compreendida como um fenômeno de psicologia social que ocasionou um processo catalisador de coesão interna fonte de riqueza e fator de estruturação social<sup>126</sup>. A guerra era o esforço primeiro de toda a sociedade. Era justificada por todo um conjunto de situações e motivações concretas. No caso específico português a liderança da guerra, conferida aos reis, teve como consequência o aumento do poder da realeza<sup>127</sup>.

Os reis portugueses contaram com colaboradores de diferentes setores sociais no processo da “reconquista”, além de diversos cavaleiros oriundos de outros reinos engajados no projeto cruzadístico da Cristandade europeia.

A guerra interna portuguesa e sua identificação com o movimento das cruzadas é outra questão extremamente discutida pela historiografia. Como já dissemos no capítulo anterior o primeiro referencial acerca do tema vem da obra de Carl Erdmman, segundo este autor a guerra contra os mouros não era propriamente uma guerra santa e estava relacionada com a dinâmica interna da região. Na concepção da Igreja a guerra contra os mouros constituía uma cruzada seja no Oriente ou na Península Ibérica. Nesta perspectiva Fabiano Fernandes aponta que:

Na Península Ibérica, A sociedade portuguesa no século XII não assimilou o espírito de cruzada tal qual os cluniacenses e as ordens militares propagaram na Península. Mesmo quando, eventualmente, o ideal de cruzada era referido, ocorrida uma adaptação aos imperativos da vida cotidiana e da construção do reino.<sup>128</sup>

---

<sup>126</sup> COSTA, Ricardo da, Op. Cit.  
<sup>127</sup> FERNANDES, op. Cit, p. 126.  
<sup>128</sup> Ibidem, p. 127.

Assim, o que Carl Erdmman questiona não é a existência da Cruzada nos parâmetros estipulados pela Igreja e sim a mentalidade cruzadística, “até que ponto as idéias de cruzada ganharam realmente, vida, na guerra contra os mouros?”<sup>129</sup>.

Erdmman afirma que tanto os reis como o “povo português”, nunca tomaram parte, efetivamente, no movimento cruzadístico. Ao se referir à participação portuguesa no fenômeno das cruzadas o autor o coloca como exógeno à Península. Nesse sentido, os portugueses nunca participaram das cruzadas realizadas no Oriente. Obviamente, o pouco envolvimento de Portugal nas cruzadas explica-se pela guerra contra os mouros na península. Se os muçulmanos ameaçavam as suas fronteiras, não havia motivo para se deslocarem a outras regiões. De acordo com Erdmann, Portugal teria tentado capitanear a disposição guerreira dos cruzados e utilizá-la na península. Isso ocorreu em 1140-1217, quando oito frotas de cruzados que vinham da Europa do Norte em direção à Síria foram detidas em Portugal. O autor desqualifica a Tomada de Lisboa aos mouros como *cruzada*, ainda que os relatos sobre o cerco o apontem como um episódio dentro do contexto das cruzadas, tendo participado dele guerreiros de diversas nacionalidades.

Para Erdmman os cruzados estrangeiros que participaram da Tomada de Lisboa, não teriam ido à Península com o objetivo de tomar parte da guerra portuguesa contra os mouros. Encontravam-se de passagem pela região a caminho de Jerusalém quando foram convencidos pelo bispo do Porto, a mando de Afonso Henriques, a participarem da empresa portuguesa. Entretanto, os cavaleiros que chegaram à península não foram tão facilmente cooptados, sendo a eles oferecida uma série de benefícios em troca de seu auxílio.

O sermão proferido pelo bispo do Porto quando da chegada dos cruzados na referida cidade encontra-se relatado na *carta de um cruzado inglês*<sup>130</sup>, destacaremos a seguir alguns pontos do discurso em que fica evidente a intenção do Bispo em convencer os cavaleiros estrangeiros a aceitarem integrar a hoste régia contra os mouros da cidade de Lisboa.

“ sem que ninguém o pregasse, sem que ninguém o aconselhasse, tendo nos corações o Zelo da lei de Deus; **guiado só pelo impulso do espírito, através**

---

<sup>129</sup> ERDMANN, op. Cit. p. 19.

<sup>130</sup> Um relatório em forma de carta que narra minuciosamente o cerco de Lisboa sob a ótica de um cruzado inglês.

**os perigos de tantas terras e mares, e os encargos de uma longa viagem, estes que acabam de chegar aqui representam para todos os filhos da primitiva Igreja abandonados por nós, o ministério da cruz (...)** Eis caríssimos irmãos que saístes de vossos castelos, trazendo o impropério da cruz e buscai a Deus, enquanto vos é possível achá-lo, para que o possais atingir.”<sup>131</sup>

Observamos na passagem acima os elogios proferidos pelo bispo do Porto aos recém chegados cavaleiros cruzados a Portugal. Oriundos de regiões do norte europeu como Flandres, Normandia, Inglaterra e Alemanha, os cavaleiros são exaltados pela sua valentia e determinação em nome da fé. O clérigo segue lembrando aos ouvintes os “horrores” e “ultrajes” pelos quais passam os cristãos na Península Ibérica sob o jugo dos mouros:

Creemos já terdes ouvido dizer em vossas regiões, que a vingança de Deus feriu à ponta de espada toda a Espanha coma incursão de mouros e moabitas, restando nela ainda poucos cristãos, e em poucas cidades sob o pesado jugo da servidão. Mas o que a fama levou a vossos ouvidos, agora de tal modo se vos mostra os olhos mais claro do que o sol, que apenas em toda a Galiza, no reino de Aragão e na Numância, das muitas cidades, castelos e aldeias e mosteiros, se não vêem mais que ruínas e indícios da consumada destruição. Também esta nossa cidade que estais vendo, célebre outrora entre as célebres reduzida agora às dimensões de uma pequena aldeia, foi já muitas vezes saqueada pelos mouros. Com efeito, ainda há sete anos, de tal modo foi ultrajada por eles, que da Igreja de Virgem Santa Maria, que por graça de Deus eu indignamente sirvo, levaram as insígnias, os paramentos dos vasos sagrados e todos os ornamentos do templo, depois de cativarem ou matarem os clérigos dos homens desta cidade e de todos estes territórios em volta quase até à Igreja do Apostolo Sant'Iago, levaram consigo para a sua pátria muitos cativos, destruindo uo o mais a ferro e fogo, posto que não o fizeram sem o sangue dos nossos fidalgos (...) A vós clama a Igreja de braços mutilados e face compurscada. Por vossas mãos reclama ela a vingança e o sangue dos seus filhos. Clama, sim, clama!”. Executai a vingança das nações e as censuras entre os povos.<sup>132</sup>

O discurso do bispo enfatiza a barbárie do inimigo mulçumano, apelando pela ajuda dos cavaleiros na qualidade de defensores do cristianismo, evidenciando o aspecto religioso da luta contra os mouros em território ibérico. Outra questão que se coloca é a da identidade cristã em oposição à islâmica. O bispo não pede a vingança em nome do

---

<sup>131</sup> *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um Cruzado Inglês que participou nos acontecimentos.* Apresentação e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, col. “Cidade de Lisboa”, nº 4, 1989, pp.28-30

<sup>132</sup> *Ibidem*, p.30

povo ibérico e sim em nome da Igreja. Na seqüência o clérigo aponta razões para que os cruzados abandonem a empresa no oriente e se lancem ao ataque do inimigo em território europeu:

Não vos seduza pressa de seguides viagem, porque não é dono de louvor o ter estado em Jerusalém, mas o ter vivido retamente; por quanto só a ela podereis chegar com o auxílio seu. Da boa obra é que nasce o mérito, para que além chegue ao fim glorioso. Levantai com bons êmulos a Igreja da Espanha prostrada e humilhada, e revesti a pobre, deformada e feia, com as vestes da alegria<sup>133</sup>

De acordo com o prelado ir a Jerusalém não teria o menor valor, considerando que na região onde se encontram também se faz necessário o auxílio contra o “inimigo”. Assim, o bispo recorre a princípios cristãos como a necessidade de realização de boas obras a fim de uma ascese gloriosa e exorta os cruzados a recuperar a Igreja da Espanha humilhada pelas investidas islâmicas. Entretanto, ainda que a pregação do epíscopo do Porto aponte diversos elementos que qualificam o espírito cruzadístico da época, como a união dos povos em nome de Deus, a realização de feitos em busca da glória, e a salvação de cristãos mediante a ameaça islâmica, Erdmann afirma que não se tratava de um sermão que incentivasse à cruzada “*mas sim uma exortação a desistir dela*.”<sup>134</sup>, o que demonstra que seu entendimento acerca do fenômeno não compreende a península como um foco de investidas de cavaleiros de outras nacionalidades. Na seqüência de sua pregação o bispo do Porto promete, em nome de D. Afonso Henriques, recompensar materialmente àqueles que se colocarem a seu serviço na tomada da cidade:

É possível que Deus tenha já inspirado aos vossos corações, quererdes com a vossa armada ir até junto dele e com ele ficardes, até que, com o favor divino e a vossa cooperação seja tomada a cidade de Lisboa. Se isso vos aprouver faremos depois aos vossos a promessa de dinheiro, conforme o permite a riqueza do tesouro real.

---

<sup>133</sup>

Ibidem,p.22

<sup>134</sup>

Ibidem, p. 23.

Para o Erdmman o oferecimento de dinheiro para aqueles que estivessem dispostos a participar da luta ao lado do rei português constituía um forte indício da falta de interesse religioso dos cavaleiros na guerra peninsular. Entretanto, devemos lembrar que a busca de benefícios materiais constituía um dos elementos que impulsionava os cavaleiros europeus a se dirigirem ao Oriente. No que concerne à questão das benesses destacamos, na mesma fonte, uma passagem em que o rei D. Afonso Henriques ratifica aos cruzados a promessa da recompensa em dinheiro:

(...) Porque não queremos que ignoreis nossos recursos e quase as nossas intenções para convosco, nem por isso deveis desprezar nossa promessa, pois que consideraremos como sujeito ao vosso domínio tudo que a nossa terra possui. Duma coisa, porém estamos certos; e é que vossa piedade vos convidará mais a este trabalho e ao desejo de realizar tão grande feito, do que vos há de atrair à recompensa a promessa do nosso dinheiro<sup>135</sup>.

Além de confirmar o pagamento aos cruzados, o rei exalta a importância que o feito terá para a honra dos cavaleiros que dele participarão, o que dentro de uma ideologia cavaleiresca é mais importante do que os ganhos materiais. No cerco de Lisboa é a primeira vez que cavaleiros de ordens militares integram a hoste régia. Segundo Carl Erdmann a partir da influência estrangeira exercida pelas ordens militares instaladas no reino desde 1128. De acordo com Erdmann primeiros anos após o estabelecimento da ordem do Templo em Portugal a atuação desta foi pouco significativa, considerando que ainda estava centrada nos assuntos da “Terra Santa”. O que irá mudar definitivamente em 1147:

Mas o acontecimento decisivo deu-se no ano de 1147: a primeira entrada dos templários no exército do rei de Portugal. Quando D. Afonso Henriques foi conquistar Santarém, prometeu-lhes, em cada de vitória, todas as rendas das igrejas da cidade: em vista do que, os cavaleiros não hesitaram em tomar parte na expedição. Esta união entre a Coroa e a Ordem dos Templários consolidou-se mais ainda pelo tempo adiante e foi muito proveitosa para ambos os lados. Para disso nos certificarmos, basta percorrer brevemente as principais etapas: no ano de 1158, a Ordem recebeu importantes privilégios: em 1159, foi-lhes doado o terreno de Cera, onde os templários fundaram a sua sede principal, Tomar, e desenvolveram fecunda atividade colonizadora: em 1569, foi-lhes confiada a terça parte de todo o território por conquistar ao Sul do Tejo, com a condição expressa de que as rendas, que daí tirassem, deveriam ficar em Portugal e não mais ser aplicadas à Terra Santa.<sup>136</sup>

---

135

Ibidem, p.24.

136

ERDMANN, op. Cit, p. 37.

O papel da Ordem do Templo em Portugal foi de extrema relevância para consolidar o ideal cruzadístico no reino. Para além disso, esta instituição passou a atuar em favor da monarquia fortalecendo a ação régia frente aos poderes senhoriais. O poder da ordem aumentou ao longo do século XII. Ao final deste século, ela passou a proteger de proteger as fronteiras portuguesas, convertendo-se, portanto, em um elemento essencial durante o processo de Reconquista.

No século XIII com o estabelecimento da primeira cruzada espanhola, observou-se a união dos reinos cristãos ibéricos na luta contra os muçulmanos na Península. O Papa Inocêncio III incentivou a ida de cruzados de diversas nacionalidades à Península. Doravante, pareceu não restar mais dúvidas quanto à legitimidade de um ideal cruzadístico Ibérico e português. As diversas batalhas contra os “infiéis” e a atuação e o poder concedido à ordem do Templo, confirmam a o caráter cruzadístico assumido pela guerra contra os mouros em Portugal.

A noção de cruzada em Portugal a partir do século XIII será revestida de um caráter preponderantemente político. Observou-se uma tendência a dominar as ordens militares, o que constitui uma maneira de controlar a ação dos poderes eclesiásticos revertendo a sua atuação de forma que atendam os interesses monárquicos.

A partir do século XIV o conceito de cruzada começa a ser questionado por alguns setores da Igreja, notadamente pelas vertentes, franciscana e dominicana, o que contribuiu para o enfraquecimento do ideal de cruzada, defendido pelas ordens. Ainda que cruzada e missão não constituíssem noções antitéticas, começou-se a defender a primazia da missão em detrimento da cruzada, passando esta a ser o último recurso a ser lançado. Conseqüentemente a atuação das ordens militares, a sua legitimidade e o poder que estas haviam adquirido passam a ser questionados e estas ordens foram sendo gradativamente enfraquecidas.

Em 1312 pressionado pelo rei Felipe, o Belo, da França o papa Clemente V dissolveu a Ordem dos Templários. Em 1319, o então rei de Portugal, D. Dinis, envia um pedido ao Papa João XXII solicitando a criação de uma de um nova ordem militar, a Ordem de Cristo. D. Dinis transfere para a nova ordem os bens que outrora pertenciam aos Templários. De acordo com Fabiano Fernandes o rei fez uma série de concessões à ordem de Cisto o que aumentou a área de influência do rei, sobretudo, no que concerne à guerra contra os muçulmanos. Houve um estreitamento muito grande entre o poder régio e a Ordem de Cristo, através da obtenção de direitos, privilégios ou até mesmo a convocação de membros da ordem para desempenhar funções na corte. Dessa forma, ao

“tutelar” uma ordem militar, o rei criava para si uma imagem de rei “cruzado”, gozando a idéia de cruzada de grande estima em determinados setores da sociedade.

O controle sobre uma ordem militar coincide com uma atenção à fundação da marinha portuguesa. Tais ações resultam no aumento do poder régio em Portugal, a partir do século XIV. Portanto, a criação da Ordem de Cristo relaciona-se com a preocupação de D. Dinis em reforçar o papel do reino e do rei como líder de uma nova “reconquista”. Dessa forma, observa-se que durante a primeira dinastia portuguesa as concepções de guerra e cruzada não possuíam um único sentido e que sempre desempenharam um papel importante no imaginário político português, o que não será diferente na Dinastia de Avis.

#### **4. Afonso Henriques e o modelo de rei-guerreiro português.**

Entre as primeiras referências escritas acerca do criador da monarquia portuguesa constam os *anais afonsinos* escrito por volta de 1185. Neste texto consta que o rei armou-se cavaleiro por conta própria no ano de 1125. A veracidade do fato é extremamente contestável, contudo o seu valor simbólico é inegável, posto que, de acordo com José Mattoso a iniciativa de armar a si próprio cavaleiro indicava a “predestinação” de Afonso Henriques desde a juventude. Em praticamente todas as referências escritas sobre D. Afonso Henriques a imagem construída é dotada de um caráter cavaleiresco que exalta entre os principais atributos do monarca, o seu caráter guerreiro.

D. Afonso Henriques começa a governar o Condado Portucalense a partir de 1128, Após sair vitorioso da Batalha de São Mamede. Batalha esta que é repleta de simbolismo e contribui para a construção da imagem guerreira e até mesmo sagrada do primeiro monarca. Desde a morte de D. Afonso VI de Leão, avô de D. Afonso Henriques, a situação da península e particularmente no Condado havia se tornado absurdamente instável. Com a morte de seu pai o Conde D. Henrique de Borgonha, o controle do Condado passa às mãos de sua mãe D. Teresa, filha de D. Afonso VI. A partir de então a situação da região começa a tornar-se insustentável, sobretudo, após a associação de D. Teresa com o Fernão Peres de Trava, membro da alta nobreza da Galiza e que passou a representar a dominação galega sobre as terras portucalenses. Obviamente esta situação não agradou aos nobres da região e entre o período de 1121 e

1125 observou-se a evasão de boa parte dessa nobreza em direção a outros reinos peninsulares.

Em 1128 uma coalizão de nobres do Condado lideradas por D.Afonso Henriques enfrentou as tropas de Fernão Peres de Trava na cidade de São Mamede no dia de S. João Batista, saindo vitoriosa. A data não poderia ser mais propícia, considerando que este santo fora o anunciador da vinda de Cristo, não tardou para que identificassem essa vitória como o prelúdio de um novo reino. A vitória representou a independência em relação à Galiza. Doravante D. Afonso Henriques, assumiu o controle do condado portugalense, o que lhe era de direito, pois, anteriormente o posto pertencera a seu pai. Todavia, após assumir o comando da região não adotou o título de Conde e em seus diplomas ostentava os títulos de Infante de Portugal ou príncipe de Portugal, mas nunca o de Conde, visto que este não exprimia sua ascendência régia e o equiparava aos demais condes<sup>137</sup>.

A partir de 1135 Afonso Henriques inicia as ofensivas contra os muçulmanos, mandando construir um castelo em Leiria que serviria de base para as ofensivas portuguesas às cidades muçulmanas. Em 1139 acontece a famosa Batalha de Ourique na qual o Afonso Henriques teria enfrentando pelo menos sete exércitos mouros e saído vitorioso, ainda que possuísse um contingente militar muito pequeno. Após vencer essa batalha Afonso Henriques fora aclamado pelos seus homens como rei de Portugal. O Reino surge a partir da iniciativa guerreira de seu líder, quanto à este aspecto guerreiro da monarquia Mattoso assinala que:

O caráter guerreiro, e, portanto secular, da autoridade régia parece ter sempre prevalecido durante toda a primeira dinastia, como acontecia de resto em Leão e Castela, como vários autores têm sublinhado apesar de se poderem documentar as coroações litúrgicas de alguns reis peninsulares. (...) Mas a idéia de que fora o sucesso guerreiro que legitimara a dignidade régia de Afonso Henriques, reconhecida por aclamação popular, permaneceu como elemento essencial, levando os cronistas a omitirem qualquer referência à cerimônia de Coroação<sup>138</sup>

De acordo com Roberto Godofredo Fabri Ferreira, a construção da imagem de Afonso Henriques como *“rei glorioso, imbatível, um símbolo nacional a ser*

---

<sup>137</sup> MATTOSO, José. *História de Portugal*, op.Cit, p.58.

<sup>138</sup> *Ibidem*, p. 63.

*seguido e venerado*”<sup>139</sup> constituiu um longo caminho que teve início no século XII. Ainda de acordo com Ferreira os primeiros textos cronísticos afonsinos não foram escritos por autores portugueses e “*suas qualidades de chefe guerreiro, herói impetuoso, disposto a arriscar a própria vida em detrimento de seu território, aliado ao seu amor quase religioso pelo reino são informações já presentes nos textos contemporâneos ao rei*”<sup>140</sup>.

Para este autor essa construção da imagem de Afonso Henriques ganha força a partir do reinado de D. Dinis que começou a governar na segunda metade do século XIII. De acordo com Ferreira essa construção literária feita sobre a figura do primeiro rei português no período dionisino relaciona-se à necessidade de afirmação de territorialidade e poder régio e nesse sentido o mito fundador atua como elemento importante na construção da identidade nacional em formação.<sup>141</sup>

Dessa forma, o modelo de rei guerreiro cristão irá perpetuar-se em Portugal, ultrapassando a primeira dinastia, sendo relido a partir da ascensão de Avis no final do século XIV.

## **5. Nobreza Guerreira e Nobreza de Corte em Portugal entre os séculos XII e XIV.**

A forma como a nobreza se estrutura em Portugal durante a Dinastia de Borgonha está relacionada com a maneira com a qual a realeza fundamenta sua política. O estado de guerra permanente no reino construiu uma mentalidade guerreira onde o rei é a figura central. A guerra é a base do poder régio e senhorial. No século XII o norte de Portugal era a região onde estavam estabelecidos os nobres de sangue, detentores de grande poder territorial e militar. A boa relação com as linhagens mais poderosas do reino eram de extrema importância estratégica militar, uma vez que o rei dependia desse segmento para a manutenção das fronteiras do norte frequentemente ameaçadas por investidas leonesas.

Doravante, observa-se o estabelecimento de uma nítida “oposição” entre a região norte e a região centro-sul do reino. De acordo com José Mattoso no norte de Portugal as instituições senhoriais adquiram maior pujança e assim se mantiveram até finais da

---

<sup>139</sup> FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri, op. Cit, p.86.

<sup>140</sup> Ibidem, pp 86-87.

<sup>141</sup> Ibidem,p.87.

Idade Média<sup>142</sup>. Por outro lado a região Centro-Sul possuía uma dinâmica distinta, fortemente influenciada pela cultura árabe, manteve-se predominantemente urbana, havendo, todavia, poderosos senhorios naquela região, porém estes, assim como os Concelhos, desenvolveram-se sob o rígido controle régio.

O processo de consolidação de Portugal como reino independente atravessou o século XII, sendo, portanto, lento e penoso, pautado na execução constante de guerras territoriais e que não dependia somente da ação régia, mas, sobretudo, da participação de uma nobreza guerreira capaz de fornecer exércitos e armas, além de manter os territórios conquistados. Portanto, era impensável que no reinado dos primeiros monarcas portugueses fosse montado um eficiente aparelho administrativo e burocrático, capaz de fiscalizar firmemente a atuação dos grandes senhores e os concelhos. Concomitante à formação do reino desenvolveu-se o sistema senhorial em Portugal, quanto a isso Paulo Accorsi Júnior assinala que:

A expansão do sistema senhorial, sob o comando da nobreza se estendeu até o final do século XII sob os olhos complacentes de um rei, ainda, *primus inter pares*. Forjou-se sob o signo da disputa privada. Processou-se com a incorporação, palmo a palmo, de casais, de pequenos proprietários alodiais, de comunidades de homens livres, e mesmo terras reguengas, num movimento que, em parte, só seria contido pela primeira vez por D. Afonso II, por ocasião das primeiras Inquirições em 1220.<sup>143</sup>

Foi durante o reinado de Afonso II que Portugal deu os primeiros passos rumo à centralização política. O referido monarca montou um aparelho burocrático *que lhe permitiu aumentar os rendimentos da coroa e, por isso, sustentar um corpo de servidores cheios de zelo que assegurava a eficiência da máquina estatal por ele construída*<sup>144</sup>.

De acordo com José D'Assunção Barros a guerra constituía o suporte legitimador da arrecadação fiscal e assim cria-se em Portugal a imagem do rei guerreiro a fim de justificar a arrecadação fiscal e o controle político. O rei deveria ser capaz de

---

<sup>142</sup> MATTOSO, *Identificação de um país*, op. Cit, p.50.

<sup>143</sup> ACCORSI, op. Cit, p.30

<sup>144</sup> MATTOSO, *História de Portugal*, op. Cit, p.142.

acumular, tanto no plano imaginário quanto no concreto, o controle o exercício da violência física e da violência simbólica<sup>145</sup>

As partir do século XIII, com o fim da Reconquista, não havia mais terras a serem dominadas do reino, o que, por conseguinte, gerou uma crise da nobreza que então se viu sem alternativa de expansão que não a guerra contra seus iguais e a invasão de terras régias.<sup>146</sup> Instaura-se então uma situação de caos no seio desse grupo que acarreta profundas conseqüências sociais. Nesse contexto, D. Afonso III retoma o processo centralizador, atuando como mediador dos conflitos do grupo e, portanto controlando mais de perto essa categoria. Esse período de acordo com Accorsi:

Marcou o fim da preeminência de uma nobreza cuja excelência social era aferida por seu nascimento, por sua linhagem. E que tinha sua capacidade de expansão fundamentalmente assentada no seu modo de vida violento, guerreiro. A base de sua formação e desenvolvimento não seria doravante calcada no direito de conquista. Não deixaria, é certo, de cultivar a idéia guerreira como instrumento de expansão social. Mas as oportunidades de poder e ganho por conquistas seriam progressivamente monopolizadas pelo rei, que se impôs como senhor e único legítimo nesta atividade. A partir do século XIII, o rei passou a concentrar poderes jurisdicionais de última instância. A ligação à corte tornou-se um expediente fundamental para a nobreza como meio de enriquecimento e mesmo de recomposição de fortunas (...)<sup>147</sup>

Observa-se, portanto, uma mudança da atuação da nobreza a partir do reinado de D. Afonso III. O poder deste grupo passa a ser medido não somente pela sua capacidade bélica, mas, sobretudo, pela sua proximidade com o rei. A corte, doravante, possui papel fundamental para a estruturação política portuguesa.

### **5.1- Corte e nobreza em Portugal nos séculos XIII e XIV**

A *corte* foi uma instituição fundamental durante a idade média, figurando no ocidente como centro de irradiação do poder político. Foram inúmeras as variações semânticas da noção de *corte* ao longo do período medieval, diante disso a historiadora portuguesa Rita Costa Gomes afirma que:

---

<sup>145</sup> BARROS, José D'Assunção. *As Três Imagens do Rei - o imaginário régio nas cantigas trovadorescas e nos livros de Linhagens*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: cópia reprograda, 1999.

<sup>146</sup> ACCORSI, op. Cit, p. 32.

<sup>147</sup> Ibidem, p.32-33.

A complexidade do conceito medieval de corte, o fato de nele podermos detectar categorias contraditórias para o nosso modelo de pensar, a própria pluralidade das suas designações levaram os historiadores a uma pulverização desta importante estrutura da sociedade da época em diversos objetos, a tratar separadamente. Dispomos, por isso, de alguns elementos, importantes para a definição da corte vindos de distintos campos de pesquisa<sup>148</sup>.

Nesse sentido, Costa destaca a importância da História institucional para a investigação da corte medieval. A partir desta perspectiva vem sendo realizados desde o século XIX, estudos nos quais a corte é analisada como matriz das estruturas administrativas e burocráticas. Assim, ainda que reconheça a extrema relevância destas pesquisas, Costa afirma que analisada sob a ótica da história das instituições a *corte* acaba por ter seu sentido esvaziado, considerando o caráter reducionista desta perspectiva.<sup>149</sup> Isto posto, a autora conclui que:

Organizando-se em torno da presença do rei, a corte medieval pode conceber-se como um núcleo central de uma estrutura mais vasta, ligando por um conjunto de relações complexas o monarca ao reino, implicando por isso um sistema de instituições que materializam a mediação necessária do seu poder. Mas como o poder do rei se insinua e constrói de muitos modos, ele está ligado de modo não menos decisivo do que a esse sistema institucional à manutenção de um núcleo humano permanente rodeando o monarca que constitui, afinal, a corte. Dispositivo heterogêneo e variável no tempo e no espaço, cuja multifacetada realidade colocamos no centro de nosso inquérito, a corte possibilita a existência da própria realeza (...).<sup>150</sup>

Destarte, podemos conceber a corte como o espaço de produção e representação do poder monárquico. É marcante o significado que a corte terá na Baixa Idade média, mais especificamente, a partir do final do século XI<sup>151</sup>, em todo o Ocidente. Nesse período, para além de sua acepção política, a corte caracterizava-se também por ser um “espaço social” de confinamento da aristocracia dominante<sup>152</sup>.

---

<sup>148</sup> COSTA, Rita Gomes. *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-velha: Difel, 1995, p. 11.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p.11.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p.23.

<sup>151</sup> GUENEÉ, Bernard. “CORTE”. In Le GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002, p.273.

<sup>152</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 207. Volume I.

Em Portugal o processo que irá organizar de maneira hierarquizada a nobreza em torno do rei, teve início no reinado de D. Afonso III. É a partir deste rei que, de acordo com Accorsi, a imagem do monarca em Portugal transforma-se-á:

O monarca, com D. Afonso III, não mais seria o *primus inter pares*, senhor da cúria, composta apenas por seus poderosos barões e vassallos. Pretendia, inspirado doutrinariamente nos princípios das sete partidas de Afonso X de Castela, criar uma idéia de grandeza compatível com uma sociedade mais diversificada e, assim, projetar a imagem de um governante que regia o país abrangendo a totalidade social

A proliferação de especialistas na arte da administração, associados ao projeto centralizador, foi mais um elemento que deu ao rei um instrumento para deslocar a antiga nobreza de funções dos principais cargos palacianos.

A corte passou a ser o centro das relações de poder em Portugal. Ela deve, portanto ser criada seguindo os parâmetros do projeto político do monarca, ou seja, os valores a serem disseminados neste espaço devem ir ao encontro dos ideais da realeza que a controla: a corte é um espaço pedagógico e de afirmação de valores de um determinado grupo. A partir de D. Afonso III é notório o esforço de domesticar a nobreza guerreira transformando-a em uma nobreza de corte. Doravante, o paço, de acordo com José D'Assunção Barros não só é o centro de decisões políticas, mas também contribui para afirmação do rei como figura de força e sabedoria. Assim, A corte transforma-se em um centro de irradiação de uma cultura aristocrática:

Obras são traduzidas, promovendo em alguns níveis uma perfeita circularidade com outras culturas e civilizações; crônicas são escritas para registrar a memória do reino; festas e saraus palacianos são promovidos com regularidade trazendo o rei ao centro do espetáculo social que se quer projetar dentro e fora do reino. A corte converte-se também aqui, do ponto de vista do rei, em um centro de moda. Lugar também de legítima projeção social, para nobres e vilãos<sup>153</sup>.

A nobreza de corte possui códigos próprios de comportamento que a diferencia das demais categorias sociais. Segundo José Mattoso, este grupo estrutura-se não só pelos laços do parentesco e da vassalagem, mas também pela consciência de classe. *Esta se manifesta como um sentimento de superioridade em matéria de gostos, de*

---

153

BARROS, op. Cit, p.93.

*valores e de crenças, assim como por costumes peculiares*<sup>154</sup>. Assim, considerando as especificidades da composição da nobreza portuguesa dos séculos XIII e XIV era comum que houvesse rivalidades entre os grupos que compunham esta categoria. Barros aponta que a projeção dos cavaleiros vilãos na nobreza portuguesa gerou uma reação negativa por parte da nobreza tradicional. Tal fato pode ser comprovado a partir da análise de algumas composições trovadorescas que satirizam os hábitos deste grupo<sup>155</sup>. As cantigas de escárnio que ridicularizam os cavaleiro-vilãos eram comuns entre compositores fidalgos, mas, interessante é o fato de elas também serem compostas por indivíduos de grupos sociais inferiores o que representa a difusão do preconceito dos nobres, bem como a afirmação das hierarquias sociais. Nesta perspectiva Mattoso assinala que:

De fato os nobres consideram a estabilidade social um princípio quase absoluto tal como a própria ordem cósmica. As categorias sociais devem manter-se como estão. Separadas. Estáveis. Não deve haver transferência de uma para outras. Os inferiores como os pequenos cavaleiros que aspiram ser ricos-homens, mesmo os que o rei favorece e a quem dá a sua confiança, expõe-se a severas críticas de todos e até ao ridículo. Os senhores avarentos são desprezíveis. Os infanções esfomeados e provincianos cobrem-se de ridículo. Os favoritos podem ser habilitados pelo rei, mas não basta isso para saberem vestir ou combater como os nobres de velha cepa. Todos devem portanto comportar-se como está preceituado, segundo os costumes e regras de conduta que a respectiva posição social impõe<sup>156</sup>.

A vida em corte não anula a função militar que continua a ser o principal atributo da nobreza portuguesa. Contudo, esta passa a ser controlada de perto pelo rei que aumenta cada vez mais os seus poderes. No reinado de D. Dinis o monarca efetivou medidas que objetivavam incrementar o seu corpo militar, assim procurou dispor de um exército mais operacional do que o recrutado apenas de acordo com a tradição feudal. Nesse sentido, de acordo com Mattoso:

Daí a instituição em data desconhecida, da obrigação de cada concelho fornecer e armar uns tantos besteiros, chamados “besteiros do conto”. O rei não se contentava, portanto, com o recrutamento dos cavaleiros nobres acontiadados que tinham a obrigação e servir a coroa e se necessário, do cumprimento dos fossados pelos vilãos consignados nos forais. É provável que também procurasse renovar o cumprimento do serviço militar dos vilãos detentores de terras de cavalaria. A instituição dos besteiros de conto teve

---

<sup>154</sup> MATTOSO, op. Cit, p 196.

<sup>155</sup> BARROS, op. Cit, p. 71.

<sup>156</sup> MATTOSO, op. Cit, p 196.

uma importância maior. O rei passou a dispor de um corpo mais profissionalizado, mais disponível e mais fiel.<sup>157</sup>

As mudanças na forma de recrutamento militar empreendidas por D. Dinis demonstram uma precoce tentativa de organização de um exército “nacional” que não dependa de efetivos particulares, fortalecendo assim, a capacidade bélica da monarquia. Ainda que as tentativas de centralização do poder tenham sido marcantes ao longo da Dinastia de Borgonha, até a queda desta casa nenhum monarca logrou neste projeto. As forças senhoriais, sobretudo no norte de Portugal, mantiveram-se firmes representando uma forte ameaça ao poder do monarca, mesmo ao longo da dinastia de Avis que empreendeu um projeto centralizador mais eficaz.

---

<sup>157</sup>

Ibidem, p.153.

## **Parte 2**

## **Capítulo 3**

### **Avis e a “vocação messiânica” do reino português**

#### **1. A ascensão de Avis e a configura o de uma nova estrutura social**

O fim da dinastia de Borgonha em Portugal   marcado por crises econ micas e sociais decorrentes, sobretudo, da peste que atingiu o Ocidente no século XIV e das sucessivas guerras empreendidas contra Castela durante o governo fernandino. Portanto, a conjuntura portuguesa   época em que D. João I chega ao poder era bastante delicada, por um lado por conta das crises que afetaram o reino durante o governo anterior e por outro pelo conturbado período de indefini o política e pelo próprio processo revolucionário que o levou ao trono.

A ascensão da casa de Avis representou uma época de mudanças profundas na sociedade portuguesa. Para grande parte da historiografia, seu advento significou o triunfo das novas estruturas, delegando maior importância às cidades e às popula es urbanas, marcando uma mudança na composi o política, sobretudo, pela renova o dos quadros da nobreza.

O primeiro grande desafio da nova dinastia foi a organiza o do poder régio, definindo suas bases de apoio. Gradativamente a dinastia de Avis estruturou um meticuloso projeto político norteador de suas a es tanto no plano interno quanto no externo, fundamental para sua consolida o no poder. Quanto às linhas de sustenta o desse projeto Amaral assinala que:

O projeto político de Avis foi sustentado por três pilares, uma voraz a o centralizadora que visava centralizar a justiça régia enfraquecendo os demais poderes; a tentativa de criar por meio da expansão africana, elementos que aglutinassem a sociedade na luta contra o infiel e na conversão de novas almas. E por ultimo um intenso programa de propaganda cuja inten o era reescrever a história do reino, com vistas a sacralizar os atos do Estado por meio da apropria o de fun es estritamente sacerdotais ao

campo de ação régio e da sobreposição da imagem do estado às imagens sagradas do cristianismo<sup>158</sup>.

Assim, no que tange à ação centralizadora empreendida por Avis, é possível afirmar que ela foi o primeiro ponto do projeto político avisino a ser explorado, o que pode ser observado a partir da atuação de D. João I já nos primeiros anos de seu reinado. O processo centralizador começa pela própria reconfiguração das estruturas sociais portuguesas que se dá com o advento avisino. Nesse contexto, é notável a participação de outros setores da população, que não a nobreza, na fundamentação do poder monárquico.

Nos primeiros anos do reinado de D. João I, a relevância das cidades e das classes populares é reconhecida. Assim, a “arraia miúda” ganhou uma destacada representatividade nos campos social e político na nova ordem que se estabelecia. De fato desde a dinastia anterior já se reconhecia o valor das cidades e sua importância como base de sustentação financeira.<sup>159</sup> Ao longo da Idade Média portuguesa foram inúmeras as tentativas de a nobreza de assenhorear-se das cidades. Fato que se explica pelas sucessivas crises no modelo dominial e pela gradativa relevância social que os homens-bons foram adquirindo.

Em Avis, a necessidade de sustentação política por parte da realeza conferiu o destacado papel das cidades e seus habitantes no quadro sociopolítico, dessa forma, de acordo com Accorsi, “*a monarquia com D. João I viu-se forçada a lançar mão do apoio de contingentes situados na base da pirâmide social, diante da pressão popular e privada de suas bases de sustentação que o senhorio oferecia, e conseqüentemente assimilar algumas de suas demandas.*”<sup>160</sup>

Ainda segundo o autor, o grupo dos homens-bons conscientiza-se de sua importância como atores sociais, na medida em que o crescimento da economia urbana ganhou papel privilegiado na sociedade portuguesa dos séculos XIV e XV. As demandas urbanas ganharam um espaço maior nas cortes:

---

<sup>158</sup> AMARAL, Clinio. *O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis (1438 - 1481)*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprograda, 2008, p.64

<sup>159</sup> ACCOSI, op. Cit, p.55

<sup>160</sup> Ibidem, p.58

As cortes traduziam as vozes cidadinas. Como mais uma instância a ser ouvida para a tomada de decisões, prestavam-se, a nosso ver, para impor limites tanto à ação política régia, quanto a de todos os homens de armas. Através delas avaliavam-se os apoios ou resistências, e qualquer decisão tomada sem o consentimento dos homens bons podia gerar insatisfações perigosas para a ordem estabelecida<sup>161</sup>.

A atribuição de relevância política a grupos que não constam nos quadros da nobreza deve ser compreendida dentro dos esforços de controle social por parte da realeza que, então, começa a lançar as bases de um processo centralizador, atuando como mediadora entre grupos poderosos de estamentos diferentes e impondo-se sobre eles.

O controle dos efetivos militares é outro ponto a ser destacado no que concerne ao processo centralizador empreendido pela monarquia avisina. Nesse sentido é deveras importante a forma com a qual a realeza irá proceder no recrutamento para as guerras, aumentando significativamente os efetivos concelhios. Nesse universo a mobilização militar dava-se através de duas famílias principais, os aquantiados e os besteiros. Estes grupos distinguem-se essencialmente pela renda<sup>162</sup>.

Inicialmente os aquantiados constituíam o conjunto dos habitantes do reino que mantinham casa própria. O equipamento militar que esses deviam apresentar, definia-se de acordo com a “quantia” de bens móveis ou imóveis que possuíam. A avaliação dos bens, sua fiscalização e mobilização para a guerra eram feitas a partir da atuação de alguns oficiais e da realização de revistas militares periódicas.<sup>163</sup> Quanto às categorias militares em que se dividiam os aquantiados e sua relação com as prestações bélicas, João Gouveia Monteiro assinala que:

Os mais ricos deveriam possuir e manter um bom cavalo e armamento completo; no escalão seguinte, surgem os que apenas ficam obrigados a possuir um cavalo de menor envergadura, “singelo” ou “raso”, depois vem os homens que devem apresentar-se munidos de uma besta de garrucha ; finalmente temos a classe daqueles combatentes a pé, os quais deveriam ter uma besta de polé ou uma lança, em caso limite, apenas se exigia a apresentação de um escudo<sup>164</sup>

---

<sup>161</sup> Ibidem, p.70

<sup>162</sup> MONTEIRO, op. Cit, p.44.

<sup>163</sup> Ibidem, p.44

<sup>164</sup> Ibidem, p.48.

A monarquia tinha uma percepção clara da relevância militar de seus súditos comuns e fazia uso ostensivo desses grupos. Configuravam, portanto, um importante potencial militar de reserva da Coroa, útil em campanhas militares de todos os gêneros.<sup>165</sup> Cabe também assinalar o contributo que a inclusão desses grupos no processo político irá representar na construção da identidade portuguesa.

A “família” dos besteiros possuía igual essencialidade militar para as hostes régias. O grupo dividia-se em besteiros do conto e besteiros de cavalo. Os besteiros do conto são uma milícia com dimensão limitada, organização própria e com extrema perícia no manejo da única arma a que estão associados.<sup>166</sup> O surgimento dessa categoria é anterior a D. Dinis, mas durante o reinado de D. João I, os besteiros adquiriram imensa relevância tática. De acordo com Humberto Baquero Moreno, as obrigações de prestação de serviço como besteiro recaíam, sobretudo, em três categorias profissionais principais, quais sejam: os menesteiras, os mancebos da terra e por último os lavradores. No primeiro grupo destacam-se os sapateiros, alfaiates, ferreiros, carpinteiros, almocreves, os tanoeiros e os regatões. Já no segundo escalão o único atributo exigido era o manejo da besta.<sup>167</sup>

Outra milícia inserida na categoria de besteiros é a dos besteiros de cavalo que, de acordo com Monteiro, não deve ser confundida com os aquantiados ou com os besteiros do conto. Esse grupo foi criado por D. João I em 1392, e era constituído por besteiros montados a cavalo e possuíam privilégios mais amplos em relação aos besteiros do conto.

A constituição de uma guarda nacional fixa deu-se apenas no reinado de D. João II, entretanto, a crescente relevância que a dinastia de Avis atribuiu à mobilização militar desses grupos concelhios e as mudanças no recrutamento da nobreza, enfatizando o “feudo-renda”, demonstram a preocupação da coroa em concentrar os efetivos militares, desmobilizando gradativamente os exércitos particulares.

É possível perceber o início do processo de monopolização da violência pela nova dinastia, esvaziando assim o poderio dos exércitos privados e diminuindo a sua dependência militar em relação à nobreza. A concentração da força física nas mãos da realeza constitui um grande passo em direção à centralização política.

---

<sup>165</sup> Ibidem, p.58

<sup>166</sup> Ibidem, p.58

<sup>167</sup> MORENO, Humberto Baquero. *A Organização Militar em Portugal Nos Séculos XIV e XV*. Revista da Faculdade de Letras. Vol. I, Lisboa, 1945, pp 351-357.

Ainda que a ascensão de Avis tenha representado um marco no que tange à participação de populares na vida política, no final do reinado de D. João I os privilégios concedidos a esses grupos foram ficando cada vez mais escassos. Nesse sentido, de acordo com Maria Helena Coelho:

Caminhando para década de 1390 o monarca vai repor a velha ordem de uma sociedade dominada pelos interesses de senhores , de proprietários rurais, de oficiais régios e uma certa burguesia urbana não há pois uma subversão da estrutura social herdada ainda que se detecte uma certa mobilidade social com a renovação dos quadros da dirigentes e o rejuvenescimento e reorganização da nobreza e o crescimento da força política das comunidades concelhias<sup>168</sup>.

Acerca da reorganização da nobreza a partir da ascensão do Mestre de Avis é interessante perceber na reestruturação política promovida pela dinastia a forma como o monarca procura desarticular as grandes casas senhoriais que poderiam representar uma ameaça ao seu poder, alicerçando-se, assim, em uma nobreza por ele subjugada, cuja origem do poder é a influência que possuem no círculo real.

O rei concedeu títulos e privilégios aos nobres que o apoiaram durante a luta contra Castela, em sua maioria membros de uma nobreza de linhagem duvidosa, promovendo, dessa forma, uma transformação nas estruturas de poder a partir da ascensão de casas que não faziam parte da nobreza tradicional.<sup>169</sup> Quanto à isso, Clinio Amaral aponta que:

Há consenso na historiografia sobre Portugal no final da idade média, que situa a revolução de Avis como um momento de transformação das estruturas de poder nesse reino, devido à sua ascensão. Essa mudança apontada pela historiografia como uma diminuição do poder das grandes casas senhoriais, ocorreu no início desse processo, mas o governo de D. João I foi gradativamente fazendo concessões aos nobres, cujo apoio foi importante na luta contra Castela e, principalmente, concentrou as possessões das terras nas mãos de seus filhos e de alguns colaboradores.<sup>170</sup>

---

<sup>168</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. *Portugal na época dos descobrimentos* In **Revista história das ideias**. Instituto de História e teoria das ideias. Faculdade de Letras, 1992, p.09.

<sup>169</sup> AMARAL, Clinio. *A construção de um Infante Santo em Portugal*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 2004, p.47.

<sup>170</sup> Ibidem

Nesse sentido, Accorsi, observa que *o quadro interior da nobreza caracterizou-se pela absorção de excluídos*. Sobre essa reordenação do segundo estado, em outro momento de seu reinado D. João I irá “repatriar” alguns membros de casas que outrora exerceram influência no reino, mas que por ocasião da revolução refugiaram-se em Castela. Este é o caso, por exemplo, do Conde D. Pedro de Meneses que voltou ao reino no início do século XV e participou da expedição de Ceuta, sendo nomeado o primeiro capitão da praça marroquina com o retorno do rei e dos infantes para Portugal.

Quanto à capacidade de concessões da monarquia, Accorsi aponta que nem mesmo com a “debandada geral” da antiga nobreza foi possível criar recursos suficientes para atender a demanda da nova nobreza que ascendia.<sup>171</sup> Assim, ainda que o advento de Avis tenha proporcionado a possibilidade de ascensão a algumas casas do reino, não foi o bastante para atender a todas as necessidades da nobreza.

No que tange à diminuição do poder das grandes casas senhoriais e a reestruturação da nobreza, José Mattoso, em *Fragmentos de uma Composição Medieval*, atenta que apesar de ser lugar-comum na historiografia portuguesa o fato de a nobreza tradicional ter se posicionado em favor de Castela e que em decorrência do processo revolucionário buscou asilo no reino vizinho, essa é uma questão que necessita ser ponderada com mais rigor.

De acordo com o autor é incontestável que boa parte dessa “velha nobreza” se colocou do lado castelhano, a maioria por estar ligada àquela realeza por vínculos vassálicos. Entretanto, nem todos os nobres de velha cepa se voltaram contra o Mestre de Avis, ao contrário, muitos o apoiaram durante a revolução e, posteriormente, integraram os quadros dirigentes da realeza. Portanto, a nova configuração aristocrática estruturada por D. João I contava com alguns importantes elementos da nobreza dos “velhos tempos”.

A mudança na forma de organizar os quadros sociais relaciona-se com uma das linhas de força do projeto político que era a centralização monárquica. Os “novos tempos” são acompanhados de novas demandas que forçam uma mudança na postura do monarca que o distingue fundamentalmente dos monarcas feudais. Agora o rei não era apenas um *primus inter pares* que buscava manter o equilíbrio dentre os nobres, mas sim um dirigente que tinha que lidar com os interesses externos ao seu grupo.<sup>172</sup>

---

<sup>171</sup> ACORSSI, op. Cit, p.56.

<sup>172</sup> Ibidem,p.71.

## 2- O discurso do paço e a legitimação dinástica

Uma importante questão que se coloca a partir da chegada de Avis ao poder, diz respeito à legitimidade da nova dinastia. D. João I era um bastardo que ascendia ao trono por intermédio de uma revolução, portanto, diante dessas condições adversas necessitou de mecanismos que justificassem o seu poder. De acordo com Margarida Garcez Ventura:

Capturar o poder traduzia-se para o mestre de Avis em fazer inflectir a seu favor as diversas linhas de legitimidade do poder tal como eram concebidas na Idade Média. O apoio de algumas áreas da nobreza e do povo, as ajudas internacionais, o apelo aos legistas, ganham sentido quando integrados numa teoria da legitimidade<sup>173</sup>

A origem da legitimidade do poder no período medieval era divina. Assim, tanto o título quanto o exercício do poder eram atribuídos pela vontade de Deus. No que concerne aos meios validadores do poder avisino, Vânia Froés assinala que essa dinastia irá se legitimar a partir da consolidação de um modelo messiânico onde o rei figura como salvador, não só do reino, mas também de toda a Cristandade<sup>174</sup> que transformou o paço em “*um espaço de arbitragem dos conflitos políticos do reino*”<sup>175</sup> também “*forneceu um substrato ideológico, através de seus mecanismos de consolidação e de resolução dos conflitos políticos, por meio de uma releitura da tradição cristã, conferindo uma sacralidade à monarquia.*”<sup>176</sup>

É notável importância que a nova dinastia conferiu ao paço que se tornou o centro de irradiação do poder monárquico estruturado, sobretudo, a partir de um discurso ordenador que atua como sustentáculo ideológico da dinastia servindo como propagador do projeto político avisino. A esse “discurso” a Historiadora Vânia Leite Fróes denominou “*Discurso do Paço*”. No que concerne à amplitude do conceito, este abarca a prosa moral, os tratados técnicos, crônicas, peças teatrais, trovas, e também aqueles indivíduos que compõem o paço.

O Paço, de acordo com Fróes, *é uma espécie de eixo ordenador, referência de um certo padrão de conduta e de uma cosmologia determinada. A distância e a*

---

<sup>173</sup> VENTURA, Margarida Garcez. *O messias de Lisboa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1992, p.07.

<sup>174</sup> FRÓES, Vânia. *Era no tempo do rei*. Tese Titular apresentada ao departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: cópia reprográfica, 1995, p.04.

<sup>175</sup> AMARAL, Clinio. *A construção de um Infante Santo em Portugal*, op. Cit. p.48.

<sup>176</sup> Ibidem, p.49.

proximidade do “paço” definem uma hierarquia de tempos, lugares e pessoas<sup>177</sup>. Não há, porém, uma noção espacial na qual se enquadre o conceito de *Paço*, entretanto, ainda que este se constitua enquanto paradigma não é possível concebê-lo desvinculado à noção de cidade, pois, segundo Fróes é no ambiente urbano que ele se define.<sup>178</sup> A autora utiliza a expressão “*paço-palco*” ao abordar a relação entre a cidade e o paço, entendendo este como o “palco” da cidade, considerando que suas atividades são oferecidas como espetáculo público aos habitantes.<sup>179</sup> Assim, de acordo com Clínio Amaral:

O paço passou a ser o microcosmo da sociedade portuguesa à época e um lugar privilegiado para análise empírica dos historiadores. Isso significa dizer que é possível analisar as tensões políticas geradas nos descobrimentos através da análise dos personagens diretamente ligados ao Paço e, ainda, mapear a forma pela qual eles tentavam resolvê-las.<sup>180</sup>

Dessa forma, estruturou-se, sobretudo a partir do primeiro cronista-mor do reino, um discurso que identificava D. João I como o “messias de Lisboa”, aquele que defendeu Portugal da ameaça castelhana e continuou a “guerra santa”, desta vez no Norte da África, atribuindo, doravante, um novo significado a idéia de cruzada.<sup>181</sup>

O advento de Avis necessitou estabelecer um traço de continuidade capaz de ligar as duas dinastias. D. João I da mesma forma que Afonso Henriques, é concebido dentro do modelo de rei-guerreiro e cruzado medieval, ainda que esse paradigma não correspondesse à realidade do século XV, tratando-se, portanto, de uma releitura por parte da nova casa.

Nesse contexto observou-se um aumento de relatos escritos sobre o *Milagre de Ourique*, o mito fundador do reino de Portugal. Tal fato parece-nos um modo de construir a memória do reino de maneira a valorizar o caráter guerreiro da monarquia portuguesa. Nesse sentido, é notável a ênfase que os relatos quatrocentistas dão à guerra contra os mouros, atribuindo, dessa forma, um sentido de Cruzada e valorizando a atuação cavaleiresca nesse movimento.

---

<sup>177</sup> FRÓES, Vânia leite. *Espaço e sociedade em Gil Vicente: contribuição para um estudo do imaginário português (1502-1523)*. Tese de doutorado, USP: São Paulo, 1985. APUD. AMARAL, Clínio. *A construção de um Infante Santo em Portugal* Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 2004, p. 32.

<sup>178</sup> Ibidem, p.135.

<sup>179</sup> Ibidem, p.35.

<sup>180</sup> AMARAL, Clínio. *A construção de um Infante Santo em Portugal*, op. Cit, p.47.

<sup>181</sup> VENTURA, op. Cit, p. 10

### 3. A expansão portuguesa e a releitura do ideal cruzadista

A conquista de Ceuta, em 1415, inicia oficialmente a era ultramarina européia consolidando uma das principais linhas do projeto político avisino. António Brásio afirma que não era a primeira vez que a empresa se tentara por um reino peninsular, apontando o convênio firmado entre o rei de Jaime I de Aragão e o rei de Marrocos em 1270.<sup>182</sup> De fato, a idéia de expandir a “Reconquista” para além da Europa já vinha sendo discutida, em Portugal, desde finais do século XIII. Entretanto, a conjuntura portuguesa ao longo do século XIV não era das mais favoráveis à realização de tão ousada empreitada, em consequência da crise que assolou o continente naquele período, das constantes guerras contra Castela e do processo revolucionário que levou ao trono o Mestre de Avis<sup>183</sup>.

São abundantes os estudos realizados sobre a expansão e as navegações portuguesas. A grande maioria dos trabalhos concentra-se em esclarecer as razões da conquista, girando, sobretudo, em torno de dois eixos principais, quais sejam: a razão “espiritual” e a razão material. Por séculos os relatos cronísticos sobre o processo de dominação portuguesa em África foram incontestados, sendo as razões apontadas pelos cronistas quatrocentistas tomadas como verdades absolutas, considerando somente os seus aspectos religiosos.

O tema somente começou a ser revisto a partir de 1919 com a produção de António Sérgio que *pretendeu formular uma explicação não romântica do acontecimento*<sup>184</sup>, o autor nega a razão senhorial da conquista apontando como principal razão a crise econômica no reino destacando que a *carência de pão que era causa de sobressalto para as gentes do reino*<sup>185</sup>, rebatendo, portando as teses cruzadistas e religiosas. Outro importante autor a ampliar o campo de possibilidades explicativas à conquista de Ceuta foi David Lopes, em 1925, apontado três razões para a empresa:

---

<sup>182</sup> BRÁSIO, António. *A ação missionária no período Henriquino*. Lisboa: comissão executiva das comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, 1958, p.11.

<sup>183</sup> FONTES, João Luís Inglês. **Cruzada e Expansão. A bula sane Charissinus**. In *Lusitânia sacra. Revista do centro de Estudos de história religiosa*. Universidade Católica Portuguesa. Confrarias, religiosidade e sociabilidade: século XV a XVIII. 2ª Série. Lisboa, 1995. Tomo VIII.

<sup>184</sup> ALBUQUERQUE, Mário. *O Significado das Navegações e outros Ensaios*. Lisboa: 1930, p.25.

<sup>185</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial verbo, 1980, p. 25. Volume II.

A força política da coroa de Avis, desejosa de impor o seu poderio e de expandir a fé cristã em Marrocos; a necessidade de evitar a pirataria moura que assolava as costas do Algarve e punha em perigo a navegação lusa no Estreito; e as vantagens de uma cidade africana que nos podia servir de base naval<sup>186</sup>

No quadro da história econômica, destaca-se Jaime Cortesão, que de acordo com Mario de Albuquerque, apresenta uma tese eclética, pois agrega elementos das teses de António Sérgio e David Lopes reconhecendo a preponderância do aspecto material sobre os espirituais, vendo na tomada de Ceuta um meio de reforçar o comércio com o norte da África. São intensas as discussões na historiografia acerca das razões da expansão e, como observa Clinio Amaral, *a maioria dos autores tende a apontar uma multiplicidade de causas para a expansão*, contudo os historiadores estão longe de chegar a uma resolução para a questão<sup>187</sup>.

Nosso interesse ao levantar questões referentes à expansão portuguesa é apontar a repercussão do movimento na política interna do reino, ponderando acerca das vicissitudes da primeira fase da empresa que vai de 1415 a 1460. Nesse período a política adotada em relação ao processo expansionista, tanto no âmbito interno quanto no externo pode ser apreendida em três momentos diferentes: o primeiro deles corresponde ao início da empresa em 1415 e vai até o final do reinado de D. Duarte em 1439, em seguida o período de regência do Infante D. Pedro e depois a política Ultramarina de D. Afonso V.

Entendemos que a expansão converteu-se no principal ponto da política avisina ao longo do século XV, pois para além dos elementos aglutinadores apontados, ela contribuiu para a consolidação de um ideal nacional, pautado em valores religiosos e cruzadistas que exaltavam os valores tipicamente cavaleirescos como honra e proveito. A expansão também colaborou para o processo de centralização estatal, uma vez que a situação de guerra constante gerava um maior controle da realeza em relação aos efetivos militares. A guerra externa contra o inimigo histórico da Cristandade pode ser entendida como um importante elemento de coesão, dominação, fundamentador da

---

<sup>186</sup>

Ibidem, p.25.

<sup>187</sup>

AMARAL, Clinio, op. Cit, p.49.

ideologia que cavaleiresca e promotora da centralização estatal. No que concerne à importância das guerras promovidas pelos portugueses durante o século XV, João Marinho considera que:

Acrescia que esta guerra entre cristãos e mouros e / ou gentios rebeldes era não só uma necessidade inevitável, como também uma excelente oportunidade para a aquisição de honra, outro valor central das sociedades de então. Assim, por ser mais feroz que outras guerras, ela poderia ser ocasião para o indivíduo demonstrar as suas virtudes, como a coragem, o espírito de sacrifício, a solidariedade, a valentia, o sentido de obediência, a vontade de ser o primeiro (de ser primoroso)... Resumindo: a par do proveito, poderiam emergir com a atividade guerreira valores como a honra, a fama e a glória, sendo o maior estágio desta última o direito ao Céu.<sup>188</sup>

A guerra na África assumiu caráter missionário considerando que se consolidou em Portugal uma ideologia que exaltava o reino como a “nação” escolhida a expandir o cristianismo para além dos domínios Europeus. A luta contra o “infiel” converteu-se, a partir do “descobrimento” de novos povos, na salvação de almas pagãs. O discurso religioso é um dos pontos fundamentais da propaganda política de Avis, que se revela, sobretudo, na produção cronística de Zurara. Quanto à isso, Clinio Amaral destaca que:

O ponto mais importante dessa propaganda é o discurso religioso, o qual associa a expansão à idéia do **serviço prestado a Deus**, pelo Infante D. Henrique e o rei D. Afonso V. É um discurso que desqualifica os opositores da expansão, pois o argumento do cronista é de que criticar a empresa ultramarina equiparava-se a criticar o serviço prestado a Deus<sup>189</sup>

A memória construída em Portugal sobre o movimento da Expansão Marítima, procurou enfatizar o caráter cruzadista e salvacionista do movimento, exaltando os valores da cavalaria e apontando o serviço de Deus como principal fomentador desse processo. Todavia, o projeto expansionista em sua dimensão política, pretendeu alcançar objetivos que iam além da noção messiânica. Para João Marinho, o principal interesse de Avis ao empreender a conquista de Ceuta era a coesão do reino em torno de um ideal gerador de identidade.

A conjuntura portuguesa durante os primeiros anos o reinado de D. João I foi, como já dissemos, de crise. Em um primeiro momento fez-se necessário a legitimação da nova dinastia no poder, a reestruturação político-social, e a afirmação da

---

188

MARINHO, João ,op. Cit, p.20

189

AMARAL, Clinio. *A Construção de um Infante Santo em Portugal ...* op. Cit, p.88.

independência do reino em face de Castela. Em 1411 com a assinatura do tratado de paz com Castela, iniciou-se uma nova fase do reinado de D. João. A conversão dos “infieis” e a “salvação das almas” coadunam-se com a noção de novos tempos que supostamente foram inaugurados com a ascensão da casa de Avis. Em relação aos motivos da conquista de Ceuta, Joaquim Serrão assinala que:

Era uma questão de segurança, pois a presença dos mouros em granada e a ameaça dos seus irmãos de credo em Marrocos eram motivos bastantes para a ação dos reinos peninsulares. Apenas com a diferença, no caso português, de que Castela não dispunha de poder militar para intervir no Norte da África, nem vantagem em desguarnece a defesa da península. Ao passo que o nosso país podia retomar uma cruzada que, a ser coroada de êxito, afastava o inimigo para longe do Algarve. (...). Acresce a ameaça de abandono do Reino por muitos nobres que pretendiam alcançar glória noutras cortes europeias. A pressão desses cavaleiros far-se-ia sentir que, coberto de razões espirituais, a coroa promovesse uma empresa em Marrocos de que esperavam tirar fama e ganho. A mentalidade coeva, associando os conceitos de “honra” e de “proveito”, permite compreender o feito mauritano na sua radicação política e social, que foi manifesta, e nos seus agentes de execução, que foram em grande parte econômicos.<sup>190</sup>

A expansão é apontada como um marco desses novos tempos. Com o fim da ameaça no interior da Cristandade representada pelos castelhanos, Portugal voltou-se para a luta contra o histórico inimigo do cristianismo: o mouro. Dessa forma, as idéias de cruzada, povo eleito, messianismo, retomam novos contornos e corroboram para a construção de um discurso que para além de legitimar a casa de Avis, justifica o movimento expansionista. Estrutura-se uma ideologia assente em valores caros à cultura portuguesa como a propagação e afirmação da fé cristã, bem como, a honra cavaleiresca<sup>191</sup> A paz com Castela limitou o campo de atuação da nobreza, criando uma situação de tensão no reino, uma vez que perdeu o principal meio para aumentar os seus domínios: a guerra. Era necessário escoar as tensões internas do reino, ainda abalado pela crise e com um contingente de guerreiros ociosos.

Com o início da empresa africana, fundamentou-se o discurso expansionista monárquico na missão salvacionista-cristã, à qual estaria destinado o reino português. Para o historiador João Marinho esta nova ideologia cruzadística:

---

<sup>190</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. Op. Cit,p.29.

<sup>191</sup> SANTOS, João Marinho dos. *A guerra e as Guerras na Expansão portuguesa: Séculos XV e XVI*. Edição: Grupo de trabalho do ministério da Educação pra as Comemorações dos Descobrimtos Portugueses, 1998. P.109

Reforçou idéia que a Nação tinha uma missão histórica a cumprir: deveria difundir o reino de Deus, combatendo em primeiro lugar e onde quer que se encontre o inimigo absoluto dos cristãos, o mouro, tal como havia sido revelado ao primeiro rei de Portugal na demonstrativa Batalha de Ourique, quando um punhado de portugueses venceu, com inequívoco auxílio de Deus, cinco reis mouros à frente de um numeroso exército. Assim, para que milagre de Ourique se repetisse, deveriam ser acionados “ritos” que levassem os combatentes cristãos a lutarem com o coração puro e incomensurável fé no concreto auxílio de Deus, através dos seus santos e dos seus anjos. Repare-se como “mito” fundador de nossa nacionalidade tema legitimá-lo uma missão/objetivo de caris divino e de dimensão universalista, o que significa que a ideologia cruzadística legitimará que nada nem ninguém, se poderia opor à concretização da missão evangélica dos portugueses a atentar contra o seu desejo de independência como nação. Aljubarrota estava, pois, na linha vitoriosa de Ourique, e a missão evangelizadora deveria ser distendida a todos os povos, inclusive aos não-cristãos e os gentios. Nesta perspectiva, como toda a terra pertencia a Deus, quaisquer cristãos, designadamente os portugueses, tinham o direito de a reconquistarem aos mouros e gentios; de cativarem os corpos dos “outros”, a fim de ajudarem a salvar suas almas; de ocuparem e dominarem reinos estranhos<sup>192</sup>

Para além do carácter agregador da ideologia avisina, Clinio Amaral aponta que o discurso monárquico constituiu um poderoso mecanismo simbólico *por apresentar em sua estrutura narrativa alguns elementos da tradição cristã, visando legitimar e sacralizar a guerra na África*.<sup>193</sup> Nesse sentido, a produção literária portuguesa do século XV atuou como um poderoso instrumento político, propagando a ideologia messiânica e legitimando as guerras de expansão em território africano. Assim, observa-se a tentativa de estruturar um modelo de cavalaria que em um primeiro momento relaciona-se com a necessidade de legitimar a dinastia e em seguida liga-se ao seu projeto político expansionista. A guerra agora não é mais feudal, portanto os efetivos militares serão necessariamente distintos dos de outrora, baseando em um exército mais estável e de carácter progressivamente nacional. O principal senhor é o rei, que tenta consolidar uma política nacional pautada em valores capazes de promover a identidade comum ao reino.

A guerra é um dos grandes elementos de coesão utilizados pela dinastia de Avis. Primeiramente a luta contra a ameaça interna da própria cristandade, seu inimigo histórico, Castela. Depois o retorno do ideal cruzadístico a fim de atender uma demanda ideológica. Como estratégia política, a guerra contra os mouros na África foi uma

---

<sup>192</sup> Ibidem, p.109

<sup>193</sup> AMARAL, op. Cit, p.53.

maneira de aliviar o clima de crise em Portugal, além de servir para aumentar o prestígio na monarquia nascente diante de toda a Cristandade ocidental<sup>194</sup>.

Nesse sentido, a guerra contra os mulçumanos que inicialmente constituía uma estratégia política nacional, integrou rapidamente um projeto mais amplo de expansão da *Respublica Christiana*. Em 1418 D. João I solicita ao Papa Martinho V uma bula de cruzada contendo as graças, remissões e indulgências para aqueles que lutaram e que continuavam a defender a praça africana. Quanto a este pedido do rei de Portugal ao Papa, João Luís Fontes Inglês aponta que:

Aparece-nos claramente a consciência de que a manutenção da cidade, se serve a Cristandade e a exaltação da fé por estender o seu domínio territorial ao Islão, serve também aos interesses expansionistas nacionais, aplicando-se igualmente a esta atividade as indulgências e privilégios concedidos aos cruzados que iam para a Terra Santa<sup>195</sup>.

A conquista de Ceuta foi, portanto, imbuída de uma nova ideologia cruzadística estruturada pela casa de Avis. A tomada da praça africana inicia a segunda etapa do projeto político avisino *que passou a considerar deliberadamente o além-mar como espaço de atuação*<sup>196</sup>. A expansão foi de extrema importância no sentido de promover a coesão nacional e a legitimação da monarquia, pois concretizava o ideal salvacionista messiânico.

Considera-se aqui a clara divisão política existente no interior da nobreza portuguesa entre os que se opunham a continuação da guerra na África, tendo como principal expoente o Infante D. Pedro e os que defendiam a continuidade da expansão, destacando-se o Infante D. Henrique. Se de um lado a guerra era considerada um problema para o reino, do outro ela configurava-se como essencial para a manutenção do mesmo, uma vez que funcionava como um forte elemento aglutinador, como destaca João Marinho:

Não poderá suscitar, portanto, qualquer dúvida a dupla funcionalidade de nossa guerra, ou seja: ser ao mesmo tempo fonte de proveito e de honra, constatando-se que este binômio pesava muito em termos sociais. É que ambos os valores promoviam o indivíduo e, pro tal, eram socialmente úteis, o que, instigado por uma forte ideologia de aversão aos mouros (...)<sup>197</sup>

---

<sup>194</sup> INGLÊS, João Luís Fontes, op. Cit, p. 404.

<sup>195</sup> Ibidem, p.406.

<sup>196</sup> AMARAL, Clinio. *O culto ao Infante Santo...*Op. Cit,p.. 72.

<sup>197</sup> MARINHO, João op. Cit,p.23

A continuidade da guerra em territórios africanos e a manutenção de Ceuta eram criticadas devido ao alto custo ao erário régio e as poucas vantagens econômicas que o domínio desses territórios oferecia. Mesmo durante o período em que esteve fora de Portugal, na década de vinte do século XV, o Infante D. Pedro mostrou-se atento aos acontecimentos de seu país e através de cartas enviadas a seu irmão o Infante D. Duarte, expressava sua posição contrária ao prosseguimento da expansão.<sup>198</sup>

Além do Infante D. Pedro, o Infante D. João, o Conde de Arraiolos, o Conde de Barcelos, filho natural do rei D. João, e o Conde de Ourém também se manifestaram contra a continuidade da conquista de territórios africanos. O argumento destes nobres apontava para o desperdício de fazenda e de homens que esta empresa representava para o reino e também a situação delicada dos reinos espanhóis em face à ameaça moura no interior da península<sup>199</sup>.

A morte do rei D. João não mudou os rumos do projeto político estruturado durante o seu reinado. Ao assumir o trono em 1433, D. Duarte prosseguiu com processo centralizador restringindo cada vez mais o poder fundiário da nobreza. No âmbito externo deu continuidade à política desenvolvida por seu pai, sem ao menos retardar os planos de conquista em território africano.

Dentre as campanhas empreendidas durante o reinado de D. Duarte, destaca-se o controvertido cerco de Tânger em 1437, no qual o Infante D. Fernando foi feito prisioneiro pelos mouros e terminou morto nas masmorras de Fez em 1443. De acordo com Amaral, este episódio deve ser analisado à luz do projeto político avisino *que começava a tentar uma hegemonia peninsular através da aproximação da Santa Sé e da incorporação de territórios estratégicos na África*.<sup>200</sup>

A fracassada expedição de Tânger representou um duro golpe aos favoráveis à expansão e a política avisina como um todo. A desastrosa derrota e a prisão do Infante D. Fernando criaram uma situação constrangedora para Portugal diante de toda a Europa. Nesse sentido, Amaral assinala que *toda a construção ideológica portuguesa sobre a existência de uma missão divina de o reino deveria ser protetor da Cristandade desgastara-se*.<sup>201</sup>

---

<sup>198</sup> AMARAL, *O culto ao Infante Santo...*op. Cit, p. 77

<sup>199</sup> Ibidem, pp 78-81.

<sup>200</sup> Ibidem, p.83.

<sup>201</sup> Ibidem, p.103.

#### 4. O reforço da ideologia cruzadista no reinado de D. Afonso V

Em 1438, D. Duarte morre sem antes resolver as questões de Tânger, e o reino entra em um período de crise política cessado com a assunção da regência pelo infante D. Pedro, marcando o início de uma nova postura da casa reinante em relação à expansão.

Quanto ao projeto expansionista português o Infante D. Pedro manteve a cidade de Ceuta e continuou a pedir o apoio papal através da solicitação de bulas. Representou, portanto, uma política bem sucedida de conservação e não de avanços territoriais.

O foco principal do governo do Infante D. Pedro era o reforço interno e a consolidação da autonomia portuguesa frente aos demais reinos peninsulares. Sua regência foi caracterizada pela ampliação do processo centralizador. Os esforços eram, sobretudo, observados através de medidas que objetivavam o controle da justiça e o aumento dos efetivos militares régios, demonstrando a preocupação com a defesa do reino.<sup>202</sup>

Todavia a regência do Infante desagradou sobremaneira os setores mais conservadores da nobreza, visto que sua política de concessão de mercês e benefícios régios favorecia, principalmente, os membros de sua casa e enfraquecia cada vez mais o poder político dos grandes senhores.

Em 1448 a situação política no reino se agravou e uma guerra civil opôs o Infante e o rei D. Afonso V, resultando na Batalha de Alfarrobeira, na qual o Infante D. Pedro morre em combate.<sup>203</sup>

Chegava assim ao fim a primeira metade do século XV em Portugal. O reino encontrava-se dividido e os pilares sobre os quais ao projeto de Avis havia sido edificado estavam abalados. D. Afonso V iniciou seu reinado sem legitimidade após uma guerra civil.<sup>204</sup>

Assim, ainda que a Batalha de Alfarrobeira tenha representado a vitória das forças senhoriais, este episódio marcou profundamente o reino português e o seu resultado foi alvo de reprovação por parte do papado e das demais monarquias

---

<sup>202</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>203</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>204</sup> Ibidem, p.113.

européias. Nesse sentido, a necessidade de garantir a coesão interna, bem como, de justificar a expansão que se tornava cada vez mais onerosa para o reino, fomentaram durante o reinado de Afonso V, a construção de um discurso favorável à expansão.

Esse discurso foi fomentado a partir da produção cronística de Gomes Eanes de Zurara que atuou como principal meio de difusão da propaganda política de Avis durante o governo de D. Afonso V. É possível perceber uma releitura do ideal cruzadista em todas as obras de Zurara.

Estruturou-se um forte discurso messiânico-cavaleiresco que exaltava as ações da cavalaria na África. Destacamos aqui a *Crônica dos Feitos e Conquista da Guiné* que apresenta uma forte entonação religiosa, identificando o reino Portugal como difusor do cristianismo e forjando uma identidade portuguesa a partir dos ideais cristãos em contraposição aos muçulmanos.

Na *Crônica dos Feitos e Conquista da Guiné*, são correntes os relatos acerca da conversão dos povos encontrados na África subsaariana, visto que tal obra constitui o primeiro relato dos portugueses sobre os novos povos encontrados em território africano.

(...) Foram eles, porém ao diante havendo conhecimento da terra, na qual achavam grandes astança, e des i como os tratavam com grande favor, Ca porque os as gentes não achavam endurentados na crença dos outros mouros, e viam que de boa vontade se vinham à lei de Cristo (...)ora vede que galardão deve ser o do Infante ante a presença do senhor Deus, por trazer assim a verdadeira salvação, não somente aquestes, mas outros muitos, que em esta história ao diante podeis achar!<sup>205</sup>

A obra que é tida pelos especialistas como um panegírico do Infante D. Henrique, aponta o referido príncipe como o principal responsável pela conversão de “novas almas” ao cristianismo, assim um dos eixos que estrutura a *Crônica da Guiné*, e o caráter missionário da empresa africana é repetidamente lembrado. Assim na passagem supracitada observamos que o autor exalta o grande “galardão” que a “salvação” de almas pagãs representa para o Infante. Trata-se, pois, de expandir as fronteiras do cristianismo, alcançando aqueles que, na visão dos portugueses quatrocentista, nunca haviam tido contato com nenhum tipo de religião, ao contrário dos

---

<sup>205</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica dos Feitos e Conquista da Guiné*, op. Cit. Capítulo XXVI, pp.98-100.

mouros. Estes, de acordo com a ideologia salvacionista avisina, também devem ser convertidos:

Ouço as preças das almas inocentes daquelas bárbaras nações em número quase infindo, cuja antiga geração desde o começo do mundo nunca viu luz divinal, e pelo teu engenho, pelas tuas despesas infindas, pelos teus grandes trabalhos, são trazidas ao verdadeiro caminho da salvação, as quais lavadas na água do batismo, e ungidas com o santo óleo, soltas desta miserável casa, conhecem quantas trevas jazem sob a semelhança da claridade dos dias de seus antecessores.<sup>206</sup>

Assim, na passagem acima o cronista mostra o valor da empresa no sentido de trazer ao cristianismo aqueles que “*desde o começo do mundo nunca viu luz divinal*”, mas um importante traço do caráter evangelizador que se pretende atribuir à expansão portuguesa. O serviço de Deus como causa principal da empresa é apresentado pelo autor logo no início da obra o Zurara, quando enumera cinco razões para que se levasse o projeto ultramarino adiante, apontando dentre elas a conversão de novas almas para o cristianismo. Acerca desta razão, o autor assinala já na fase final da *Crônica* como o Infante conseguiu cumprir tal objetivo:

Cinco razões pus no começo deste livro por que o nosso magnânimo príncipe foi movido a mandar seus navios tantas vezes sobre o trabalho desta conquista; e porque das quatro me parece que vos tendo dado abastoso conhecimento nos capítulos onde falei da divisão daquelas partes do Oriente, fica-me para dizer da quinta razão pondo certo número às almas dos infieis que daquelas terras vieram a esta, por virtude e engenho do nosso glorioso príncipe; as quase por conto achei que foram novecentas e vinte e sete, das quais como primeiro disse, a maior parte foram tornadas ao verdadeiro caminho da salvação.<sup>207</sup>

O discurso religioso não se faz presente somente na conversão dos povos ao cristianismo, mas, sobretudo, é utilizado de maneira a justificar a guerra contra os mouros, entendida como uma guerra de expansão da Cristandade. Ao longo da obra, Zurara irá relatar uma série de acontecimentos envolvendo o confronto direto entre cristãos e mouros, como na passagem abaixo:

(...) amigos, disseram os capitães, nós não viemos a esta terra senão para pelear; e pois principalmente a este fim viemos, não havemos que rechar, ca muito maior honra nos será fazer nossa peleja de dia, que de noite, lançando os Mouros desta ilha forçosamente, que por astúcia nem engano, ainda que não matemos nem tomemos nenhum, que filhamos de noite um milheiro deles. E com o nome de Deus, disseram eles, saíamos todavia, e vamos em terra na ordenança

---

<sup>206</sup>

Ibidem. P. 39.

<sup>207</sup>

Ibidem. Capítulo XCVI, p.245.

que temos determinada. E assim com estas palavras começaram logo de sair, e tanto que foram todos postos na praia, puseram começaram logo de sair, e tanto que foram todos postos na praia, puseram suas azes em ordenança, onde Lançarote, por acordo de todos os outros capitães, tomou a bandeira da cruzada, que lhe o Infante Don Henrique dera; e já sabeis como os que morressem sob a dita bandeira eram absoltos de culpa e pena, segundo o outorgamento do Santo Padre, de já vistes o teor do mandado; a qual a bandeira foi entregue a Gil Eanes, cavaleiro da casa do Infante, e mo quer Lançarote dele conhecesse esforço e bondade, empero todavia deu-lhe juramento, e lhe tomou menagem, quer por medo nem perigo não deixasse a dita bandeira, até sofrer morte; e esses outros lhe juraram, que por conseguinte, até derradeiro termo da vida trabalhassem por guardar e defender.<sup>208</sup>

Estabelece-se, portanto, uma relação de “nós” e “outros”. Tal relação irá contribuir para a formulação de uma identidade portuguesa cristã. Essa, como podemos perceber, é construída a partir do sentimento de ódio religioso em relação ao muçulmano. A partir da análise da passagem acima é evidente que estamos tratando de uma releitura do discurso cruzadístico medieval. Assim, a formulação da noção de um povo com vocação guerreira e a consequência imediata disto, a guerra, atendiam às expectativas ideológicas do discurso avisino, como observamos no discurso cronístico de Zurara

---

208

ZURARA, op. Cit. Capítulo LV. P.156.

## Capítulo 4

### O cavaleiro dos novos tempos: a construção de um paradigma de cavalaria a partir da dinastia de Avis e os modelos do “*Amadis de Gaula*” e do “Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela”

#### 1. A redefinição do paradigma de cavaleiro: a prosa de D. Duarte e a releitura da ficção cavaleiresca

Como já dissemos, o advento de Avis iniciou uma época de transformações e de reordenamento social, renovando, significativamente a composição da nobreza. Observa-se, então a ascensão de uma nobreza secundogênita e de grupos muitas vezes oriundos de estratos inferiores. Nesse sentido torna-se necessário construir um espaço, ainda que simbólico, capaz de absorver essa demanda e fornecer explicações ao novo quadro social, Accorsi assinala que:

O paço real português a partir da diversificação de seus apoios e da instabilidade necessitou constituir-se como um espaço de produção de instrumentos de luta no plano simbólico. Era necessário proceder à desarticulação da antiga visão de mundo, que valorizava o primado das relações pessoais, atribuindo um novo sentido à existência da vida em sociedade<sup>209</sup>

Da mesma forma que se fazia necessário justificar a legitimidade da nova dinastia, e nessa perspectiva estrutura-se o discurso do paço, também era preciso apresentar esclarecimentos que justificassem a natureza da nova nobreza que ascendia. Assim os critérios de sangue e linhagem, que ainda continuam a ser os principais fatores

---

<sup>209</sup>

ACCORSI, op. Cit, p.59.

distintivos naquela sociedade, ligam-se às novas concepções, como a de “naturaes”, por exemplo, que pretendem gerar uma coesão no grupo a partir da noção de identidade portuguesa. Nesse sentido, ser de boa linhagem possui pouca representatividade se o nobre em questão não for capaz de demonstrar sua fidelidade ao rei e ao reino.

A ideologia monárquica que doravante buscou seus significados na redefinição das noções de cavalaria, cruzada e missão, e teve o paço como principal centro de difusão desses novos ideais. Assim, também foi necessária a imposição desses ideais a nova nobreza que ascendia. Falamos, pois, de uma educação cortesã que domesticava esse grupo e o colocava a disposição da realeza.

Nesse período percebemos uma profusão de obras literárias que atendiam aos interesses políticos da nova dinastia, inseridas dentro da categoria de “discurso do Paço”. É notável o esforço da dinastia de Avis em construir um universo cultural-simbólico. Desde os primeiros anos do reinado de D. João I, observou-se a proliferação de obras literárias escritas em prosa e com o uma forte entonação moralística. Quanto a isso Maria Helena da Cruz Coelho assinala que:

Uma dinastia que sem raízes numa lídima sucessão hereditária, carecia mais que nenhuma do suporte da escrita. A corte era assim o grande centro cultural que promovia a criação literária, fomentava a produção de livros e incitava à leitura, com vista a consolidar e impor a imagem de seus dirigentes e a difundir uma doutrinação política e uma orientação cultural da nova nobreza. A prosa era agora o veículo desta literatura, quebrando-se a tradição lírica e trovadoresca dos tempos anteriores. No centro de interesse as temáticas teóricas doutrinárias, políticas religiosas e morais. Os romances de cavalaria, os espelhos de príncipes e os tratados técnicos servem ao ideal de ação e governo que se quer propagandear. A historiografia fixará esses valores em reis e senhores para servirem de *exemplum*<sup>210</sup>.

Assim, Florescia na corte portuguesa uma cultura palaciana, fundamentada na cavalaria “*com todos os seus valores, a guerra, a cruzada contra o infiel, etc*”.<sup>211</sup> Essa cultura, de acordo com Oliveira Marques, fazia-se evidente a partir da produção de textos como o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* do Conde D. Pedro, *O Leal Conselheiro* e *O Livro da Ensinaça de Bem Cavalgar Toda Sela*, ambos compostos pelo rei D. Duarte. Estas obras, inseridas no “discurso do paço”, atendem às expectativas moralizantes e

---

<sup>210</sup> COELHO, Maria Helena. *op. Cit.*

<sup>211</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p.426.

pedagógicas da realeza em relação ao grupo as quais se destinam, trata-se, pois, de uma literatura que objetivava estabelecer um rígido controle da afetividade<sup>212</sup>.

O domínio da produção literária significava o controle dos discursos veiculados nas obras. Dessa forma, torna-se evidente a intenção da monarquia de criar um campo literário que atue como propaganda política dos feitos dinásticos<sup>213</sup>. A literatura doutrinária, ao mesmo tempo em que expressa os ideais do grupo dominante, constitui uma forma eficaz de controlá-lo.

Nesse sentido, o discurso do paço e suas implicações sociais são aqui entendidos como expressão do poder simbólico exercido pela realeza. Esta forma de poder é, na concepção de Pierre Bourdieu, um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica. Assim, o poder simbólico estabelece instrumentos de dominação sem a utilização da força física, sendo ainda mais eficaz no sentido de que sua constituição se dá, sem a percepção clara daqueles que estão sendo dominados<sup>214</sup>.

O processo de reestruturação da nobreza passava pelo processo de redefinição de paradigmas. Era necessário que a realeza lançasse mão de meios capazes de definir quais seriam os novos modelos sociais, e atribuir significado à noção de “nobreza-portuguesa”. Assim, o ideal cavaleiresco é retomando e relido a fim de atender as expectativas ideológicas da monarquia. O fenômeno de nacionalização em outros reinos irá conceder à cavalaria um papel subalterno enquanto em Portugal irá valorizar, ao menos no plano ideológico essa instituição, solidificando os laços da nobreza com o rei.

Dessa forma, disseminou-se no paço uma cultura que exalta a ação militar e coloca esse grupo como privilegiados na esfera social. A corte pode ser apreendida como um *espaço social* de atuação da nobreza, assim, considerando o conceito de espaço social de Bourdieu, este pode ser definido como algo que:

Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço construído na base de princípios de diferenciação ou distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerando, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os

---

<sup>212</sup> ACCORSI, op. Cit.p.56

<sup>213</sup> Adotamos aqui a concepção de propaganda política de Nieto-Soria que a define como: “o conjunto dos processos de comunicação pelos quais se difundem os valores, as normas e as crenças e que formam as ideologias políticas”. Cf NIETO-SORIA, José Manuel. *Fundamentos Ideológicos del poder real em Castilla( siglos XIII-XV)*. P.42.

<sup>214</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 10.

agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço.<sup>215</sup>

Portanto, a nobreza portuguesa dos novos tempos constitui, claramente, um grupo que se distingue das demais esferas e tem consciência de sua função social, baseando-se, sobretudo, na identidade cavaleiresca. As atividades cortesãs encerravam-se em um espaço instituído e dominado por um grupo específico que partilha da mesma concepção de mundo e necessita diferenciar-se das demais esferas sociais. Nesse sentido, de acordo com Boudieu:

Essa idéia de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de espaço, conjunto de posições distintas e coexistentes exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem (...)<sup>216</sup>

A esta noção de diferenciação ligam-se os tratados técnicos e as obras de ficção cavaleiresca que atuam no universo cortesão como elementos de distração e educação dessa nobreza, a partir de valores que passam a nortear a ação da realeza. Estas obras expressavam os ideais comportamentais esperados desse grupo. Assim destacamos aqui duas produções literárias que tiveram grande voga no paço dos primeiros reis avisinos e contribuíram para a construção do modelo de cavalaria da Dinastia de Avis, são elas: o *Amadis de Gaula* e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*.

A literatura é utilizada por Avis como um poderoso instrumento de dominação social, pois, a partir de modelos de comportamento representados por personagens fictícios como o Amadis de Gaula impõe um ideal que a ser seguido pelos membros da nobreza. A difusão de obras, como o *Amadis de Gaula* e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* e a função pedagógica e doutrinária exercida por elas, estão claramente relacionados com o processo de centralização empreendido por Avis, uma vez que controlam, disciplinam e de certa maneira “domesticam” a nobreza.

---

<sup>215</sup> Ibidem, p.133.

<sup>216</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Campinas: Papirus Editora, 1996, pp.18-19.

## 2.O modelo cavaleiresco avisino no “*Amadis de Gaula*”

Nosso foco principal é entender como o paradigma de comportamento cavaleiresco, exaltado nessa literatura típica do século XII e XIII, foi relido e utilizado pela dinastia de Avis não só como modelo de cavalaria imposto à nobreza, mas como referência para a conduta régia em Portugal no século XV.

É de extrema relevância ressaltar que essa literatura cavaleiresca há muito havia declinado no Norte da Europa. Entretanto, é possível identificar no *Amadis* elementos que reproduzem os costumes sociais de uma camada específica da sociedade ibérica, nomeadamente a portuguesa, do período que marca a transição da Idade Média para a Idade Moderna.

Outro ponto importante é o fato do *Amadis* ter sido lido não somente na corte dos reis de Avis, mas também na corte dos reis da dinastia anteriores. Nesse sentido, questionamos como uma obra com um conteúdo, aparentemente bastante específico, foi utilizada por duas dinastias em conjunturas e demandas muito distintas.

Ainda que não tenha sido produzido no paço avisino a difusão do *Amadis* nesse espaço, bem como o seu conteúdo ideológico corroboram com o *discurso do paço*, pois atende a demanda legitimadora avisina. A exaltação do universo cavaleiresco, a religiosidade dos personagens, os laços de fidelidade, sobretudo com o rei, tal como a ênfase dada à linhagem que aparece sempre associada à qualidade dos cavaleiros, são alguns aspectos que se relacionam com a realeza avisina.

A construção de uma nobreza de corte subjugada ao controle régio exigiu uma educação específica na qual fossem afirmados os valores norteadores da nova ordem. A redefinição da noção cruzada e a necessidade de auto-afirmação da nobreza guerreira, bem como, a necessidade de legitimação da própria dinastia, são elementos fundamentais para a compreensão dos modelos de cavalaria expressos na literatura circulante no paço. Há de ser considerado também a política centralizadora avisina e a tentativa de forjar uma identidade portuguesa fundamentada em um ideal cavaleireco-cristão.

Em Portugal a noção de cavaleiro constitui um paradigma de comportamento nobre, sendo o próprio rei e os membros da casa real identificados com esse conceito. Nesse sentido, observamos a estruturação de um perfil de bom cavaleiro, veiculado em obras com o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, nas crônicas de D. Pedro

e D. Duarte de Meneses e também do *Amadis de Gaula*. Assim, nossa análise do *Amadis* procederá tendo como finalidade traçar o modelo do bom cavaleiro na obra apontando de que maneira ele se relaciona com Avis.

Os primeiros elementos que destacamos são a cortesia, a justiça e a fidelidade, aspectos que se ligam as preocupações moralísticas demonstradas pelos primeiros monarcas avisinios, notadamente por D. Duarte. Esses elementos integram a complexa educação cortesã, a qual os nobres estão diretamente submetidos. A começar pela noção de cortesia, que começa a se delinear no Ocidente a partir do século XII, sendo muito freqüente na literatura cavaleiresca, podendo ser definida como “*o ideal do comportamento aristocrático, uma arte de viver que implica polidez, refinamento de costumes, elegância e ainda, além dessas qualidades puramente sociais, o sentido da honra cavaleirosa*”.<sup>217</sup> Trata-se de um conjunto de costumes que caracterizam e distinguem um grupo. Assim, no trecho a seguir temos um exemplo de como esse elemento aparece na obra.

Amadís se despedió de la dueña e de la niña y entró em su camiño, y anduv tanto sin aventura hallar, que llegó a la floresta que se llamava Angaduzá; el enano iba delante, y por el camino que ellos iban venía un cvallero y una donzella, y siendo cerca dél, el cavallero puso mano a su espada y dexóse correr al enano por le tajar la cabeça.El enano, con miedo dexóse caer del rocín, diciendo;

acorredme, señor que me matan!

Amadís que lo vio, corrió muy aína e dixo:

- Qué es esse señor cavallero ? Por qué queréis matar mi enano? No fazés como cortés em meter mano em tan cativa cosa.;además ser mio, y n me lo aver demandado derecho; non pongais mano en él, que ampararoslo he yo.
- De vos lo amparo me pesa, mas todavía conviene que la cabeça le taje.
- antes avréis a batalha.
- (...)
- cavallero non sufrais más de afán por este enano y dexadme hazer del que quiero, y despúes yo lo emendaré.
- no habléis em esso, qu' el enano ampararlo he yo em todas as guisas<sup>218</sup>

No episódio selecionado o herói sai em defesa de um de seus homens que estava sendo injustificadamente atacado por outro cavaleiro. Amadis intercede, primeiramente alegando que a conduta do outro cavaleiro não é “cortês”. Portanto, espera-se que a ação

---

<sup>217</sup> RÉGINIER-BOHLER, Danielle “**Amor cortês**”.In: Le GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude(Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002. P.48.

<sup>218</sup> MONTALVO, Garcí Ordoñez. *Amadis de Gaula*, op. Cit. Capítulo XXII, p. 471.

dos cavaleiros seja pautada em um código comum a classe a qual pertencem, assim, diferenciam-se dos demais grupos pela forma como se comportam e se apresentam. Outro argumento utilizado pelo herói, também vai ao encontro da noção de cortesia, pois afirma que abordagem do outro cavaleiro não foi correta, deveria tê-lo consultado antes de tomar a atitude violenta, visto que a vítima em questão estava sob o seu domínio. No episódio também é possível identificar outro elemento característico do comportamento de um cavaleiro que é a defesa dos homens que se colocam sob o seu julgo.

Observamos dois arquétipos de conduta, uma positiva representada por Amadis e uma negativa, a partir da ação do cavaleiro. O herói é justo, fiel e cortês, sendo, portanto um modelo a ser seguido, ao passo que o outro cavaleiro é absolutamente injusto e leviano, agindo de maneira reprovável.

Ao longo da obra o herói se depara com diversos cavaleiros cujas características opõem diretamente ao modelo de cavaleiro perfeito. A fé de Amadis é mais um elemento que o consagra como melhor cavaleiro do mundo. Conforme aponta Johan Huizinga, “*o pensamento medieval não permitia formas ideais de nobreza independentes da religião. Por essa razão, a piedade e a virtude têm de ser a essência da vida de um cavaleiro.*”<sup>219</sup> Virtude e piedade são qualidades que excedem no Amadis. A faceta religiosa da ideologia cavaleiresca impõe alguns princípios a essa instituição, tais como não atacar e proteger pessoas indefesas como: mulheres nobres não acompanhadas, clérigos, camponeses, pobres e desprotegidos em geral<sup>220</sup>. Nesse sentido, são muitos os episódios em que o herói é chamado ao auxílio de pessoas mais fracas, sobretudo, donzelas:

“Qué es esso, cavallero; venistes aquí a me matar mis hombres?

- vine – dixo él-por vengar esta donzella de la fuerça que aquí le finieron, si fallare aquel que gela fizo.  
La doncella dixo; señor, ésse es por quien yo soy escarnida  
El donzel del mar le dixo:
- ay cavallero soberbio, lleno de villanía, agora compraréys la maldad que fezistes. Armad vos luego, si no, matar vos he assí desarmado; que con los malos como vos no se deve tener templança.”<sup>221</sup>

---

<sup>219</sup> HUIZINGA, Johan, *op. Cit*, p.70.

<sup>220</sup> FLORI, Jean, *op. Cit*, p. 192.

<sup>221</sup> MONTALVO, Garcí Ordoñes *Amadis de Gaula*. Edição de Edwin B. Place. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto Miguel de Cervantes, 1965, p. 21.3v, p. 59.

No episódio, Amadis sai em defesa de uma donzela que foi “desonrada” por um cavaleiro que desrespeita as regras de conduta da cavalaria. Por conta de sua atitude o herói o acusa de estar “*lleno de villanía*”. A “villanía” é o oposto da cortesia, nesse sentido um cavaleiro que destoa do modelo cortês, se desvirtua do *habitus* da cavalaria agindo como um indivíduo de outro estamento social, que não a nobreza, envergonhando seu grupo de origem. Assim, constitui dever do cavaleiro proteger os valores apregoados por seu grupo, além disso, cabe ao bom cavaleiro a proteção dos mais fracos, no caso, da donzela. Contudo, em um duelo a “villanía” de um cavaleiro não significa que o outro deverá agir da mesma forma. Assim, Amadis demonstra seu senso de justiça, piedade e sua cortesia ao permitir que o cavaleiro se arme para que a luta não seja desigual, ainda que “*con los malos no se deve tener templança*”. Mais uma vez observamos exemplos de comportamentos antagônicos, sendo novamente o Amadis representado como ideal de conduta.

As aventuras servem para colocar à prova a honra e a valentia do herói assim como a capacidade de reunir em torno de si um séquito de cavaleiros de alta linhagem e grande dignidade. Sua virtude é incontestável e ao longo de toda a obra ela é exaltada e fortalecida:

Pero la batalla parecía desigual, nom porque el donzel del Mar non fosse bien hecho y de razonable altura, mas eu rey Abiés era tan grande que nunca halló caballero que él mayor no fuesse un palmo, y sus miembros no parecían sino gigantes; era muy amado por su gente e avia em sí todas as buenas maneras, salvo qui era sobervio más que devía.

La batalla era entre ellos tan cruel y com tanta priesa, sin te dexar holgar, y los golpes tan grandes que no parecían sino de veinte caballeros. ellos cortavan los escudos haziendo caer por el campo grandes rachas, y abollavan los yelmos y desguarnecía los arneses. Assí que bien hazia el uno al otro su fuerza conoser. Y la gran fuerza y bondad de las espadas hizieron sus armas tales que eran que poco valor, de manera que lo más cortavam es sus carnes, que em los escudos no quedava com que cubrir ni ampararse pudiessem, y salía dellos tanta sangre, que sosternesse era maravilla, mas tan grande era el ardimiento que consigo traían, que case dello no se sentían. Assí duraron em esta primeira batalla hasta hora de terciá, que nunca se pudo conoser em ellos flaqueza ni covardía sino que com mucho ánimo combatian, mas el sol que las armas les calentava puso ellos alguna flaqueza de cansacio, y a esta sazón el rey Abiés se tiró un poco afuera y dixo:

-Estad y enderecemos nuestros yelmos, y si quisierdes que algo folguemos, nuestra batalla no perderá tiempo; y como quier que te yo desame mucho, te preio más que a ningún caballero con quien me yo combatiessse, mas de te yo apreciar non tienes porque te no faga mal, que mataste aquel que yo tanto amava y pónesme em gran vergüenza e me durar tanto em batalla ante tantos homens tan buenos.

el donzel del mar dixo:

-¿Rey Abiés, desto se e haze verguença y no de venir com gran sobervia a hazer tanto mal a quien no te le merece? cata que los hombres, specialmente los reys, no ham de hazer lo que pueden, mas lo que devem, porque muchas veces acaesse que el daño y la fuerça que a los que se solo no merecieron quierem hazer a la fin caer sobre ellos y perdello todo, y ahun la vida abueltas; y si agora querrías que te dexasse holgar, assí lo quisieran otros a quien tú, sin se lo ortogar, mucho apremiavas, y porque sientas lo que a ellos sentir hazías aparéjate, que no holgarás a mi grado.

el rey tomó su espada, y lo poco del escudo, y dixo:

-por tu mal hazes este ardimiento que él te ponde en este lago donde saldrás sin perder la cabeça.

-agora haz tu poder- dixo el Donzel del Mar – que no folgarás hasta que tu muerte se llegue o tu honra sea acabada<sup>222</sup>.

O episódio é rico em elementos capazes de traçar o perfil do cavaleiro perfeito estruturado em Avis. Novamente destaca-se o confronto de personagens antagônicos: o rei cavaleiro repleto de defeitos que o desqualificam e o jovem cavaleiro virtuoso, representado pelo Amadis. As virtudes do herói são exaltadas, como a coragem ao enfrentar um gigante de fama reconhecida no que se refere aos feitos de armas e o domínio da técnica militar.

A coragem é um dos aspectos mais apreciados no que concerne à virtude cavaleiresca, visto que o principal campo de atuação da cavalaria é a guerra. O período em que concentramos nossa análise, ou seja, o governo de D. Duarte corresponde à época da expansão portuguesa no Norte da África, momento em que as guerras eram uma constante no cotidiano do reino. Outro ponto importante no que tange às guerras empreendidas por Portugal em território africano foi o retrospecto negativo que ela assumiu, sobretudo, durante o governo de D. Duarte, quando ocorreu o desastre de Tanger. Dessa forma, faz sentido a difusão de um discurso que valorize a ação da cavalaria, bem como a destreza militar e o domínio das artes bélicas pelos cavaleiros.

No episódio é apresentado um determinado modelo de rei que detém as mesmas qualidades do herói, contudo age com soberba e, por esta razão, sua coragem e força de nada valem diante de um combatente isento de tal defeito. Assim, observa-se a identificação do rei como cavaleiro, o que pode ser entendido como um estereótipo negativo de cavalaria e realeza.

---

<sup>222</sup> MONTALVO, Garcí Ordoñes. *Amadis de Gaula*. Edição de Juan Manuel Cacho Blecua. Madri : Catedra Letras Hispánicas, 2008. Capítulo IX, p.319

Destaca-se, nesse sentido a tentativa dos reis de Avis em associar a monarquia com a cavalaria, ainda que a noção de rei-guerreiro se encontrasse um pouco distante da realidade do século XV. O caráter messiânico atribuído à dinastia e suas ações como no caso das guerras no Norte da África, que tinham como alvo principal os muçulmanos que habitavam aquela região, colocam o rei e os demais membros da casa real em uma posição peculiar: ao mesmo tempo que eles são dirigentes com um projeto político amplo que visa a atender a necessidade de todo o reino contemplando grupos sociais distintos e agregando-os em torno de uma identidade comum, eles também se colocam na posição de cavaleiros, criando assim a imagem de uma monarquia guerreira, sendo o monarca o principal defensor do reino, ligando-se dessa forma ao modelo do rei-guerreiro medieval, o que efetivamente os reis de Avis não foram.

Um último elemento que apontamos no Amadis é a fidelidade que a personagem devota ao rei Lisuarte, o que é extremamente relevante no contexto político em que a obra é difundida. Trata-se do período em que uma das linhas de força do projeto político, a centralização, começa a se consolidar. Dessa forma, é coerente a circulação de modelos literários que enfatizem o protagonismo do rei nas relações sociais, bem como a importância de sua corte e dos homens que estão próximos dele.

A literatura constituiu um dos mecanismos que contribuíram para a consolidação no campo ideológico e doutrinário do projeto centralizador avisino, destacando a atuação do rei no paço e identificando como principal ator social, para quem todas as ações deveriam convergir. Assim no que tange aos laços de vassalagem, e da relação do cavaleiro com o rei, observemos o seguinte episódio:

Mucho se maravillan todos de la gran fremosura deste Amadís y de cómo seyendo tan moço pudo vencer a Dardán que tan valiente e esforçado era, que em toda la Gran Bretaña le dudavan y temían. Amadis dixo al Rey:

Señor, pues vuestra voluntad es satisfecha y la dueña quita, a Dios quedáis encomendado y vos sois el rey del mundo a quien yo ante serviría.

¡Ay amigo!- dixo el Rey-, esta ida no faéis vos tan cedo si me no quisierdes fazer muy grande pesar.  
dixo él:

-Dios me guarde desso; ante, si Dios me ayude, tengo em corazón de os servir si yo fuesse tal que lo mereciesse.

-Pues así es- dixo el rey-, ruegovos mucho que quedéis oy aquí. él o ortogó sin mostrar que le plazía. El rey le tomó por la mano y levólo a una fremera cámara done le fizo desarmar y donde todos los otros cavalleros que allí de gran cuenta venían se desarmavam, que este era el rey de mundo que los más honrva y más dellos temía en su casa; y fizole dar un manto que cobriesse, y llamando al rey Arbán de Norgales y al Conde Glocestre, díxoles:

-Cavalleros, fazed compañía a esse cavallero, que bem parece de

A essa altura o jovem cavaleiro já havia conseguido alcançar grande fama e como recompensa por seus feitos de armas Amadis é levado pelo rei à câmara onde se encontravam os homens de mais alta linhagem que o cercavam, lá o herói é honrado com a companhia dos “*hombres buenos*” do rei Lisuarte. Amadis se coloca à disposição do rei como seu vassalo, revelando a importância de servir e ser fiel a um grande monarca. No *Amadis de Gaula*, sobretudo, nos dois primeiros volumes da obra, as aventuras, bem como as guerras têm como palco a corte de grandes reis, destacando-se no primeiro livro a posição central da corte do rei Lisuarte.

A forma como a guerra é conduzida na obra, revela uma transformação importante na prática de armas. A guerra sempre opõe reinos, assumindo, portando caráter nacional e nesse ponto o *Amadis* destoa bastante da literatura cavaleiresca tradicional. A convocação dos nobres e a subordinação deles ao rei também é um aspecto bastante peculiar que, sem dúvida, se relaciona com a conjuntura portuguesa do século XV.

Nesse sentido, observa-se a tentativa de resgatar certos valores como forma de reforçar os laços entre o rei a nobreza legitimando tanto a dinastia quanto a aristocracia. Aspecto que também é bastante interessante, pois, a noção de nobreza pode ser de certa forma “flexibilizada”, e relacionada com a noção de ser português. No que concerne aos aspectos referentes à instituição da identidade cavaleiresca, podemos considerar as reflexões de Bourdieu que assinala:

A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma, é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser. É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade<sup>224</sup>.

A linhagem continua a figurar como padrão distintivo, entretanto, não é o bastante se não vier acompanhada de outros atributos essenciais para caracterizar o nobre ideal, o cavaleiro português. É interessante perceber que o Amadis, assim como

---

<sup>223</sup> MONTALVO, op. Cit, capítulo XV, p. 387.

<sup>224</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996, p.100.

os principais cavaleiros da trama são membros de casas reais, associando, assim a virtude cavaleiresca com a realeza, o que também pode ser observado na produção cronística de Avis. Dessa forma, cabe apontar a influência que os modelos contidos no *Amadis* tiveram na construção ideal do paradigma cavaleiresco veiculado no *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* e mesmo nas crônicas produzidas por Zurara.

É possível estabelecer uma ligação entre o *Amadis* o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*. São muitos os temas abordados no *Amadis* que se coadunam com as questões levantadas no *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, podemos citar, por exemplo, a honra, a coragem a fidelidade vassálica, dentre tantos outros que delineiam o perfil do cavaleiro ideal, que é sem dúvida paradigma do cavaleiro de Avis.

### **3.O cavaleiro de Avis no “*Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*”**

É possível observar a partir da ascensão de Avis uma mudança ideológica de natureza militar<sup>225</sup>, o que, indubitavelmente, está relacionado com pelo menos duas, das principais linhas de força do projeto político empreendido por essa dinastia, quais sejam: a expansão e o processo centralizador. O primeiro aspecto liga-se a essa mudança, uma vez que coloca a guerra externa como eixo principal da política do reino, tornando essencial a existência de um corpo militar bem treinado e equipado.

Quanto à centralização monárquica, sua relação com a ideologia militar se dá no sentido de controlar os efetivos bélicos, demonstrando a preocupação em formar exércitos de caráter estatal em detrimento dos exércitos privados, além de entender a guerra como uma questão nacional, apontando em um primeiro momento para um inimigo interno, o reino de Castela, e posteriormente voltando-a para fora da Cristandade.

Nesse sentido, destaca-se a produção de tratados técnicos e doutrinários escritos em prosa por membros da casa de Avis, nomeadamente a contribuição dada pelas obras de D. Duarte. O *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* pode ser apreendido a

---

<sup>225</sup> DIAS, Isabel, op. Cit, p.28

partir da preocupação demonstrada pelo rei com a educação militar da nobreza. Acerca da produção literária do referido rei, Accorsi assinala que:

A prosa do rei D. Duarte inscreveu-se dentro de toda uma produção cultural europeia do período que em última instância, portou este sentido civilizador. Inseriu-se no contexto de monopolização do exercício da violência legítima e dos instrumentos fiscais que permitiram a emergência das monarquias centralizadas e expressou a tentativa de organização deste monopólio no plano cultural. Constituiu-se em instrumento de organização de uma dominação no plano simbólico que necessitou fazer-se reconhecer legítima. E para isto, conspirou no sentido do encorajamento à contenção da afetividade necessária ao reconhecimento do estado como única instância legítima de mediação dos conflitos.<sup>226</sup>

Assim, observa-se nas obras de D. Duarte um esforço em educar um novo segmento de guerreiros que recentemente alcançara o poder e necessitava ter conhecimento de alguns valores imprescindíveis ao estilo de vida cortesão. O *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela* é destinado aos escudeiros e cavaleiros que constituíam a nobreza dos “novos tempos” portugueses. Nesse sentido, a obra pode ser compreendida como um esforço dirigido a reformar os hábitos da nobreza portuguesa, cuja imagem se vinculava diretamente a do cavaleiro<sup>227</sup>.

A principal função social da nobreza continuava a ser a guerra, ainda que o caráter desta tenha mudado sobremaneira nos tempos de Avis. Assim, valorizam-se no paço as modalidades lúdicas relacionadas à atividade militar, que coexistem com divertimentos tipicamente cortesãos como o xadrez, o jogo de tábuas, a pela além de atividades cortesãs como o cantar, o tocar e o dançar<sup>228</sup>. Estes divertimentos de corte atendem, sobretudo, a necessidade de aprofundar as relações sociais, constando, portanto, no contexto de “domesticação” dessa nova nobreza, que é iniciada nas regras de conduta de corte.

No tempo de D. Duarte esses tipos de jogos que não enfatizam a prática de armas são, de acordo com Isabel Dias, reprovados pelo rei. Nesse sentido, o *Livro da Enseñança*, revela a preocupação do D. Duarte no que tange à educação militar da nobreza. No livro, o autor ressalta a todo instante o valor da arte de cavalgar,

---

<sup>226</sup> ACCORSI, op. Cit, p.199.

<sup>227</sup> MAUÉS, op. Cit, p, 233.

<sup>228</sup> DIAS, Isabel, op. Cit, p.32.

entendendo que esta deveria ocupar lugar central na sociedade nobre, assim, para Isabel Dias:

A *Ensinança* foi redigida com o objetivo principal de reconduzir os cavaleiros a uma dignidade perdida. É que na sociedade nobre portuguesa da geração daquele rei viveu ainda os ideais da anterior, recebendo influência direta dos seus heróis, homens profissionalizados na arte militar que combateram nas guerras fernandinas e depois nas desencadeadas pela revolução de 1383-85, as novas gerações respirando o ar de uma nova época cultural, iam mostrando apreço pela vida cortesã, que mereceu também o agrado de D. João I, mas que chocava com a austeridade e o rigor moral de D. Duarte<sup>229</sup>.

No início da obra o rei explica as razões que o levaram a compô-la, afirmando que “*conhecendo que a manha de seer boo cavalagador he uma das principaes que os senhores cavalleiros e scuderios devem aver, screvo algumas cousas per que seran ajudados pera melhor percalçar os que as leerem com boa vontade*”.<sup>230</sup>

Portanto, nas primeiras linhas o autor já apresenta a proposta didática à qual a obra se vincula, apontando em seguida para os seus elementos condutores, quais sejam: a vontade, o poder e o saber. É o homem, em suas dimensões física, moral e psicológica, quem interessa a D. Duarte<sup>231</sup>. Dessa forma, tal como fizemos com o *Amadis*, buscaremos estabelecer aqui o modelo de cavalaria veiculado no *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, a partir da identificação de elementos que capazes de constituir o perfil do bom cavaleiro.

Começamos por apontar as qualidades que todo cavaleiro deve apresentar, na perspectiva de D. Duarte e, em contraponto, os defeitos que podem comprometer o desempenho cavaleiresco. No quarto capítulo da obra o autor enumera algumas virtudes, as quais ele chama de “*avantages*” que considera essenciais ao bom cavaleiro:

E somariamente ao homem a quem convém ter boas bestas e as saber bem cavalgar se seguem estas seis *avantages*: Ser prestes a servir ao senhor e acudir a muytas cousas que lhe acontecer poderon ser sua honra e proveito. A segunda andar folgado. A terceira ser honrado. A quarta guardado. A quinta ser temudo. A sexta ser ledto. A sétima acrescenta mayor e melhor coraçom. A isso se entende que

---

<sup>229</sup> Ibidem, p.121.

<sup>230</sup> D. DUARTE, op. Cit, p,1.

<sup>231</sup> MAUÉS, op. Cit, p, 234

averom estes bens muito mis que se tivessem mais bestas e as soubessem mal cavalgar<sup>232</sup>.

A primeira virtude que D. Duarte aponta é justamente a de ser prestes a acudir o senhor, relacionando tal virtude com a obtenção de honra e proveito. Nesse ponto, coloca-se a questão das virtudes sobrepostas às qualidades físicas e técnicas do cavaleiro. É evidente o esforço do autor em ensinar aos seus leitores que a o domínio da arte de bem cavalgar nada vale se não vier acompanhado de outros requisitos concernentes à moral do cavaleiro, e nesse sentido, revela-se o aspecto moralístico da obra.

O autor também se preocupa em estruturar modelos negativos de cavalaria a fim de exemplificar os danos que alguns comportamentos ou a falta de alguns elementos podem oferecer à vida do cavaleiro. Nesse sentido, no décimo primeiro capítulo D. Duarte discorre sobre alguns erros, nos quais podem incorrer alguns cavaleiros comprometendo seu desempenho bélico:

Tal geito como este dandar dereito na besta me parece que devyamos teer em os mais de nossos feitos pera seermos no mundo boos cavalgadores e nos teemos forte de nom cair pera as malicias com que muytos derribam por esta guisa se **vehemos cousas contrarias de feito**, dito, cuidado ou lembrança, em tal guisa que sentamos seu derribamento em sanha, mal-querança, tristeza fraqueza do coração, nosso menos-preço ou desagradecimento a deos e as homees, ou nos trouxesse myngua de fe ou desesperança pera bem começar, continuar e acabar as cousas que podemos e devemos fazer, ou em agluma preguiça que vem de fraqueza e deleixamnto da voontade, logo sperando toda principal ajuda toda a principal ajuda de nosso senhor deos, nos devemos endireitar com esforço e boo conselho nosso e doutros que por grande saber, longas e boas speriencias bem saibam queiram e possam em tais feitos **obrar e conselhar**. e aqesto devemos fazer trazendo nossa remembrança os cuidados contrarios daquels per que nos conchemos hir encaminhandos a cair pera cada hua dests partes suso scriptaas. (...) e se presunçom, soberva ou vã gloria querem fazer levantar e trestombando cair, perdendo alguns começos de bem da alma e do corpo que deos nos tem outrogado, logo apresentando em nossa lembrança cam pouco per nos vallemos e podemos, conhecendo nossos falicimentos seremos guardados com sua graça de cayr pero erros suso scriptos.<sup>233</sup>

De acordo com o autor, a soberba figura como elemento capaz de levar um homem a perder “*alguns começos de bem da alma e do corpo que deos nos tem*

---

<sup>232</sup> Ibidem, p.05.

<sup>233</sup> D. DUARTE. *Livro da Ensiñaça de bem cavalgar toda sela*. Edição de Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda. Capítulo XI, p.24.

*outorgado*”. O cavaleiro, portanto, ainda que corajoso e bem equipado, deve ser precavido para não cometer tais erros. Ao longo da obra o autor insiste que não basta ser “bo cavalgador” se não for virtuoso. Nesse sentido podemos identificar um encontro com a moral expressa no *Amadis de Gaula*, onde todas as aventuras do herói terminam com a exaltação de suas virtudes, apontando-as como cruciais às suas vitórias.

Acerca dos aspectos físicos necessários para o bom cavalgar, o autor abaliza que as principais condições adversas são a fraqueza, a velhice e a gordura. Para D. Duarte, o cavaleiro que aparentemente não tem meios para praticar a arte da montaria geralmente acaba por perder a “voontade” e, assim, torna-se efetivamente incapaz de dominar tal “manha”. Todavia, enfatiza a questão da vontade, afirmando que esta é suficiente para o desempenho do cavaleiro. Aconselha, então, que os cavaleiros não percam a vontade, pois, sempre existirão outros mais fracos e menos preparados e, nesse sentido, a vontade constituirá uma virtude diferencial.

No que concerne ao poder da fazenda, este se refere aos recursos materiais que o cavaleiro deve possuir para equipar-se e é dividido em duas partes: comprar animais de montaria e governá-los. Sobre este “poder” o autor diz:

O poder da fazenda se deparde em duas partes: Hua pera comprar e aver boas bestas e a outra pera as governar. E para cada hua desras se grande vontade tenerem e muyto saber a poucos fallecerá o poder. Ca poys aos tafuees nom myngua que juga, e aos bêbedos que despendam em avantajados vynhos, e assy das outras semelhantes manhas astrosas, de os senhores nom recebem ajuda, ante lhas defendem ou contradizem, muyto mais está emrazom nom mynguar em esta, se tam rija voontade tenerem. Por que nom há despesa pêra que mais sem empacho requeiram mercees aos senhores que pera se comparem bestas e as governarem, nem os senhores mais geeralmente acustumem de fazer. O saber presta muyto ao poder, por se averem mais de barato per compra de potros, e outras que nom som em conta. E por boo conhecymto que dellas tee, compramnas e fazemanas, e lograsse dellas, o que oputrso que nom sabem fazer nom poderiam.<sup>234</sup>

Novamente D. Duarte coloca a vontade e o saber como elementos fundamentais para lograr sucesso e superar as condições desfavoráveis, contudo, reconhece a importância dos recursos financeiros para a compra das “bestas”, e que essa constitui uma despesa necessária para os senhores. Para o rei não há justificativas para os senhores não comprarem bestas, visto que se forem rijos em sua vontade alcançaram o objetivo. A falta de renda para a compra de animais também não se justifica, pois

---

<sup>234</sup>

Ibidem, p.11

aqueles que possuem baixo poder aquisitivo podem adquirir bestas mais baratas e, nesse caso, o conhecimento substitui a fazenda, considerando que nada é mais significativo do que saber governar os animais.

A partir da terceira parte o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* é voltado ao *Saber*, portanto, dedica-se aos ensinamentos técnicos, sem, entretanto, perder o tom moralista que é marcante em toda obra. Assim, tratar assuntos com caráter aparentemente técnicos, como o tipo de sela a ser utilizado, o tipo de estribeira, entre outros, D. Duarte pontua algumas questões de ordem comportamental, como a postura que à postura que o cavaleiro deve manter sobre a besta:

Eu disse que uma das principais cousas que davam de avya daver o boo cavalgador, era sentar forte em na besta. E por esto he de saber que estas seis partes nos podemos ajudar: a primeira, daver bom jeito de andar diretamente da besta e em toda coisa de fazer, a segunda, do apertar das pernas, a terceira do firmar dos pés nas estrebeiras, a quarta, do apegar das mãos ao tempo da necessidade, a quinta do conhecimento da maneira de cavalgar que cada uma sela requer, segundo sua feição, para ser nela mas forte, a sexta de saber corrigi a sela e as estrebeiras da vantagem de todo que houver de fazer e requer o jeito que a besta tem. De todas estas partes nos he necessário de nos saber bem ajudar, mas nom igualmente, nem em todo tempo, nem em toda besta<sup>235</sup>.

Dessa forma, apontamos aqui um segundo elemento no que se refere à composição do cavaleiro perfeito que é o domínio da técnica. No trecho acima o rei enumera as formas como o cavaleiro deve se acomodar na besta. Sem dúvida, trata-se de um ensinamento de ordem técnico, mas é clara a preocupação de D. Duarte com a construção da imagem do cavaleiro. A obra é, portanto, um tratado que procura conciliar a boa técnica, e nesse sentido, enfatiza a todo tempo a importância de dominar a arte de cavalgar, com questões de ordem moral. Outro aspecto que o autor enfatiza é a questão da “fremosura” que o cavaleiro deve apresentar ao cavalgar.

Andar firmado nas estrebeiras e pernas dereitas dentro na sella, mas recebendo alguma ajuda dos arçõs. E as em que assy cavalgam som aquellas em que antigamente avyanm acostumados em esta terra danar sobre cavallos. E as que justamos e torneamos, e outras de semelhantes feições, a maneira do seu boo cavalgar he esta: ordenar em tal gisa que as estrebeiras sejam firmes pera troxamento ou correas forçadas, ou per outra boa maneira. devessem trazer nom laçada mais dereitas sempre que el poder trazer. E pees bem firmes, e nunca seer n sella, por que faz perder a fremosura e soltura e assesego, e a de seer menos forte. E non se tenha teençom que na justa, pera

seer forte, he vantagem seer em ella encolhendo alguma dqs pernas, por que certamnte he contrauro se as estrebeiras som afrouxadas atroxaas, ante devem a todo poder teels amarradas em todo tempo bem dereitas, por que scusam muyto os reveses e o cayr e o faz mais solto e mais fremoso.<sup>236</sup>

No trecho o rei dá aconselhamentos técnicos sobre os equipamentos que permitem montar com perfeição visando, sobretudo, um melhor desempenho nas justas e outros eventos de ordem militar. Contudo não esquece o tom doutrinário no que concerne às questões de conduta, o que fica evidente quando aborda a maneira pela qual as estribeiras devem estar dispostas e como isso contribui para a postura do cavaleiro que fica mais “solto” e “fremoso”. A beleza também figura como importante característica do cavaleiro. E tanto na *Ensinança* como no *Amadis* são muitas as referências sobre “fremosura” que o cavaleiro deve apresentar.

Todavia, ao contrário do *Amadis* é possível observar na obra de D. Duarte uma preocupação muito grande com o domínio da técnica. Tal fato explica-se, pela proposta deliberada da *Ensinança* em ser um tratado de natureza técnica. Obviamente, ao escrever sua obra D. Duarte buscou impor nela as questões que perpassavam o seu tempo, enfatizando a necessidade da perícia bélica da cavalaria, tendo em vista o caráter permanente da guerra.

No primeiro capítulo da obra, D. Duarte justifica a importância do aprendizado da equitação, o conhecimento de tal “manha” é, na perspectiva do rei, essencial para aqueles que querem ser reconhecidos. Esse reconhecimento somente pode ser concretizado a partir da obtenção de “honra”, “proveito” e “boo prazer”, assim o autor diz:

Por todos os homens naturalmente desejam sua honra, proveito e bom prazer, me parece que todos os senhores cavaleiros e escudeiros esta manha devem muyto desejar vysto em como della estes bens vem aos que praticam e falando da honra e proveito, longo seria de contar quantos em as guerras delrey, meu senhor e padre, cuja alma deos aja, e em nas outras ham percalçado grandes famas , estados e boas graças por serem muyto ajudados desta manha. E nom é contra razão, por que uma das mais principais cousas de que se mais ajudamos que andam em Ella, e são bons cavaleiros. E portanto vem se pode entender a grande vantagem que tee boos cavalgadores nos feitos da guerra, **se ouveram as outras bondades razoadamente**, dos que som desta manha mynguados, posto que nas outras sejam seus iguais; pois he h~ua das melhores que os guereyros devem aver.<sup>237</sup>

---

<sup>236</sup> Ibidem, p.17.

<sup>237</sup> Ibidem, p. 04

Percebemos no trecho acima que o autor enfatiza as noções de honra e proveito, apontando-as como os desejos “naturais” dos cavaleiros e escudeiros. Entende-se então que a vida cavaleiresca tem como objetivos principais a honra e o proveito, o que também pode ser apreendido a partir da leitura do *Amadis de Gaula*.

Outro ponto que chama atenção é a referência aos cavaleiros dos tempos de D. João I que conseguiram obter fama nas guerras. Observa-se, então, a relação da cavalaria com guerra, apontada como essencial para que os objetivos da vida cavaleiresca sejam alcançados e também a relação do “bem cavalgar” com a vida bélica, portanto, o domínio desta “arte” aparece como essencial para concretizar os ideais da cavalaria. Dessa forma, ocorre a associação dos bons cavaleiros com os valores guerreiros.

A segunda parte da *Ensinança* é dedicada ao *Poder*, especificamente ao poder do corpo e da fazenda. Apresenta-se dividida em dois capítulos, um primeiro sobre o corpo e os requisitos físicos do cavaleiro e um segundo voltado à fazenda, isto é, os meios financeiros dos quais devem dispor os cavaleiros. Quanto ao poder do corpo o autor assinala que:

pensson alguus por fraqueza, ou velhice, ou gordura que nom poderóm ser bons cavalgadores, e porem perdem a voontade e leixam daprender o que para ello saber lhes he necessário. E ssom conhedamenteosmais em esto enganados, e assy em outras muytas cousas boas que por desasperaçom perdem, que se boa esperança ouvessem cobrar poderiom. E podem razoadamente seer fora de tal teençom os que filhareem este cuydado; pensam que syntem em sy por que duvydam de poderem percalçar esta manha e se for fraqueza ou velhice ou alguã outra cosa logo acharóm outros mais fracos e mais velhos a que sabem e assy yualmente conheceróm a moor parte dos hoees nos outros falimentos que, se tevere, alguus, verom outros que os tee tamanhos mayores, que non som por elles tanto embargados que grande parte dela nom ajam. E quando virem que os taaes como ellles e mais derribados em seus fallycimentos a eprcalçam e husam dela assaz razoadamente, bem devem conhecer que, se vontade e saber ouverem, queo poder non lhes fallecerá.<sup>238</sup>

Nesse trecho encontramos mais um elemento capaz de definir o bom cavaleiro que é a fidelidade. A primeira característica que o rei destaca é a boa vontade de servir

---

238

Ibidem, p.10.

de boa vontade e lealmente a Deus e aos senhores. Atenta, assim, para a questão da fidelidade vassálica presente na obra.

Este é um ponto bastante enfatizado na obra, considerando a finalidade com a qual ela foi composta, que é justamente a educação da nobreza, bem como a conjuntura portuguesa na primeira metade do século XV, e nesse sentido, novamente atentamos para o projeto centralizador avisino.

A segunda característica assinalada pelo autor é a fortaleza de corpo e de coração, agregando, portanto, o poder de uma virtude física com uma virtude moral. D. Duarte também aponta o “*natural entender das cousas que pertecem a seus estados e officios*” como virtude essencial de um cavaleiro. Trata-se da percepção por parte do cavaleiro do grupo social o qual integra e a função que lhe cabe como membro do mesmo.

De acordo com o autor a ausência dessas qualidades despersonaliza completamente o cavaleiro ou escudeiro. Sem tais virtudes estes homens estariam fadados ao fracasso na vida cavaleiresca e seriam incapazes de realizar “manhas” típicas de um cavaleiro, além de outras atividades características do universo cortesão como a dança. Dessa forma, evidencia-se a associação do *habitus* cortesão com o da cavalaria. Os mesmos homens que devem demonstrar força, coragem, habilidade e destreza na guerra, devem dominar também os costumes refinados da vida em corte.

O servir a Deus é um tema freqüente da produção literária avisina, sendo abundante nas crônicas, notadamente, nas obras de Zurara. A noção de “serviço de Deus” esta ligada ao discurso messiânico estruturado por essa dinastia e, em termos de cavalaria, justifica as guerras empreendidas em nome da expansão da fé.

Nesse sentido, não nos a parece absurdo relacionar o *Amadis* e seu modelo de cavaleiro vencedor com a corte dos reis de Avis. Em um primeiro momento o modelo se relaciona com as guerras contra Castela e depois com as guerras no norte de África ligando-se, então, ao ideal de Cruzada. A busca por honra e glória, além da exaltação da perfeição cavalheiresca, fica clara na produção cronística de Gomes Eanes de Zurara, sobretudo, nas crônicas de D. Pedro e de D. Duarte de Meneses.

Delineamos ao longo do capítulo, a partir da análise de duas fontes de natureza diversa, como se estruturou em Portugal a partir da ascensão de Avis um modelo de cavaleiro baseado no valor, na coragem, na honra, na fé em deus, nos laços de fidelidade com o senhor e em uma imagem exterior impecável. Acreditamos que estas obras fixam um o paradigma de cavaleiro ideal que se espera do cavaleiro avisino dos novos tempos.

Parece-nos claro a forma como o *Amadis* dialoga com o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, ainda que as duas obras apresentem naturezas tão distintas, atendem ao projeto pedagógico e civilizador da dinastia de Avis.

A referida novela apresenta modelos paradigmáticos de nobreza, ao passo que o livro de D. Duarte constitui um tratado de característica moralizante e pedagógica que visa reeducar a nova nobreza apresentando-lhe modelos de comportamento que se coadunam com a noção de ser cavaleiro português.

De um lado o paradigma representado pelo *Amadis* traduz uma atualização de um modelo de cavalaria veiculada na corte, como forma de divertimento e distração, com o propósito de expressar um paradigma de comportamento nobre que deve ser seguido. Por outro lado temos o tratado de equitação do rei que também pretende expor padrões de conduta, porém, em uma linguagem distinta, conciliando valores cortesões com a arte beligerante.

## Capítulo 5

### O discurso cronístico e a exaltação da ideologia cavaleiresca durante o reinado de D. Afonso V: Os Meneses e a personificação do cavaleiro português avisino

#### 1. Zurara e a ideologia cruzadística avisina

O segundo cronista-mor do reino de Portugal inicia suas atividades nos primeiros anos do reinado de D. Afonso V, ou seja, no período subsequente à crise interna que levou à Batalha de Alfarrobeira. É, portanto, um momento extremamente delicado no campo político português, marcado pela mudança de atitude em relação à empresa ultramarina e pela consolidação das forças senhoriais no poder, que tiveram suas atitudes restringidas pela política centralizadora do Infante D. Pedro.<sup>239</sup>

Para alguns estudiosos, o reinado de D. Afonso V, representou um retrocesso no processo de centralização empreendido pelos dois primeiros monarcas de Avis e continuado durante a regência de D. Pedro, visto que através de largas doações o novo monarca permitiu o fortalecimento das principais casas do reino<sup>240</sup>. A retomada da guerra contra os mouros na África, na segunda metade do século XV, marca o “retorno” do rei-cavaleiro e cruzado que parece anacrônico em meio às novas demandas da sociedade.

Observamos que com a ascensão de D. Afonso V ao poder o projeto político avisino, constituído a partir do reinado de D. João I e de certo modo continuado de maneira quase que inalterada ao longo dos governos de D. Duarte e do Infante D. Pedro, manteve os seus três eixos principais - centralização, expansão e propaganda-entretanto, recebeu uma abordagem diferente focando as ações da monarquia no projeto expansionista e em uma forte propaganda legitimadora. De fato, como pondera Amaral,

---

<sup>239</sup> SERRÃO, Luís. *Reis e presidentes de Portugal: dinastias de Avis e Filipina*. Linda-A-Velha : ACJ - Abril/Controljornal editora, 2001,p.27.

<sup>240</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, op. Cit., p.12.

no plano das representações sociais essa “vocação messiânica” do reino português havia sido abandonada desde o episódio de Tânger.<sup>241</sup>

Dessa forma   possível falar da constru o de um novo discurso de legitimidade durante o governo de D. Afonso V. Não nos referimos   necessidade da dinastia em justificar sua permanência no poder, como podemos observar, por exemplo na produ o cronística de Fernão Lopes. Falamos da necessidade do terceiro monarca de Avis em estruturar um discurso que justificasse sua ostensiva política expansionista e que de alguma maneira contribuíssem para aumentar o seu prestígio como governante.

O terceiro monarca de Avis chega ao trono em um momento de instabilidade política decorrente da crise de Alfarrobeira. Foram muitas as críticas, tanto internamente quanto externamente, sobre a postura de D. Afonso V no episódio que levou a morte do Infante D. Pedro. O monarca precisou recompensar aqueles que o apoiaram e tentar conseguir o apoio dos antigos partidários de seu tio.

Novamente, tal qual nos tempos de D. João I, observa-se a tentativa de escoar as tensões internas para além do reino e, nesse sentido,   coerente o emprego de um discurso cruzadista-messiânico, que obviamente, atendendo as novas demandas da sociedade portuguesa da segunda metade do século XV, foi muito distinto daquele empreendido   época do Mestre de Avis.

Ao assumir o trono em 1448, o rei D. Afonso V modificou muitos aspectos da política monárquica, a começar pelos mecanismos propagandístico da dinastia avisina. O novo rei destituiu Fernão Lopes, que já possuía idade avançada, do cargo de cronista-mor do reino colocando em seu lugar Gomes Eanes de Zurara, o qual parece ter sido bem próximo do monarca.

A partir de uma pesada propaganda política que tem como principal instrumento a produ o cronística, destacando-se nesse momento a atua o de Gomes Eanes de Zurara, edificou-se um discurso que exaltava a a o militar na África, reverenciando tipos ideais de comportamento identificados como genuinamente portugueses, como por exemplo a postura da cavalaria e o compromisso desse grupo com o rei, o reino e Deus. A conjuntura na década de cinquenta do século XV, não poderia ser mais favorável às aspira es de D. Afonso V, como assinala Amaral:

As notícias da queda de Constantinopla chegaram a D. Afonso V, durante o processo interno de concilia o e logo foram utilizadas para

---

<sup>241</sup> AMARAL, op. Cit.p, 257.

projetar a sua imagem de protetor da cristandade. Presumivelmente, a propaganda em torno dos preparativos da cruzada contra os turcos serviu como elemento unificador das divisões nascidas de Alfarrobeira. A representação de Portugal coeso contra o infiel está presente em todas as crônicas escritas sob a sua promoção, as quais foram consultadas por Pina durante o reinado de D. Manuel, para escrever o relato do período afonsino.<sup>242</sup>

É nesse contexto que Zurara produz as suas crônicas, um período de redefinição das estruturas políticas internas, marcado pela influência da aristocracia guerreira e pela mentalidade cavaleiresca do jovem monarca. Atuando como cronista oficial do reino, Zurara demonstra bastante consciência da importância do seu ofício, para a construção da memória do reino, o que fica evidente em alguns trechos de suas crônicas como na seguinte passagem da *Crônica de D. Pedro de Meneses*:

*Porque a principal parte do meu encarreguo he daar comta, e razão das cousas que passam nos tempos de minha hydade, ou daquellas, que passaram tam a cerca, de que eu posso aver **verdadeiro conhecimento***<sup>243</sup>.

É interessante observar a ênfase do autor quando afirma que sua função é transmitir o “**verdadeiro conhecimento**”, assim percebemos que a crônica, ainda que produzida em épocas posteriores aos fatos narrados, era entendida como um documento oficial, repositório de verdades absolutas sobre o tempo de que tratam. Ainda na *Crônica de D. Pedro de Meneses*, Zurara torna a repetir esse caráter supostamente incontestável da verdade presente em sua crônica. No fragmento que se segue, o autor apresenta algumas das razões pelas quais se pôs a escrever sobre o governo do Conde D. Pedro de Meneses na Cidade de Ceuta

E porque nós escrepemos esta Istoría primeiro duas vezes que fosse trazida a seu proprio lugar, emendando sempre no que conheciamos errado, como se costuma de fazer nas couzas, em que muitos ham de jugar, postoque os em alã partes ouçais desviando alguma couza, do que aqui achardes escrito, entendes, que se faz por se mais apurar a verdade, e temos que do que realmente pertence á sustancia, não póde em outra parte ser mais **verdaderamente escrita, que aqui**, leixando as particularidades, em que

---

<sup>242</sup> Ibidem, p. 241.

<sup>243</sup> ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica de D. Pedro de Meneses*. Reprodução fac-similada com nota de apresentação de J. Adriano de Freitas Carvalho. Porto: Programa Nacional de edições Comemorativas dos Descobrimientos Portugueses, 1988, p.213

nunca se pode achar verdadeira certidão, o que de necessidade, er muitos há de ser sabido.

Observamos, portanto, que o cronista justifica a confecção da história afirmando que está “emendando” o conhecimento errado que, porventura, as pessoas tenham entrado em contato. Dessa forma, o autor desqualifica todos os escritos anteriores aos seus e elege sua obra como sendo a única “*verdadeiramente escrita*”. É possível encontrar na produção de Zurara uma série de temas que possuem como lugar-comum a ideologia cruzadística portuguesa, quais sejam a valorização dos feitos de armas, a guerra contra o infiel muçulmano e a sua relação com a missão salvacionista do reino.

Em todas as suas obras o segundo cronista-mor do reino enfatiza as noções de honra e proveito, típicas da cavalaria e a idéia de serviço prestado a Deus, não somente por parte dos príncipes e reis de Avis, mas também pelos nobres que lutavam nas praças africanas e, principalmente, os dois primeiros capitães de Ceuta, os Condes D. Pedro e D. Duarte de Meneses.

## **2. Os Meneses e a concretização do ideal de cavalaria avisino.**

### **2.1. O conde D. Pedro de Meneses**

O Conde D. Pedro de Menezes foi o primeiro capitão português em Ceuta. Era oriundo de uma família de grande prestígio na sociedade portuguesa durante a dinastia de Borgonha, no período do interregno seu pai, o Conde de Viana do Alentejo, prestou auxílio ao rei D. João de Castela e morreu durante a Batalha de Aljubarrota. Seus bens foram tomados pelo Mestre de Avis e distribuídos entre aqueles que o apoiaram durante a revolução.

Com a morte do Conde de Viana, sua esposa, a Condessa D. Maior, possivelmente retirou-se para junto de sua sogra, D. Guiomar, na cidade de Santarém, e posteriormente asilou-se na corte castelhana, com seu filho, o futuro Conde D. Pedro.<sup>244</sup>

Pedro retornou ao reino por volta de 1403, em condições “obscuras”, sobre as quais não temos muitas informações. A versão “oficial” veiculada por Zurara na *Crônica do*

---

<sup>244</sup> CAMPOS, Nuno Miguel. *D. Pedro de Menezes e a construção da casa de Vila Real (1415-1437)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, p. 42.

*Conde D. Pedro de Meneses* é de que o regresso do Conde ao reino se deu por intercessão do rei D. João I. Efetivamente, pouco se sabe das verdadeiras razões que motivaram o retorno de D. Pedro ao reino. Da mesma maneira, também são escassas as referências acerca da infância e da educação do Conde.

De acordo com Nuno Miguel Campos, a única certeza que se pode ter em relação período que vai do regresso de D. Pedro à sua nomeação de capitão de Ceuta é a ligação existente entre ele e D. Duarte, tanto na época em que este era infante, quanto depois que se tornou rei.<sup>245</sup>

O Conde D. Pedro não é, pois, um nobre de linhagem inferior que alcançou poder político com o advento da nova dinastia, ao contrário, é um membro da antiga nobreza senhorial que recupera seu prestígio político e social, representando portanto um interessante movimento de reintegração social<sup>246</sup>. D. Pedro é um descendente legítimo dos Teles de Meneses família que teve grande influência política durante a dinastia de Borgonha, sobretudo, no reinado de Fernando quando D. Leonor Teles de Meneses tornou-se rainha.

A *Crônica do Conde D. Pedro de Menezes*, relata a vida do conde e de outros nobres portugueses na África a partir da tomada de *Ceuta*. A obra foi concluída em 1463. Nela Zurara apresenta o conde como um modelo perfeito de cavaleiro. Acerca das razões que o motivaram a escrever a obra, Zurara escreve no primeiro capítulo:

he minha intençom com ajuda da Santa Trindade escrepver em este volume os feitos, que se fizeram na cidade de Cepta, depois que primeiramente foi tomada aos mouros por aquele Magnânimo Principe ElRey Dom Joham.e porque o filósofo diz, que toda cousa, que move outra, move em virtude do primeiro movedor, nom ficará aquelle excellent Rey apartado de todo da gloria louvor, que aquelle Conde, e os outros nobres cavalleiros per força de seus corpos,e fortaleza de seus corações naquella cidade ganharom, nem averá pequena parte deste honrozo louvor, este Rey Dom Affonso o quinto em seu nome, e duodécimo dos Reys, que foram em Portugal, quando confirar como auto he melhor em beneficio, perque s cousas Sam feitas mais nobres, e as possesoens duram em mayor segurança. E porque os possuidores Sam mais honrados, e de maior fama; e porque as propriedades virtuozas,e os poderios dos obradores são conhecidos per as perfeçoens dos autos, que delles procedem: por certo o auto desse príncipe deve ser pera sempre de grande louvor, tanto maior, quanto se confirar, que elle antepoz o louvor dos outros à sua própria fama, porque quando ele esta istoria mandou escrver, já eram passados viente anos, que regnava, nos quase se passaram muy grandes ,e notáveis feitos, assy acabados por sua própria pessoa,como por sues servidores,e naturaes por suão denança,e mandado: e como quer eu mais quizera ser,mais ocupado em dar razão e seus feitos, que dos

---

<sup>245</sup> Ibidem,p. 45.

<sup>246</sup> CAMPOS, Nuno Miguel. *Redes sociais: D. Pedro de Menezes e a construção da casa de Vila Real*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Estudos históricos Europeus da Universidade de Évora. Évora: 2002.

alheios,principalmente pelas muitas virtudes, que sempre nele conheci, e por ser mais obrigado a elle, que a outra alguma pessoa terreal, elle nunca me em ello quiz leixar obrar segundo meu dezejo, ante per muitas vezes me requero, e encomendou, que me trabalhasse d'ajuntar, e escrever os ditos feitos principalmente por louvor, e gloria daquelle Conde; e dos outros nobres, e virtuosos varoens,que com elle por defensão da Santa Fee,e honra da Coroa de Portugal, naquela cidade Tam virtuosamente trabalharam.<sup>247</sup>

O primeiro capítulo da obra dedica-se a justificar a tomada de Ceuta, empresa que deu início à expansão portuguesa e foi por muitos anos criticada por boa parte dos grupos políticos do reino. Na *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, assim como em toda a produção cronística de Zurara, o autor demonstra uma preocupação muito grande em legitimar a ação dos portugueses no território africano, o que pode ser apreendido ao longo de toda a obra.

Verifica-se em Zurara a estruturação de um discurso de legitimidade diferente daquele edificado ao longo dos governos de D. João I e D. Duarte, aproveitando-se, entretanto de alguns de seus elementos basilares.Nesse sentido, destacamos a utilização do modelo messiânico-cruzadista, relacionado com o ideal cavaleiresco, como ponto fundamental desse discurso.

Podemos identificar no extrato da fonte dois dos principais elementos fomentadores da propaganda política avisina, são eles: o discurso religioso e o espírito cavaleiresco. Dessa forma, podemos dizer que com Zurara a história de Portugal “é feita” com o objetivo de construir uma memória dos descobrimentos exaltando a cavalaria como responsável pela expansão da fé cristã, que se dá, sobretudo, a partir das lutas contra os mouros. já no primeiro capítulo de a *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses* essa intenção do autor já aparece explícita como podemos observar a partir do extrato da fonte supracitado.

Ao longo da obra o autor irá exaltar as proezas cavaleirescas do Conde D. Pedro e sua destreza como estrategista militar. Outro aspecto extremamente valorizado por Zurara é a linhagem dos cavaleiros que descreve nas crônicas, a começar pelo próprio Conde. Em muitos episódios o autor associa os feitos militares dos nobres à altura de sua linhagem. São inúmeros os relatos de batalhas contras os mouros, nas quais os

---

<sup>247</sup>ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do conde D. Pedro de Menezes*. Reprodução fac-similada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Porto: Programa Nacional de edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, 1988, p.214

cristãos quase sempre saem vitoriosos, tornando evidente o antagonismo entre bem e mal na relação cristão-mulçumano.

Dessa forma, obedecendo aos critérios de análise adotados no capítulo anterior, iremos trabalhar com a fonte para apontarmos o perfil do cavaleiro perfeito. O primeiro elemento que identificamos enquadrado no modelo exemplar de cavalaria, diz respeito às características físicas e morais do Conde, dessa maneira:

Conde Dom Pedro moço pequeno per morte de seu padre , e foi homem que houve meã estatura, corpo largo, e fortes membros, homem de grande gasalhado e acolhimento , de honroso e grande coração, liberal e prestador de suas riquezas , assi a naturaes, como a estrageiros, homem catholico e amigo de Deos, grande remidor de Cativos, pera salvação dos quaes não tinha em conta nenhuma riqueza e nenhum thezouro, nem receava de dar um Mouro de grande rendição,por hum muito pobre cristão, como lhe fosse requerido em tanto que se não achará, que em seus dias nenhum Christão, estivesse em cativeiro deixasse a Santa Fée com desesperança, que ouvesse de ser remido; caa pela vontade que lhe ácerca daquilo sentião se mantinhaão em esperança, até que lhe deos dava d'azo, pera os tirar: todas as dadivas eram feitas com grande manificencia; ca despos da esperança de sua salvação, todos seus feitos e obras eram por aquirir honra<sup>248</sup>.

Observamos que a passagem da fonte é extremamente rica no que concerne aos aspectos capazes de traçar o arquétipo do cavaleiro. Primeiramente, nota-se a relação estabelecida entre os aspectos físicos e a moral do indivíduo. É dada certa relevância à constituição corporal do Conde D. Pedro, o interessante é que essas características aparecem associadas e comparadas a elementos reveladores do caráter do conde. No extrato acima também é possível observar, novamente, a entonação religiosa presente na obra de Zurara, pois atenta logo para o fato do Conde ser “*amigo de Deos*” e de trabalhar pela salvação da alma dos cativos apontando para a importância de tal feito.

É possível estabelecer uma relação dessa passagem com a descrição que Zurara faz do Infante D. Henrique na *Crônica dos feitos e conquistas da Guiné*. Na referida obra estão presentes na caracterização do navegador as mesmas características utilizadas para descrever o Conde D. Pedro, quais sejam: a importância da aparência física, a benevolência, a “largueza” em relação ao trato com os homens que lhe são próximos, o bom coração, a honra e é claro a noção de prestar serviço a Deus, feita a partir a da “salvação” de almas, que na *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses* refere-se à

---

<sup>248</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do conde D. Pedro de Menezes*. Reprodução fac-similada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Porto: Programa Nacional de edições Comemorativas dos Descobrimientos Portugueses, 1988. p.220.

conversão de mouros em cristãos, ao passo que na *Crônica dos feitos e conquistas da Guiné*, observa-se uma ênfase maior a conversão de pagãos, em geral negros da África subsaariana.

Tais características são entendidas como essenciais ao bom cavaleiro. Nesse sentido, ao compararmos os elementos supracitados com os elementos expostos no livro *o livro da ensinança de bem cavalgar toda a sela*, observamos pelo menos dois aspectos em consonância com o que foi exposto pelo rei D. Duarte como “manhas” fundamentais ao “bo cavalgador” são eles: a largueza e a grandeza de coração.

Uma segunda característica que destacamos aqui é a lealdade ao rei, elemento de extrema importância na conjuntura portuguesa do século XV e que, como já vimos no capítulo anterior, encontra-se no cerne das preocupações doutrinárias da realeza, figurando nas produções literárias. Nesse sentido:

(...) o conde dom Pedro de Meneses servio El-rey nesta cidade muy grandemente dispendendo de sua fazenda, e achei que levára sete navios com muitas viandas, trabalhando-se muito d'aver homens nobres, que o ajudassem a servir, e assy se fez muy noble; e conheceo ElRey, que elle era homem dino de honra. outro sy foi este Conde Alferes do Infante Eduarte primogenito, e sempre amado delle, honrado, ante que fosse Capitaõ, e muito mais depois que o foi; e pero que elle fosse Conde feito em Castella, ElRey nunca lhe qiz dar semelhantes autoridades, nem o chamou Conde, senão depois que por algum tempo regeo aquella Capinia, que sentio, que era dino daquela honra, e o acrescentou em todo como ao diante ouvire.<sup>249</sup>

O fragmento acima denota a proximidade da relação existente entre o Conde D. Pedro o Infante D. Duarte, de quem, à época da campanha de Ceuta o, o Conde era alferes. Também é possível associar o reconhecimento da dignidade de D. Pedro, por parte do rei D. João I, à forma com a qual o nobre se colocou a serviço do monarca, oferecendo à expedição sete navios, custeados com a sua fazenda. Nesse sentido, destaca-se a lealdade do conde para com o rei, uma característica muito cara ao bom cavaleiro que deve estar sempre disposto a prestar auxílio ao seu senhor.

Outro elemento que destacamos no sentido de estabelecer o paradigma de cavalaria na *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses* é a coragem, aspecto que deve ser inerente a todos os cavaleiros e constitui fundamental para a desenvoltura na guerra, assim:

---

<sup>249</sup> Ibidem, capítulo III, p. 223.

Chegou o conde onde os nossos estavaõ e cerificou-se da viagem, que os mouros levavam: e certo he, que a grande ardileza lhe fez esquecer o bom conselho: ca non esguardando a pessoa que era, e o dano que lhe podia vir se lançou aos Mouros como hum pobre Escudeiro, a que o nome daquela façanha ouvesse de fazer por em Valia<sup>250</sup>

No episódio em questão a cidade de Ceuta, que era governada pelo Conde, estava sendo atacada pelos mouros, o que de acordo com a crônica era bastante comum nos primeiros anos da dominação portuguesa na praça marroquina. Na passagem da fonte temos um exemplo um pouco contraditório que revela a coragem de D. Pedro que na qualidade de governante deveria tomar certas precauções em relação à sua segurança pessoal. Todavia, a sua bravura, diante da necessidade de proteger a cidade, o fez tomar uma atitude que punha em risco a sua própria vida, se lançando contra os mouros. Nesse caso a questão que se coloca é a função do governante que deve proteger o povo e antes de tudo é um cavaleiro. Nesse sentido, o episódio analisado constitui, portanto a imagem do governante-cavaleiro que, em certos aspectos, coaduna-se com o paradigma de rei-guerreiro aos moldes peninsulares.

Uma última característica que destacamos na *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses* e que constitui extremamente importante à formação do bom cavaleiro é a perícia militar, que envolve o conhecimento teórico e é claro a prática, além do reconhecimento da importância do ofício da cavalaria, diante disso:

(...) ca entre outras cousas, que a cavalaria mais aproveita assy é o exercicio de armas, no que os homens nom somente afortalecem seus membros, mas ainda os corações , e se si nom há disciplina, e regra do officio cavalleiroso, como diz naquele livro que compos Vegecio d'arte militar, pois como muitas vezes acontece que vossos regnos por alguns anos estan em assocego seguirse hia de necesidade , que os bons perdessem o uzo e a disciplina na mais nobre cousa que a seu officio perteece, onde pera taes autos as mais das vezes é mais proveitoso a pratica, que a theorica.<sup>251</sup>

O trecho acima é uma parte de um discurso proferido pelo rei D. João I na cidade de Ceuta, acerca das razões da manutenção da cidade e da importância de prestar serviço a Deus através da cavalaria. Nesse sentido o rei ressalta a relevância da cavalaria, bem como, a necessidade dos cavaleiros darem continuidade à prática de armas para o fortalecimento de seus corpos e corações, considerando que esse grupo

---

<sup>250</sup> Ibidem, capítulo XXVII, p. 300.

<sup>251</sup> Ibidem, capítulo IV, p. 228.

pode ser acionado a qualquer instante, por ocasião de guerra e nesse caso a falta de prática pode ser fatal.

Podemos identificar no fragmento da fonte a preocupação do monarca em manter os seus cavaleiros bem treinados para o caso de uma situação de emergência. De fato, considerando o contexto em que a crônica foi escrita, esta citação, atribuída a D. João I, revela um problema que provavelmente perturbou D. Afonso V que era o treinamento militar da nobreza.

Essa era uma questão antiga no reino merecendo atenção de D. Duarte, que no *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* enfatiza a importância da prática de exercícios militares. À época de D. Afonso V, o movimento expansionista tomou dimensões muito maiores, exigindo um corpo militar bem preparado e eficaz para o sucesso nas inúmeras campanhas empreendidas pelo rei africano.

## **2.2. O Conde D. Duarte de Meneses**

*A Crônica do Conde D. Duarte de Meneses* foi a última obra produzida por Zurara e de acordo com os críticos de seu trabalho, constitui a crônica mais bem elaborada do autor. Zurara viajou para a África a fim de conseguir relatos para compor sua última crônica. Tal como as outras segue a mesma tendência ideológica que serve para a exaltação dos feitos de cavalaria e a identificação do projeto expansionista do reino com uma missão religiosa.

O conde D. Duarte de Meneses é o segundo capitão de Ceuta, filho natural do Conde D. Pedro, assume o cargo na praça marroquina quando seu pai retorna ao reino de Portugal. Em sua crônica escrita por Zurara, o Conde da mesma forma que seu pai é descrito como um herói, um modelo exemplar de governante e cavaleiro.

Dessa forma, começamos a traçar o perfil de cavaleiro perfeito em D. Duarte a partir de elementos de ordem moral que, segundo o cronista, estavam presentes no Conde desde muito jovem e já o fazia destacar-se entre os demais, dessa forma:

E por que dom Duarte anda era menor delles. encomendouho seu padre a donna aldonça sua fillha. teendo tençam de o encaminhar a Igreja. pero tanto que o moço começou dandar logo mostru sinais daquello que auya de seer ca nuca podya fallar senom em cauallos e armas.e assy pequeno como era nunca se fazia nenhum movimento na cidade pera siar fora a algumas vista que auiam de mouros que logo nom fosse em joellos ante o padre a pedirlhe que o leixasse sayr com os outros. Pensaes disse o conde a alguns daqueles fidalgos e nobres que com elle eram. que esse moço nom querrera seer homem de nosso menester pois tam afincadamente requere que o leixe sayr

fora. bem he senhor de presumir, disse Ruy Gomes da Sila que o nom requere elle agora manho, samente, nem com fingimento a os dyas nem a ydade nom o rrequerem. assy senhor disserom os outros lexaae o husar do que lhe a voontadae requere ca assy vos ouymos já dizer que a vos quiseram encaminhar aa sciencia e que aprendestes muyto della. e que orem sempre vos a vontade requereo usar ho officio das armas no qual vos deos fez e faz e fara muyto bem e muyta honra. vosso filho he vosso sangue que traz lho faz assy deseiar. nom vos quis deos dar outro filho por ventura lhe praz que este fique em vosso lugar. e melhor que os vossos criados fiquem agasalhados a ssoombra de vosso filho que de nenhum vosso genro<sup>252</sup>.

Na passagem da fonte, o autor destaca que a intenção de D. Pedro era enviar seu filho à Igreja, contudo, desde criança D. Duarte demonstrava sinais de sua bravura e destreza militar. Tal fato aparece na obra relacionado à questão da linhagem. D. Duarte não era filho legítimo de D. Pedro, todavia, possuía características que se esperavam típicas de um nobre e o ligavam diretamente à sua boa linhagem paterna. Uma construção parecida com essa é feita no *Amadis*: na trama o herói que não conhecia sua verdadeira origem demonstrava a partir de seus atos que deveria ser oriundo de uma família de alta linhagem. Assim, retomando a *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*, observa-se na passagem supracitada que desde jovem D. Duarte já era identificado pelos homens de seu pai como o seu sucessor natural no comando de Ceuta, pois, era indubitável que possuía o sangue e as virtudes de D. Pedro, sendo esse fato reconhecido pelo próprio Conde que afirma: *filho deos quisiera que nom fosse legitimo e nom te embargou porem tua virtude em que pareces a mim que som teu padre*<sup>253</sup>.

A narrativa d'A *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses* difere um pouco d'A *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses* no que concerne à caracterização dos protagonistas como cavaleiros. Como vimos n'A *Crônica do Conde D. Pedro*, as primeiras referências ao Conde são relativas à sua linhagem e depois fala de sua aparência física e de suas virtudes morais. Ao passo que na *Crônica do Conde D. Duarte*, as referências a D. Duarte remetem à infância do Conde e de suas "aventuras cavaleirescas" ainda na adolescência como pode ser apreendido a partir da passagem abaixo:

(...) e don duarte como foy em fim de carreyra da alaizyra fez retraer os seus por que uyo a grande soma que era dyante. e em fazendo a volta ouuve conhecimento de como Martim Afonso pelleiava com os outros e voltou outra vez e meteosse per ante o muro e a barreyra da aljazira levando assy sua gente junta per huma ladeyra que sobyam. leixando os mouros entre sy e

---

<sup>252</sup> ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica de D. Duarte de Meneses*. Edição diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1978. Capítulo IV, p. 51.

<sup>253</sup> *Ibidem*, p.52.

a villa. os quaes auendo vista dos contraros cujo nuero serya atee quarenta de cauallo. começaram de se correger de pelleia na qual nom poderom muyto aturar por que com tal força foram cometidos que nom ousaram de sse mais defender(...) e aquele dia era assaz alegre pera aquele novo mancebo por que achava comprimento do que sua vontade tanto desejava.

O episódio narra a primeira façanha cavaleiresca do jovem herdeiro do Conde D. Pedro. D. Duarte à altura em que se passa o fato ainda não havia sido armado cavaleiro. Podemos, novamente, estabelecer uma associação com a questão da linhagem.

Obviamente, a técnica cavaleiresca é apurada com o treinamento militar e a prática de armas, como já ressaltamos. Entretanto, o que podemos depreender a partir da caracterização de D. Duarte é que o cavaleiro não é “feito,” o nobre já “nasce cavaleiro” e o tempo e a prática aprimoram as suas virtudes naturais.

Outro ponto que ressaltamos na caracterização do cavaleiro a partir de D. Duarte, é a forma como este nobre se destacava diante dos outros, pela sua bravura, destreza e façanha de armas, ainda muito jovem e sem a honra da cavalaria, como assinala Zurara:

(...) e sendo já todos juntos com o conde depois da vitoria huuns dando graças a deos de tanta merce como que em aquele dia fizera. outros contando com a bondade assy dos capitaes como dos outros. começaram de falar casi maravilhados da maravilhosa contença que dom duarte trouxera naquela peleia. e huns louvaram a segurança com que anda a outros a ardileza que mostrava no cometimento dos contrayros. outros a força com que feria o que muito era de maravilhar em homem de sua idade a qual nom passava de XV annos. ora senhor disseram quase todos os bons que ali eram grande sem razom fareis vosso filho de o mandardes daqui sem a honra da cavalaria ca ainda que fosse um pequeno homem que oje fezera o que ele fez, nom deveria sair daqui sem ela<sup>254</sup>.

No episódio o autor narra o momento posterior a uma vitória obtida pelo Conde D. Pedro e seus homens frente aos muçulmanos. Na reunião os cavaleiros comentam a atuação do jovem D. Duarte durante a batalha, maravilhados com o fato dele ainda ser um menino de quinze anos. E demandam ao Conde que torne D. Duarte cavaleiro, pois sua juventude não o impediu de agir como um verdadeiro cavaleiro.

Nesse ponto novamente é possível estabelecer ligação com o modelo fictício representado pelo *Amadis de Gaula*. Na referida trama o herói também demonstrava

---

<sup>254</sup> Ibidem, p. 56.

suas virtudes cavaleirescas desde a infância destacando-se em batalhas ainda na adolescência e sendo sagrado cavaleiro por seu pai aos quinze anos.

A virtude de D. Duarte era incontestável, todavia seu pai ainda possuía dúvidas quanto à sua capacidade de governar, visto que nem todo cavaleiro era necessariamente um governante, ao passo que todo governante deveria ser um cavaleiro a exemplo do próprio Conde D. Pedro. Assim, quando precisou voltar para Portugal reuniu dois conselheiros para resolver se deveria ou não deixar a seu filho o cargo de capitão de Ceuta:

Certamente vos tende que vosso filho he hum nobre homem pera aquello que vos deseais a que lhe nom fallece cousa que a boo cavaleiro e boo capitam possa perteeceer. e quem tal começo assy fez sem nunca seer em outro feito semlehante. de presumir he que caa vez o fara muyto melhor. senhor disse vaasques pinto. eu vosso criado e vossa feitura som. e sabes que fui com vosco caasy em todallas cousas que fezeste despois que aquy sooes. e vy bem vosso modo de goverar. Mandastemes com o vosso filho e oolhey muy bem todo como se fez .nom curees doutra cousa senom que ousadamente lhe odees encarregar qualquer feito de peso que vos aa maaoyer porque allem da nobreza do coraçom que lhe deos deu sabe que he deu também syso pera se goverar em grandes feitos quanto ainda nom he uy homem de sua idade. ca nom sey homem de tays dias que se visse no que se elle sendo seendo vosso filho que nom tratara feito com moor desassessego e alteraçom<sup>255</sup>.

Os conselheiros de D. Pedro afirmaram que D. Duarte possuía os atributos necessários para governar Ceuta. Nota-se que a desenvoltura militar de D. Duarte, bem como, a sua origem familiar são elementos apontados como requisitos para ser um bom governante. Ao contrário de seu pai, D. Duarte assume o controle da cidade ainda muito jovem.

Observa-se na *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses* que praticamente todos os elementos que caracterizam o cavaleiro estão relacionados à linhagem à qual esse pertence e nesse sentido, a grandeza dos feitos de D. Duarte é em quase todos os episódios associada à nobreza de seu pai, ou seja, à magnitude de sua linhagem paterna.

Lembremos que ao assumir o trono, D. Afonso V consagrou a presença das grandes casas senhoriais no cenário político português. Nesse sentido, os mecanismos propagandísticos de seu reinado, dentre os quais, destacam-se, sobretudo, as crônicas de Zurara, que tendem a exaltar esses valores caros à nobreza como, por exemplo, a antiguidade e a grandeza linhagística. Zurara é o cronista da nobreza guerreira portuguesa da segunda metade do século XV.

---

<sup>255</sup> Ibidem, capítulo VII, p. 56

Assim, como podemos observar o perfil de cavaleiro representado pelos Condes de Meneses, esboçados a partir das crônicas de Zurara possuem muitos pontos de encontro com o paradigma idealizado veiculado em obras de ficção a exemplo do *Amadis* e do tratado técnico do rei D. Duarte. Nessa perspectiva, poderíamos afirmar que o modelo dos Condes Pedro e Duarte de Meneses podem ser encarados como a concretização da imagem do cavaleiro ideal em Avis

## CONCLUSÃO

A *Cavalaria* na forma de instituição, bem como, suas implicações para a sociedade da Baixa Idade Média no Ocidental, constitui um tema de grande relevância historiográfica e que nos últimos anos vem ganhando bastante espaço nas produções acadêmicas, sobretudo por conta da larga utilização de fontes literárias, em especial as novelas de cavalaria, gênero que obteve grande voga nas cortes européias entre os séculos XII e XIII. Todavia os estudos da *Cavalaria* em Portugal continuam ainda bastante incipientes, principalmente no que concerne à relevância dessa instituição no período avisino.

Nesse sentido, nosso trabalho procurou contribuir para o estudo deste tema a partir da definição do modelo de cavaleiro veiculado durante o reinado de Duarte e D. Afonso V em Portugal. Tendo como objetivo a compreensão dessa instituição em Avis, entendemos ser necessário o delineamento das noções que envolvem o conceito de cavalaria de forma abrangente para então passarmos à sua análise tendo em vista as especificidades portuguesas. Consideramos a evolução da cavalaria em Portugal desde a formação do reino até o período em que nossa pesquisa está circunscrita, com o objetivo de estabelecer a relação que as duas primeiras dinastias possuíam com esta instituição.

Notamos que o ideal de cavalaria foi ao longo da história medieval portuguesa fomentado por um imaginário régio que identificava a monarquia com esta instituição. Dessa forma, mostramos como se fundou a imagem do rei português, como um guerreiro, um cavaleiro-cruzado e de que forma essa imagem transcendeu a primeira dinastia, sendo retomada pela Casa de Avis que lhe empregou uma nova roupagem.

Nessa perspectiva, observamos que guerra, notadamente, a cruzada, teve grande relevância naquela sociedade, sendo em ambas as dinastias utilizada como instrumento legitimador da política régia, assim como um elemento de coesão social. Nesse ponto, destacam-se os esforços da Dinastia de Avis em forjar uma identidade nacional pautada na noção salavacionista-messiânica que associava o reino à missão de expandir a cristandade, o que, em geral, era feito a partir da guerra contra os mouros. Nesse sentido, há uma releitura da idéia de cruzada e uma crescente exaltação da imagem do cavaleiro.

O advento de Avis foi marcado pela ascensão de novas estruturas e pela consolidação de um campo político muito bem delimitado, no qual o rei era o único protagonista. Considerando a dinâmica político-social de Portugal ao longo dos primeiros reinados avisinos, esboçamos aqui a função que a cavalaria exerceu nessa conjuntura. Assim, delineamos as principais diretrizes do projeto político avisino, demonstrando como a imagem do cavaleiro atendeu às expectativas ideológicas da monarquia portuguesa ao longo do século XV. A consolidação da ideologia monárquica se dá a partir da estruturação de um poderoso discurso de legitimidade, o *discurso do paço*, que atua como um importante instrumento de propaganda e dominação política.

Dentro dessa perspectiva legitimadora e propagandista da nova ordem social encontram-se as fontes que analisadas nesta dissertação. Ainda que as obras aqui trabalhadas possuíssem naturezas distintas foi possível traçar a partir delas um modelo bem definido de cavaleiro perfeito, que a Casa de Avis veiculou como paradigma de comportamento português.

No *Amadis de Gaula*, identificamos diversos aspectos que lhe garantem a sua peculiaridade em relação às demais novelas de cavalaria e nos permite associá-los à conjuntura avisina do século XV. A fé de Amadis é um aspecto fundamental a ser considerado. O herói é um árduo defensor do cristianismo, o que fica evidente em diversos episódios. O herói é sempre posto diante de cavaleiros que lhe são diretamente opostos. Torna-se evidente o que é um mau cavaleiro e o que é um bom cavaleiro. O mesmo acontece quando os reis da trama são comparados. Dessa forma, Amadis é sempre exaltado por sua linhagem, sua beleza, sua fé, sua fidelidade, sua justiça e por sua cortesia, sendo, ao longo da narrativa recompensado por suas virtudes. Contudo o que mais nos chama a atenção no *Amadis* é o papel central que é atribuído aos reis da trama e importância que se atribui à fidelidade a esses reis.

O *livro da ensinança de bem cavalgar* é emblemático no que concerne à construção do modelo de cavaleiro perfeito. Sua produção encerra-se no quadro dos tratados moralísticos dos príncipes da ínclita geração, assim, possuía um objetivo muito claro que era o de impor padrões comportamentais aos membros da nobreza, expressando deliberadamente a ideologia monárquica.

As obras de Zurara foram produzidas como forma de propaganda da expansão portuguesa e da “vocação messiânica” no reino. Em todas as suas obras são expressos modelos exemplares de cavaleiros, que são a todo instante exaltados. Nesse sentido, a *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses* e a *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*

podem ser analisadas no mesmo bloco no que tange a estruturação do modelo de cavalaria expresso pelos protagonistas dessas obras. O Conde D. Pedro e o Conde D. Duarte são a personificação dos modelos estruturados em obras de ficção como o *Amadis de Gaula* e no tratado do rei D. Duarte. São homens reais que expressam em suas ações na praça marroquina de Ceuta o ideal de cavalaria veiculado em Portugal desde a ascensão de Avis.

Percebemos como os modelos veiculados nestas obras apresentam-se, em determinados aspectos, anacrônicos. Ainda que escritos, ou relidos, como no caso do *Amadis*, no século XV, estes modelos relacionam-se com uma cavalaria, vinculada a um tipo de nobreza que em Portugal começou a enfraquecer-se a partir da ascensão de D. João I. Trata-se de uma nobreza senhorial, com grande poder de decisão política. mesmo durante o reinado de D. Afonso V que é apontado pela historiografia como o período do retorno das forças senhoriais ao poder, o que vemos é o constante esforço de domesticar a nobreza, sobretudo a partir do momento em que seu filho, o futuro D. João II, começa a atuar de maneira mais incisiva na política do reino.

Na verdade aparente neosenhoralismo escamoteia o real objetivo da monarquia que é o domínio da cavalaria. Assim, a literatura de corte avisina tem uma dupla função que é atender aos anseios na nobreza, representada como um grupo totalmente distinto dos demais segmentos sociais, detentora de um poder político que efetivamente não possui e domar esse grupo, fazendo com que ele atue de acordo com os interesses da realeza.

Finalmente, reconhecemos que o nosso trabalho apresentou somente alguns caminhos de interpretação da cavalaria no reino de Portugal durante o século XV. De fato, questões como a ideologia cruzadista avisina, a imagem do cavaleiro associada à figura do rei, bem como a importância da guerra nessa sociedade são pontos que a nosso ver, ainda precisam ser aprofundados. Todavia, esperamos ter acrescentado de alguma maneira para o estudo da cavalaria em Portugal durante a Dinastia de Avis.

## **BIBLIOGRAFIA**

## **BIBLIOGRAFIA:**

### **Fontes Primárias:**

*Amadis de Gaula*. Edição de Edwin B. Place. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto Miguel de Cervantes, 1965. 3 volumes.

*Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um Cruzado Inglês que participou nos acontecimentos*. Apresentação e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, col. “Cidade de Lisboa”, nº 4, 1989.

DOM DUARTE. *Livro Da Ensinanca De Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa Da Moeda, 1986.

ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica de D. Pedro de Meneses*. Reprodução fac-similada com nota de apresentação de J. Adriano de Freitas carvalho. Porto: Programa Nacional de edições Comemorativas dos Descobrimientos Portugueses, 1988.

ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica de D. Duarte de Meneses*. Edição diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1978.

ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica de Guiné*. Segundo o manuscrito de Paris Modernizada. Introdução, notas, novas considerações e glossário de José Bragança. Lisboa: Livraria Civilização, 1972.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da tomada e Ceuta*. Publicada por ordem da Academia das Sciencias de Lisboa, segundo os manuscritos N: 368 e 355. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915

## Fontes secundárias

ACCORSI, Paulo. *Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa. A Prosa Civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412 -1438)*. . Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 1997

ALBUQUERQUE, Mário. *O Significado das Navegações e outros Ensaio*s. Lisboa: 1930,

AMARAL, Clinio. *A construção de um Infante Santo em Portugal* Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 2004.

\_\_\_\_\_. *O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis (1438 - 1481)*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 2008,

BARROS, José D'Assunção. *As Três Imagens do Rei - o imaginário régio nas cantigas trovadorescas e nos livros de Linhagens*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: cópia reprografada, 1999

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASCHET, Jérôme. *A civilização Feudal: do ano 1000 à colonização da América*. Tradução Marcelo Rede. Prefácio Jacques Le Goff. São Paulo: Globo, 2006.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.  
\_\_\_\_\_. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*, Campinas, papyrus editora, 1996.

BRAGA, Teófilo. *História das novelas Portuguezas de cavalleria: formação do Amadis de Gaula*. Imprensa Portuguesa Editora. Porto, 1873.

BRÁSIO, António. *A ação missionária no período Henriquino*. Lisboa: comissão executiva das comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, 1958.

BROCADO, Maria Teresa Braga. “edição e estudo”. In ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do conde D. Pedro de Meneses*: Fundação Calouste Gulbenkian

CAMPOS, Nuno Miguel. *D. Pedro de Menezes e a construção da casa de Vila Real (1415-1437)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004

CARDINI, Franco. “Guerra e Cruzada”. In Le GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002. Volume I.

\_\_\_\_\_. “O guerreiro e o cavaleiro”. In LE GOFF, Jacques (dir). *O homem medieval*. Lisboa: Editorial presença, s/d

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Narrativa, sentido, História*. Campinas: Papyrus Editora, 1997.

COELHO, Maria Helena da Cruz. *Portugal na época dos descobrimentos* In Revista história das ideias. Instituto de História e teoria das ideias. Faculdade de Letras, 1992.

COSTA, Ricardo da. *A Guerra na Idade Média*. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Cruz do Santo Lenho do Marmelar*. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 1997

COSTA, Rita Gomes. *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-velha: Difel, 1995

DIAS, Isabel. *A arte de ser bom cavaleiro*. Lisboa: Editorial Estampa 1997.

DINIS, António Joaquim Dias. *Vida e Obra De Gomes Eanes De Zurara*. Lisboa: Agência geral das colônias, 1949. Vol I.

DUBY, Georges. *O cavaleiro, a mulher e o padre*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

\_\_\_\_\_. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

\_\_\_\_\_. *A sociedade Cavaleiresca*. Lisboa: Editorial Teorema, 1990.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ERDMANN, Carl. *A idéia de cruzada em Portugal*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1940

FERNANDES, Fabiano. O “Reino de Deus e a Espada do Rei”: A Formação do Poder Eclesiástico da Ordem de Cristo nas Comendas de Ega, Soure, Redinha e Pombal na Primeira Metade do Século XIV. 2 volumes. Tese. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

FERREIRA, Roberto Godofredo Fabri. *O Papel do Maravilhoso na Construção da Identidade Nacional Portuguesa: Análise do Mito Afonsino (Século XIII - XV)*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 1997. P.24.

FLORI, Jean. “Cavalaria” In: LE GOFF, Jacques & SCHIMTT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Volume I.

FONTES, João Luís Inglês. **Cruzada e Expansão. A bula sane Charissinus**. In *Lusitânia sacra. Revista do centro de Estudos de história religiosa*. Universidade Católica Portuguesa. Confrarias, religiosidade e sociabilidade: século XV a XVIII. 2º Série. Lisboa, 1995. Tomo VIII.

FRÓES, Vânia. *Era no tempo do rei*. Tese Titular apresentada ao departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: cópia reprografada , 1995.

GÉNICOT, Leopold. “Nobreza”. In Le GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002. Volume II.

GUENEÉ, Bernard. “CORTE”. In Le GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (Orgs). *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002

HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HUIZINGA, Yohan. *O Declínio da Idade média, Um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos países baixos*. Tradução: Augusto Abelaira. Rio de Janeiro: Editora Ulisséia, 1924.

JALABART-GUERREAU, Anita; SOT, Michel; BODET, Jean-Patrice. (Org) *Histoire culturelle de la France*. Paris: Éditions du Seuil, s/d. Tome 1, Le Moyen Age.

LAPA, Manoel Rodrigues. *Lições de Literatura Portuguesa*. Coimbra: Editora Limitada, 1973.

\_\_\_\_\_. Seleção, tradução, argumento e prefácio. In *Amadis de Gaula. Coleção textos literários*. 5ª edição. Lisboa: Seara nova, 1968.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LOPES, Oscar & SARAIVA, António José. *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1976.

MALEVAL, Maria Tavares do Amparo. **O discurso de conquistadores e conquistados nas crônicas de Zurara**. IN *Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1994

MANGUEL, Alberto. *Uma história da Leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, s/d

MARCHELLO-NIZIA, Christiane In: LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean Claude (Orgs) *A história dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, s/d.

BRAGA, Marques. *Prefácio e edição crítica*. In Obras Completas de Gil Vicente. Lisboa: Coleção de clássicos, Sá da Costa, 1943. Volume IV.

MAUÉS, Fernando. “As *ensinanças* do livro do cavalgar”. In MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*; São Paulo: Martins Fontes, 2001

MARQUES, F. Costa. *Seleção, tradução e argumento*. In Amadis de Gaula. Clássicos portugueses, trechos escolhidos-séculos XIII a XV- Prosa. Lisboa: Livraria clássica Editora, 1942.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987

MATTOSO, José (Coord). *História de Portugal: a monarquia feudal*. Lisboa: editorial Estampa, 1993. Volume 2.

\_\_\_\_\_ *A nobreza medieval portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980

\_\_\_\_\_ *Fragments de uma Composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983

\_\_\_\_\_ *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985. Volume 1.

\_\_\_\_\_ *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*. 2ª ed, Lisboa, Guimarães Editores (col. História e Ensaio, nº 2), 1985.

MONTEIRO, João Gouveia. *A guerra em Portugal no Final da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

MORENO, Humberto Baquero. *A Organização Militar em Portugal Nos Séculos XIV e XV*. Revista da Faculdade de Letras. Vol. I, Lisboa, 1945.

PASTOUREAU, Michel. *No tempo dos cavaleiros da tavola redonda*. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PEREIRA, Francisco Maria Esteves. In Zurara, Gomes Eanes de. *Cronica da tomada e Ceuta*. Publicada por ordem da academia das Ciencias de Lisboa, segundo os manuscritos N: 368 e 355. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915

PIMPAO, Alvaro Julio da Costa. *Historia da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1950. Volume I, seculos XII a XV.

QUEIROS, Silvio Galvao de. "*Pera espelho de todollos Uiuos*": *A imagem do infante D. Henrique na Cronica da tomada de Ceuta*. Dissertao apresentada ao programa de pos-graduao em Historia da Universidade Federal Fluminense. Niteroi: Copia reprografada, 1997. 267 f

SANTOS, Joao Marinho dos. *A guerra e as Guerras na Expansao portuguesa: Seculos XV e XVI*. Edio: Grupo de trabalho do ministerio da Educao pra as Comemoraoes dos Descobrimentos Portugueses, 1998

SARAIVA, Antonio Jose. *O crepusculo da idade media em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988.

\_\_\_\_\_. *Iniciao  literatura portuguesa*. Sao Paulo: Companhia das letras, 1999.

SERRAO, Joaquim Verssimo. *Cronistas Do Seculo XV Posteriores A Ferno Lopes*. Porto: Instituto De Cultura Portuguesa, 1977.

SERRAO, Joel. *Historia de Portugal*. Lisboa: Editorial verbo, 1980. Volume II.

SERRAO, Lus. *Reis e presidentes de Portugal: dinastias de Avis e Filipina*. Linda-A-Velha : ACJ - Abril/Controljornal editora, 2001

ZINK, Michel. “Literaturas”. In Le GOFF, Jacques & SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002. Volume II

ZUMTHOR, Paul *A letra e voz*. Tradução: Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993